

DIANA THEODORO

**CONTRIBUIÇÃO PARA UMA ANÁLISE DA APROPRIAÇÃO DA  
PSICOLOGIA HISTÓRICO-CULTURAL NA CLÍNICA DA ATIVIDADE DE  
YVES CLOT**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação, Mestrado em Psicologia, linha de pesquisa Práticas Educativas e Produção da Subjetividade.

Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, como parte das exigências para a obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Orientação: Prof. Dr. João Henrique Rossler.

CURITIBA

2013



## ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE CONCLUSÃO DO CURSO DE MESTRADO EM PSICOLOGIA

As quatorze horas do dia dezenove de novembro de dois mil e treze, na sala 208 do prédio Histórico desta Universidade, compareceu para defesa pública do Trabalho de Conclusão de Curso, requisito obrigatório para a obtenção do título de **MESTRE EM PSICOLOGIA**, a mestranda **DIANA THEODORO**, tendo como Título da Dissertação **“CONTRIBUIÇÃO PARA UMA ANÁLISE DA APROPRIAÇÃO DA PSICOLOGIA HISTÓRICO-CULTURAL NA CLÍNICA DA ATIVIDADE DE YVES CLOT”**. Constituíram a Banca Examinadora o Professor Doutor João Henrique Rossler, orientador, Professora Doutora Sueli Terezinha Ferreira Martins, da Universidade Estadual de São Paulo/Botucatu-UNESP, e o Professor Doutor Rogério Miranda Gomes, da Universidade Federal do Paraná UFPR, titulares. Após a exposição da mestranda, os membros da Banca Avaliadora fizeram suas considerações e declararam a aluna:

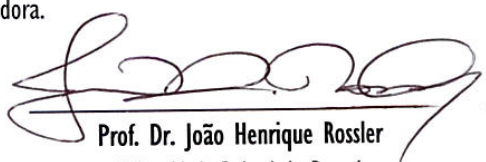
☒ Aprovada sem restrições.

☐ Aprovada, mas na condição de tomar as seguintes providências:

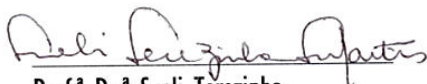
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

☐ Reprovada

Eu João Henrique Rossler, orientador, lavrei a presente ata que segue assinada por mim e pelos demais membros da Banca Examinadora.



**Prof. Dr. João Henrique Rossler**  
Universidade Federal do Paraná  
Professor Orientador



**Prof.ª Dr.ª Sueli Terezinha  
Ferreira Martins**  
Universidade Estadual de  
São Paulo/Botucatu UNESP  
Professora titular



**Prof. Dr. Rogério Miranda Gomes**  
Universidade Federal do Paraná  
Professor titular



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes  
Coordenação de Pós-Graduação em Psicologia  
MESTRADO EM PSICOLOGIA

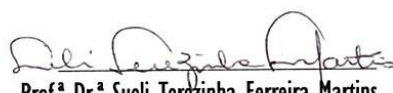


DIANA THEODORO  
**CONTRIBUIÇÃO PARA UMA ANÁLISE DA APROPRIAÇÃO DA PSICOLOGIA HISTÓRICO-CULTURAL  
NA CLÍNICA DA ATIVIDADE DE YVES CLOT.**

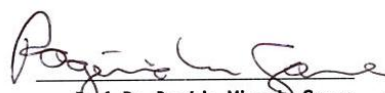
Dissertação apresentada como requisito obrigatório para a obtenção do  
Título de **MESTRE EM PSICOLOGIA**, pelo Programa de Pós-Graduação de Mestrado  
em Psicologia, do Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da UFPR — Universidade  
Federal do Paraná, e APROVADA (aprovada/reprovada) pela Banca Avaliadora  
abaixo assinada.



Prof. Dr. João Henrique Rossler  
Universidade Federal do Paraná  
Professor Orientador



Prof.ª Dr.ª Sueli Terezinha Ferreira Martins  
Universidade Estadual de São Paulo/Botucatu- UNESP  
Professora Titular



Prof. Dr. Rogério Miranda Gomes  
Universidade Federal do Paraná  
Professor titular

Curitiba, 19 de novembro 2013.

Dedico este trabalho à classe trabalhadora, que constrói esse mundo maravilhosamente não natural, e mesmo sem ter a plena consciência, carrega nas mãos a tarefa de transformá-lo num lugar sem exploração do homem pelo homem. Dedico especialmente à parte da classe que sabe de sua tarefa (que são os trabalhadores em luta, os militantes comunistas) e dispõe sua vida à construção de instrumentos de enfrentamento do capital e de desenvolvimento do devir rumo à superação da pré-história da humanidade.

## **AGRADECIMENTOS**

Na minha opinião, o ato de agradecer pelo processo de passar pelo mestrado, tem o sentido de deixar explícito que a dissertação que se materializa é resultado de um esforço coletivo. É a forma de deixar registrado que consideramos que a produção humana só ocorre se for a muitas mãos. Vou apontar apenas algumas delas, as que me afetaram mais profundamente nessa fase.

À minha mãe, Cleci, e aos meus irmãos, pelo suporte e estrutura dado por sua luta e trabalho pela vida, que foi o que permitiu que eu fosse estudar e acessar o que a humanidade vem produzindo.

Aos meus amigos e camaradas da Psicologia, que hoje estão ajudando a construir na Academia um caminho para dar continuidade à tarefa apontada por Vigotski – realizar a Psicologia do novo homem (e construir as bases da superação do capitalismo). Mel, pela co-orientação que mesmo sendo informal, foi realizada com toda a dedicação e qualidade necessária a uma pesquisa marxista. Vitor, pelas ajudas sempre brilhantes e potencializadoras dos saltos qualitativos. Sarita, pela mesma cumplicidade de sempre, mas ressignificada na vivência conjunta desse momento de crise, que é construir uma dissertação.

Ao meu orientador João, pela caminhada compartilhada com paciência e sabedoria. Paciência para acolher as mudanças de percurso, dúvidas e angústias. E sabedoria por ajudar a construir o caminho que nos trouxe até aqui.

Aos professores que aceitaram fazer parte desse trabalho como banca examinadora, mas que são muito mais que do que isso, são mãos que ajudaram na sua produção. Norma e Sueli, compartilhando conhecimentos da psicologia, apontando falhas e caminhos. Rogério, pela generosidade abundante com que trouxe suas valiosas contribuições na banca de qualificação, enriquecendo o movimento da pesquisa que nos propusemos a realizar.

Aos psicólogos marxistas, professores e estudantes de Psicologia da UFPR, que participaram dessa composição através dos estudos conjuntos, trocas feitas em conversas em casa e no bar. Esses espaços propiciam importantes sínteses.

Aos meus companheiros da Luta Socialista, Intersindical, OOV e NEP 13 de Maio, pela militância compartilhada, que me alimentou de questionamentos e necessidades por defender um trabalho que pudesse contribuir para a nossa luta.

Aos trabalhadores do Brasil e do mundo, por financiarem com a riqueza produzida por suas mãos (mentes e todo o seu ser), as instituições de pesquisa que possibilitaram este trabalho.

## RESUMO

O processo de produção do sofrimento e adoecimento pelo trabalho é tema de preocupação cada vez mais evidente para a ciência. Isto ocorre porque, com o desenvolvimento do capitalismo, vem aumentando o número de trabalhadores que expressam algum grau de sofrimento ou adoecem. Por esse motivo, tem ocorrido uma ampliação de pesquisas e teorizações que se propõem a buscar a compreensão e o enfrentamento para o problema. No Brasil, observa-se a importante influência da proposta teórica de Yves Clot para o assunto, a chamada clínica da atividade, fundada, conforme afirma o próprio autor, na Psicologia Histórico-Cultural (PHC). Teoria esta que conquistou muitos adeptos tanto na academia como no âmbito da luta dos trabalhadores, no movimento sindical, por exemplo, supostamente por se constituir numa alternativa para a compreensão do e a intervenção no problema do sofrimento pelo trabalho. Por esse motivo, e pela sua evidente importância como teoria que têm procurado respostas para a compreensão da questão do sofrimento pelo trabalho, surgiu a necessidade de proceder à sua análise. Assim, o presente trabalho consiste em uma pesquisa teórico-conceitual inserida na temática da Saúde Mental e Trabalho. Seu principal objetivo é realizar uma análise da apropriação realizada por Yves Clot da PHC. Em especial, da obra de Lev Semenovitch Vigotski (1896-1934) e de Alexei Nikolaievich Leontiev (1904-1979). Tal objetivo se coloca como necessidade porque, em nosso entendimento, a PHC, em geral, e a obra de Vigotski e Leontiev, em particular, têm como alicerce teórico o pensamento marxista. O fato de Clot afirmar que sua teoria é fundamentada não somente na PHC, mas em outras três teorias de raízes epistemológicas divergentes do marxismo, nos coloca a questão sobre como e com que grau de consistência teria ocorrido a referida apropriação, uma vez que o marxismo, tanto quanto a PHC, não aceitam a mescla de teorias divergentes como método de construção do conhecimento. No decorrer deste trabalho, compreendemos que Yves Clot parte do pressuposto de que o sofrimento é determinado pelo que ele denomina de amputação do poder de agir do trabalhador. Sendo assim, o processo de ressignificação do trabalho passa pela necessidade de restituir este poder de agir, proporcionando a capacidade do trabalhador de realizar um trabalho de qualidade, o que traz como consequência a satisfação pelo trabalho e a sua saúde mental. Como resultado de nossa análise ressaltamos as principais inconsistências em relação à apropriação realizada pela clínica da atividade do pensamento de Vigotski e Leontiev: 1) em nenhum momento Clot faz referência à base filosófica dos autores da PHC, à Marx ou ao marxismo, ou mesmo se utiliza de conceitos advindos desta base; 2) para a Psicologia Histórico-cultural, fundada em bases marxistas, o trabalho sob o capitalismo comporta uma dimensão fortemente alienante, a qual não é considerada por Yves Clot; 3) Clot não considera que o trabalho tem uma expressão particular, historicamente determinada, universalizando o conceito de trabalho e identificando-o com a ideia de tarefa; 4) a clínica da atividade se sustenta na ideia de que é possível promover processos de negociação entre capital e trabalho, a fim de produzir um objetivo em comum, equilibrando interesses das classes trabalhadora e capitalista, ou seja, conciliando capital e trabalho. Com base nestes aspectos, concluímos que as ideias defendidas pelo autor não se sustentam consistentemente a partir da PHC. De fato, se colocam na contramão de uma Psicologia

verdadeiramente marxista. A apropriação realizada por Clot de elementos teóricos da PHC consistiu num procedimento de assepsia ideológica, de alguns conceitos de Vigotski e Leontiev, recortados e descontextualizados de sua origem, conforme sua utilidade no interior do pensamento do autor francês.

Palavras-chave: Yves Clot, Clínica da Atividade, Psicologia Histórico-Cultural, Vigotski e Leontiev.

## RESUMEN

El proceso de producción del sufrimiento y de la enfermedad en el trabajo es motivo de preocupación cada vez más evidente para la ciencia. Esto se debe a que, con el desarrollo del capitalismo ha aumentado el número de trabajadores que expresan algún grado de sufrimiento o enfermedad. Por esta razón, ha habido una expansión de la investigación y de las teorías que pretenden buscar comprender y abordar el problema. En Brasil, existe la importante influencia de la propuesta teórica de Yves Clot, denominada clínica de la actividad, fundada, según lo declarado por el autor, en la Psicología Histórico-cultural (PHC). Teoría que ha ganado muchos seguidores tanto en la academia como en el contexto de la lucha de los trabajadores en el movimiento sindical, por ejemplo, supuestamente debido a que proporcionan una alternativa a la comprensión e intervención en el problema del sufrimiento en el trabajo. Por esta razón, y su evidente importancia como la teoría que ha buscado respuestas a la comprensión de la cuestión del sufrimiento en el trabajo, se planteó la necesidad de llevar a cabo su análisis. Por lo tanto, este estudio es una investigación teórica-conceptual incluido en el tema de Salud Mental y Trabajo. Su objetivo principal es analizar la dotación realizada por Yves Clot de la PHC. En particular, de el trabajo de Lev Semenovich Vygotsky (1896-1934) y Nikoláevich Alexei Leontiev (1904-1979). Este objetivo surge como necesidad porque, en nuestra opinión, la PHC en general y el trabajo de Vygotsky y Leontiev, en particular, tienen la base teórica marxista. La afirmación de Clot hecho de que su teoría se basa no sólo en la PHC, pero otras tres teorías con raíces epistemológicas divergentes del marxismo, se plantea la cuestión de cómo y con qué grado de coherencia que habría ocurrido a esa apropiación, ya que el marxismo y la PHC, no aceptan la mezcla de teorías divergentes como un método de construcción del conocimiento. En este trabajo, entendemos que Yves Clot asume que el sufrimiento es determinado por lo que él llama la amputación del poder del trabajador para actuar. Por lo tanto, el proceso de redefinición de la obra es la necesidad de recuperar este poder para actuar, proporcionando la capacidad del trabajador para realizar un trabajo de calidad, con lo que el efecto de la satisfacción con el trabajo y la salud mental. Como resultado de nuestro análisis se destacan las principales inconsistencias respecto a la apropiación del pensamiento de Vygotsky y Leontiev: 1) en ningún momento Clot hace referencia a la base filosófica de los autores de la PHC, el Marx o el marxismo, o incluso si utiliza conceptos derivados de esta base, 2) de la Psicología Histórico-Cultural, fundada sobre bases marxistas, el trabajo en el capitalismo implica una dimensión muy alienante, que no se considera por Yves Clot, 3) Clot no considera que el trabajo tiene una expresión particular, históricamente determinada, universalizar el concepto de trabajo y la identificación con la idea de trabajo, 4) la clínica de la actividad se basa en la idea de que es posible promover procesos de negociación entre el capital y el trabajo con el fin de producir un objetivo común de equilibrar los intereses de las clases capitalistas y de trabajo, es decir, la combinación de capital y trabajo. En base a estos aspectos, se concluye que las ideas defendidas por el autor no se sostienen consistentemente de la PHC. De hecho, si se pone en contra de una psicología verdaderamente marxista. La apropiación realizada por elementos teóricos Clot de la PHC consistió en condiciones de asepsia ideológica, de algunos conceptos de Vygotsky y



Leontiev, cortados y descontextualizados de su origen, como su utilidad en el pensamiento del autor francés.

Palabras clave: Yves Clot, Clínica de la Actividad, Psicología Histórico-Cultural, Vigotski e Leontiev.

## SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO.....</b>	<b>1</b>
<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>3</b>
<b>1 - O MATERIALISMO HISTÓRICO-DIALÉTICO COMO MÉTODO DE CONHECIMENTO: CONHECER A REALIDADE PARA TRANSFORMÁ-LA.....</b>	<b>10</b>
1.1 “O CAPITAL” COMO EXEMPLO DO MÉTODO EM MARX.....	11
1.2 MATERIALISMO HISTÓRICO-DIALÉTICO – EM BUSCA DE CONHECER A TOTALIDADE DA REALIDADE, MAS COMO PROSSEGUIR?.....	12
1.3 PARA A REALIZAÇÃO DO EXERCÍCIO DA ANÁLISE HÁ QUE SE CONSIDERAR: A TOTALIDADE E O MOVIMENTO DA REALIDADE.....	16
 <b>2 – CAPITALISMO, O PROCESSO DE TRABALHO, O ADOECIMENTO E A PSICOLOGIA.....</b>	<b>18</b>
2.1 O CAPITALISMO: MODO DE PRODUÇÃO DA VIDA, MODO DE PRODUÇÃO DO SOFRIMENTO.....	18
2.2 O PROCESSO DE TRABALHO SOB O CAPITALISMO E DIVISÃO DO TRABALHO: PROCESSO DE PRODUÇÃO COMO UNIDADE DE PROCESSO DE TRABALHO E PROCESSO DE VALORIZAÇÃO.....	20
2.3 O CAPITALISMO E A DIALÉTICA HUMANIZAÇÃO/ALIENAÇÃO.....	26
2.4 O PROCESSO DE SAÚDE-DOENÇA NO PROCESSO DE TRABALHO.....	35
2.5 O PROCESSO PRODUTIVO SOB O PONTO DE VISTA DO CAPITAL – ARTIFÍCIOS DE ORGANIZAÇÃO (E CONTROLE) DA CLASSE TRABALHADORA.....	45
2.5.1 A PSICOLOGIA COMO CIÊNCIA – O SABER SUBSUMIDO AO PROCESSO DE VALORIZAÇÃO.....	46
 <b>3 - A CLÍNICA DA ATIVIDADE: UMA APRESENTAÇÃO DA OBRA DE CLOT SOB O OLHAR DO MATERIALISMO HISTÓRICO-DIALÉTICO.....</b>	<b>54</b>
3.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DA FUNDAÇÃO DA CLÍNICA DA ATIVIDADE.....	54

3.2 O GÊNERO DA ATIVIDADE PROFISSIONAL.....	58
3.3 ESTILOS DE AÇÃO – O INDIVIDUAL NO CONTEXTO DO TRABALHO.....	62
3.4 PARA A CLÍNICA DA ATIVIDADE - O CONCEITO DE ATIVIDADE.....	64
3.5 ATIVIDADE TRIPLAMENTE DIRIGIDA COMO UNIDADE DE ANÁLISE...	68
3.6 O TRABALHO - SAIR DE SI: “POSSO SER ÚTIL”?.....	72
3.7 A FUNÇÃO PSICOLÓGICA DO TRABALHO.....	73
3.8 DIFERENÇA ENTRE A ATIVIDADE REAL E A ATIVIDADE REALIZADA.....	76
3.9 AUTOCONFRONTAÇÃO CRUZADA COMO ATIVIDADE DIRIGIDA – ESBOÇANDO O MÉTODO DE INTERVENÇÃO.....	80
3.10 O PODER DE AGIR.....	85
 <b>4 – A CLÍNICA DA ATIVIDADE EM QUESTÃO – UMA ANÁLISE DA ARTICULAÇÃO ENTRE A PROPOSTA TEÓRICO-METODOLÓGICA DE YVES CLOT E A PSICOLOGIA HISTÓRICO-CULTURAL, À LUZ DO MATERIALISMO HISTÓRICO-DIALÉTICO.....</b>	<b>88</b>
4.1 MÉTODO DE CONHECIMENTO BASEADO NA CONTROVÉRSIA.....	89
4.2 TRABALHO: FUNDAMENTO PARA A PSICOLOGIA HISTÓRICO-CULTURAL – QUAL A SUA SITUAÇÃO NA CLÍNICA DA ATIVIDADE?.....	94
4.3 O CONCEITO DE ATIVIDADE E SUA UNIDADE DE ANÁLISE – A ATIVIDADE TRIPLAMENTE DIRIGIDA.....	101
4.4 - O GÊNERO DE ATIVIDADE PROFISSIONAL – PORQUE PALAVRAS NÃO SÃO “SÓ” PALAVRAS.....	114
4.5 – A FUNÇÃO PSICOLÓGICA DO TRABALHO: A RELATIVIZAÇÃO DA ATIVIDADE VITAL HUMANA COMO PRESSUPOSTO PARA A SUA “REINVENÇÃO”.....	123
4.6 – A PROPOSTA DE EQUILÍBRIO DO IMPOSSÍVEL – O PODER DE AGIR.....	130
 <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>135</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>141</b>

## APRESENTAÇÃO

A presente dissertação é síntese de um processo de busca por respostas a problemas que encontrei em minha inserção no mundo do trabalho, como psicóloga. Ao trabalhar em serviço de saúde mental tipo CAPS (Centro de Atenção Psicossocial), me deparei com boa parte das pessoas atendidas expressando muito claramente um processo de sofrimento relacionado ao seu trabalho, na maioria das vezes altamente precarizado e desgastante. Especialmente no CAPS ad, os relatos traziam de uma forma desorganizada vários elementos da vida no trabalho permeando o sofrimento daquelas pessoas. Essa constatação franca e caótica de que o trabalho tinha uma relação de determinação no adoecimento poderia ter sido reconhecida e entendida por mim a partir de teorias já consolidadas na Psicologia dentro dessa temática (como a psicodinâmica do trabalho, por exemplo). Mas a minha formação no marxismo e na psicologia filiada a essa base teórica, impunha uma sensação de insatisfação com as respostas dessas teorias. Evidenciava-se a necessidade de buscar um entendimento mais coerente com a realidade, que não colocasse nas costas dos indivíduos (interpretados como isolados da realidade ao seu redor e com estrutura de personalidade à priori) a responsabilidade pelo seu sofrimento.

Em minha concepção, o caminho para a produção da saúde mental está intimamente ligada às condições de vida das pessoas. Nesse sentido, a Psicologia sempre se conformou para mim como instrumento para contribuir para mudanças da sociedade rumo a outras formas de organização da produção da vida. Assim, entendo a Psicologia como ferramenta para a superação do capitalismo, ajudando na organização da classe trabalhadora, atendida em serviços como o que eu trabalhava.

Essa necessidade de entender a relação do adoecimento daquelas pessoas com seu trabalho foi o motivo que me levou a procurar a Academia. Poder me apropriar de um conhecimento mais coerente com a realidade que eu enfrentava era a minha expectativa.

No decorrer do primeiro ano de mestrado, constatamos que o tema saúde mental e trabalho ainda não estava devidamente desenvolvido (ou sistematizado) pela Psicologia marxista e assim, não seria possível ocorrer o

que esperava: encontrar as respostas para ajudar a intervir no processo de sofrimento lá no meu trabalho. Havia a necessidade de contribuir para o desenvolvimento desse conhecimento.

Paralelamente a essa constatação de uma lacuna teórica para responder à problemática, me deparei com a teoria de Yves Clot como uma proposição de discutir e intervir sobre a questão a partir do referencial da Psicologia Histórico-cultural (PHC). A primeira aproximação com sua teoria, porém, já me trouxe ressalvas. Fui assistir a uma conferência de Clot num contexto que para mim já trazia pistas de seus posicionamentos. Era um Simpósio sobre a questão da Saúde do Trabalhador promovido pelas prefeituras do ABCD paulista em parceria com o sindicato dos metalúrgicos da região. Ora, sei perfeitamente que o Estado tem uma função bem definida em nossa sociedade (e não é o bem estar da totalidade do “povo”, como reproduz a ideologia) e que o Sindicato dos metalúrgicos do ABCD paulista têm se posicionado de forma “conciliadora” há algum tempo, na luta de classes.

Apesar dessas minhas ressalvas, abri bem meus ouvidos e me dispus a entender o que o autor francês tinha a dizer de sua teoria que falava da atividade (o que me remetia imediatamente a Leontiev e me enchia de expectativas). A decepção se consolidou como resultado desse episódio. Não consegui apreender uma relação com a teoria de Leontiev (mesmo quando o questioneei sobre isso) e suas afirmações enfatizavam acima de tudo a necessidade de o trabalhador (“operador” segundo ele) “realizar um trabalho de qualidade...”

Essa argumentação expressa na palestra, os aplausos entusiasmados da parcela conciliadora do movimento sindical brasileiro por um lado e, a reverberação da Clínica da Atividade no meio acadêmico brasileiro, reconhecida como teoria filiada à PHC; foram os outros motivos da escolha do objeto desse trabalho. A tentativa a seguir é para compreender como se relaciona efetivamente na teoria de Clot, a apropriação da PHC.

## INTRODUÇÃO

Quando se fala em dia penoso, a segunda-feira é uma unanimidade. Se conversarmos com qualquer pessoa – trabalhadora – sobre seu trabalho e sua rotina de vida, aparecerá tal constatação. Essa concepção sobre um mero dia da semana foi se generalizando como representativo do que significa o trabalho para a classe trabalhadora: um meio para a garantia de seu sustento que traz como custo grande gasto de tempo, energia física e mental e, algumas vezes – não tão raras assim – algum tipo de adoecimento.

Esse fato de notoriedade no senso comum é confirmado estatisticamente ao nos depararmos com a atual situação de uma parte significativa da classe trabalhadora, que expressa algum grau de sofrimento psíquico relacionado ao seu trabalho, a ponto de necessitar dele se afastar. Segundo documento do Ministério da Saúde (2001) que traz dados da OMS (Organização Mundial da Saúde), 30 % dos trabalhadores em atividade se afastam por questões de saúde mental consideradas leves, e 5 a 10% são os afastados por sofrimento grave.

No Brasil, temos o levantamento realizado pelo INSS (Instituto Nacional de Seguridade Social) que nos mostra que dentre os afastamentos e aposentadorias concedidos por adoecimento pelo órgão do Estado - que são os afastamentos que ultrapassam 15 dias sem trabalhar ou as aposentadorias por invalidez e por incapacidade definitiva para o trabalho - os relacionados a algum grau de sofrimento psíquico somam cerca de um terço do total.

Acessando dados mais recentes, retirados de relatório do Ministério da Previdência Social (MPS), que constam na pesquisa de mestrado de João Silvestre da Silva Junior (2012), no ano de 2010, os transtornos mentais foram a terceira causa mais frequente de concessão do benefício de auxílio-doença. Nesse mesmo relatório do MPS, há a constatação do nexos causal entre o sofrimento e o processo de trabalho. No estudo de Junior (2012), ele refere que a perícia previdenciária tem considerado na emissão de seus laudos, que o processo de adoecimento mental é desencadeado ou agravado por condições de trabalho. Para chegar a esse diagnóstico, a perícia médica se utiliza de três critérios que compõem o nexos causal: nexos técnico profissional (fundamentado

na associação entre patologias e exposições ocupacionais), o nexó técnico por doença equiparada a acidente de trabalho e o nexó técnico epidemiológico previdenciário.

Essas constatações da realidade da classe trabalhadora – o discurso do senso comum e os dados estatísticos - explicitam um fenômeno que deve ser analisado com profundidade: como se estabelece a relação entre o trabalho sob o capitalismo e a produção do sofrimento?

Em busca de respostas para esse problema - o sofrimento pelo trabalho como fenômeno cada vez mais evidente - vários pesquisadores no Brasil dedicam seus esforços, procurando não somente explicar o que ocorre, mas também buscando alternativas para seu enfrentamento. Mesmo com grande risco de cairmos em reducionismos, por deixarmos de lado pesquisas importantes, o presente estudo objetiva realizar uma análise de uma dessas vertentes teóricas inseridas na temática Saúde Mental e Trabalho: a clínica da atividade. Essa proposta teórico-metodológica vem tendo grande influência na produção brasileira e, nesse sentido destacamos entre outras, as pesquisas de Lima (2007), Bendassolli (2011) e Silva, Barros e Louzada (2011).

A clínica da atividade é o nome da teoria formulada principalmente pelo pesquisador francês, Yves Clot e pode ser definida, segundo Bendassolli (2011), como uma abordagem que se desenvolve dentro do campo da psicologia do trabalho, influenciada por uma diversidade teórica, entre os quais são citados pelo próprio Clot: Vigotski<sup>1</sup>, Bakhtin, Le Guillant, entre outros autores pertencentes a tradições teórico-metodológicas diversas. De forma resumida e simplificada, que é o que cabe à introdução deste trabalho, podemos afirmar que o aspecto central da clínica da atividade é a tentativa de realizar uma redefinição do significado do trabalho para o trabalhador (BENDASSOLLI, 2011, p. 64). Clot (2010) parte do pressuposto de que o sofrimento é determinado pela amputação do poder de agir do trabalhador

---

<sup>1</sup> Há diversas formas de colocar graficamente o nome do autor bielo-russo: Vigotski, Vigotskii, Vygotsky, Vygotski. Adotamos a grafia “Vigotski” por encontrarmos com maior frequência nas traduções para o português utilizadas nesse nosso trabalho. Yves Clot utiliza a grafia encontrada na tradução espanhola das “Obras Escogidas” de Vigotski. Manteremos a grafia utilizada por Clot (Vygotski) apenas em suas citações.

(Bendassolli, 2011). Acerca disso, nos deteremos com mais detalhes no capítulo 3 deste trabalho.

Em sua mais recente publicação, denominada “Trabalho e Poder de Agir” (2010), Yves Clot afirma que as formulações que compõem a clínica da atividade são inspiradas em quatro pilares teóricos: a ergonomia francesa, na qual ele cita Wisner; a psicologia histórico-cultural, em que o autor francês faz referência principalmente a Vigotski; a psicopatologia do trabalho, teoria desenvolvida por Le Guillant e a proposta denominada modelo operário italiano, que tem sua expressão na psicologia em Ivar Oddone. Essa referência em matrizes teóricas diversas nos chama a atenção bem como nos provoca na busca da compreensão sobre qual a apropriação que Yves Clot faz da psicologia histórico-cultural, uma vez que sua teoria tem sido difundida de forma expressiva no Brasil pela sua referência à psicologia russa (LIMA, 2007).

Além desse levantamento bibliográfico que nos trouxe a constatação acima colocada, entendemos ser necessário realizar esse esforço de análise da apropriação de Vigotski e Leontiev por Yves Clot pela hipótese que levantamos ao conhecer de forma introdutória a proposta de intervenção do psicólogo francês. Em contato com seu trabalho, inicialmente em duas palestras proferidas por ele no ano de 2011 para um encontro de saúde do trabalhador promovido pela prefeitura de São Bernardo do Campo – SP, nos deparamos com um projeto de intervenção fundamentado pela Psicologia Histórico-cultural que parecia se propor a estabelecer acordos entre capital e trabalho. Em suas falas, Yves Clot ressaltava que a resolução do sofrimento pelo trabalho é possível sob o capitalismo, ao abrir espaço para a fala do trabalhador, e esse saber ser introduzido no processo de trabalho com o objetivo de promover o que Clot denomina de trabalho de qualidade.

Partindo dessas informações retiradas das palestras, buscamos na leitura da obra de Yves Clot, a compreensão mais aprofundada da questão. Uma constatação que nos chamou atenção, e motivou a pesquisa, é a de que ele utiliza para se fundamentar, autores de raízes teóricas divergentes. Em nosso entendimento, essa forma de apropriação do conhecimento não condiz com a tese defendida por Vigotski (1999): de que é necessário se apropriar do



conhecimento acumulado, mas de forma crítica, superando os limites deste e, acima de tudo, mantendo a coerência com o materialismo histórico-dialético.

Dessas duas constatações, obtidas das palestras e da leitura de alguns trabalhos do próprio Clot e de pesquisadores que vêm adotando sua proposta, surge a necessidade de realizar uma análise de sua obra, pois entendemos que o caminho teórico traçado por ele desemboca em práticas de intervenção que influenciam o processo de enfrentamento da classe trabalhadora diante da exploração imposta pelo modo de produção capitalista.

Buscaremos analisar, portanto, nesta pesquisa, qual o grau de consistência mantido na obra de Clot em relação ao arcabouço teórico da Psicologia Histórico-Cultural e, conseqüentemente, ao materialismo histórico-dialético. O foco de nossa análise se justifica em primeiro lugar, pelo fato de que para os autores da Psicologia Histórico-Cultural em geral e, em particular para Vigotski, a referida abordagem teórica em Psicologia não pode ser apartada do materialismo histórico-dialético. Em segundo lugar, nossa pesquisa está justificada, devido à afirmação de que Vigotski em especial, e a Psicologia Histórico-cultural em geral, é um dos pilares de sustentação da proposta teórico-metodológica de Clot.

L. S. Vigotski (1896-1934), psicólogo russo, que nasceu e produziu sua obra em meio ao processo de construção das Repúblicas Socialistas Soviéticas, é um autor que trouxe importantes contribuições para a Psicologia, utilizando-se do arcabouço teórico marxista e demonstrando domínio do materialismo histórico-dialético. Sua obra desenvolve categorias teóricas que respondem ou ajudam a responder questões importantes acerca da constituição e desenvolvimento do ser humano, como é o caso de sua teorização acerca dos conceitos no desenvolvimento humano.

As pesquisas e teorizações desenvolvidas por Vigotski abordam diversas temáticas e grandes questões da Psicologia (desenvolvimento, aprendizagem, consciência, defectologia). Sua trajetória como pesquisador foi bastante curta, interrompida por sua morte prematura (com 38 anos de idade). Apesar de curto, caracteriza-se um importante processo criativo que abre muitas questões caras à Psicologia (de forma adequada e consistente). Se analisarmos sua obra como um todo, devemos nos referir a ela como uma

produção que seguiu no sentido de traçar o caminho para a construção da Psicologia marxista, deixando preparado o terreno e plantadas as sementes para que seus companheiros de trabalho e colaboradores (Luria, Leontiev, Elkonin, etc) dessem a devida continuidade.

Colocamos aqui a ponderação que uma tentativa de apresentação da obra de Vigotski, que se propusesse a dar conta de toda a sua complexidade, deveria ser objeto de uma pesquisa extensa, e não é objeto de nosso trabalho. Mesmo com o risco de incorrer em lacunas, consideramos pertinente esboçar o caminho percorrido pelo autor. Como recorte, procuramos evidenciar o debate em torno do método de investigação para a Psicologia, construído por ele. Para tanto, recorreremos a Delari Junior (2011), que apresenta alguns aspectos relevantes de sua obra em cada período da sua produção.

Mesmo não sendo sua primeira obra de relevância, destacamos o Manuscrito de 1929, como um texto que faz uma ligação entre as formulações até 1928 e as que seguirão publicadas em 1930 e 1931. Esse período é de estudo rumo ao método construtivo de investigação em Psicologia. Nesse período, Vigotski está dialogando com as abordagens psicológicas mais desenvolvidas até então. É desse período seu texto “O sentido histórico da crise na Psicologia” (1927), que problematiza a necessidade de construção de *uma* Psicologia, questionando a noção de relatividade sobre a qual se ergue a ciência psicológica que aceita correntes teóricas diversas. Sua proposição é seguir em busca de conhecer a verdade (a realidade material). Outro momento destacado por Delari Junior (2011) no aspecto metodológico, é a conferência na academia Krupskaja de educação, em 1930, onde relata as bases para a Psicologia Instrumental. Em 1931, o autor russo desenvolve seu método genético-experimental, e destacamos o seu texto, publicado nesse ano, “Desenvolvimento das Funções Psicológicas Superiores”. Em 1933 e 1934, elabora a teoria acerca do sentido-significado e da formação de conceitos, publicada no texto publicado em português com o título “A Construção do Pensamento e da Linguagem”.

A fim de garantirmos a sustentação de nossa afirmação, de que a Psicologia Histórico-cultural, a partir dos estudos de Vigotski, Luria, Leontiev entre outros, tem como raiz metodológica o materialismo histórico-dialético,

citamos os pesquisadores Duarte (1999, 2000, 2005), Toassa (2004), Shuare (1990) que fazem afirmações no mesmo sentido.

Duarte (2000) aponta que a Psicologia Histórico-cultural nasce no seio do contexto revolucionário na então URSS<sup>2</sup>, onde se buscava construir as bases para uma sociedade comunista, a partir do estado de transição socialista. Essa delimitação vem em encontro às afirmações de Vigotski (1930) de que a Psicologia Histórico-cultural, como ciência psicológica, não pode ser cindida do projeto que defende a superação do modo de produção capitalista e a construção de uma sociedade comunista.

Nesse mesmo texto de Duarte (2000), encontramos refutada a ideia – publicada por alguns estudiosos da Psicologia Histórico-cultural –, de que Vigotski teria aderido de forma artificial ao marxismo, apenas para responder a exigências impostas pelo que estes estudiosos consideraram como a ditadura (o processo de desenvolvimento da URSS) na qual vivia o psicólogo russo. Na verdade, o que Duarte (2000) nos ajuda a desvelar é que, quem traz essa afirmação o faz porque tem interesses ideológicos de derrotar o projeto de transformação proposto pelo marxismo. Para Vigotski, o marxismo é nuclear na sua obra, assim como também, para ele, a superação da sociedade de classes é uma condição para a superação da pré-história do desenvolvimento humano.

No decorrer de nossa análise, buscaremos compreender, portanto, como esse projeto ético societário defendido por Vigotski e pela Psicologia soviética (berço da Psicologia Histórico-cultural) está presente na obra de Yves Clot.

Retomando o proceder do presente trabalho, para a nossa pesquisa, utilizamos como metodologia, o procedimento da análise teórico-bibliográfica dos textos publicados em português, de autoria de Yves Clot e que sistematizam a sua teoria. Nos baseamos principalmente na análise de duas obras: a primeira chama-se “A função psicológica do trabalho” e foi publicada no Brasil em 2007 e a segunda, publicada em 2010 sob o título “Trabalho e poder de agir”. Partindo da leitura desses dois textos como fio condutor, e de outros como complemento, buscamos extrair os elementos teórico-metodológicos que o autor francês apresenta como sendo o arcabouço de sua

---

<sup>2</sup> União das Repúblicas Socialistas Soviéticas.

proposta teórico-metodológica acerca do sofrimento pelo trabalho. Esse primeiro esforço está sistematizado no capítulo 2 de nosso trabalho.

No capítulo 1, apresentaremos de forma resumida, os pressupostos fundamentais do materialismo histórico-dialético, enquanto método de conhecimento científico da realidade. Faremos a tentativa de fundamentar ao leitor qual é o ponto de partida e, ao mesmo tempo, a base sobre a qual se fundamenta nossa análise.

No capítulo 2, devemos buscar a compreensão do momento particular em que vivemos, dentro do modo de produção capitalista. Importa definirmos alguns conceitos e categorias para que possamos, na sequência de nosso texto, utilizá-las para analisar a obra de Clot. Para tanto, trataremos de discutir, nas bases marxistas, como se desenvolve o processo de trabalho sob o capitalismo e quais são seus impactos para a saúde da classe trabalhadora.

Com esse material, no capítulo 4, buscaremos realizar nossa análise, relacionando o resultado da teoria de Clot, apresentados no capítulo 3, com os pressupostos teóricos do marxismo, na obra de Vigotski e nos clássicos do marxismo.

## **1 - O MATERIALISMO HISTÓRICO-DIALÉTICO COMO MÉTODO DE CONHECIMENTO: CONHECER A REALIDADE PARA TRANSFORMÁ-LA**

O presente trabalho utiliza o materialismo histórico-dialético como método de conhecimento da realidade, tendo como pressuposto epistemológico o materialismo e como lógica de pensamento a dialética. Com isso, estamos afirmando que o materialismo histórico-dialético é um método científico de produção do conhecimento, mas também é um método que conduz a determinada concepção de mundo e de homem.

Partimos do pressuposto de que o real existe em si e, independente de como conseguimos apreendê-lo, cabe seu reconhecimento; bem como de que as diversas formas imediatas de apreensão da realidade são parcialidades, como retratos de um determinado ângulo, e não versões de realidades diferentes.

Quando se faz uma pesquisa, o primeiro contato com o objeto se dá no âmbito das aparências, influenciado pelas relações de tempo e espaço em que nos inserimos cotidianamente. Como quando lemos uma reportagem sobre o algo, escutamos opiniões de pessoas ao redor, ou na evidência em que vem se apresentando em nossa vida.

Mas não se deve pensar com isso que a aparência do fenômeno não seja parte de sua essência. A aparência do fenômeno, a sua parcialidade possui uma relação dinâmica com a totalidade (a essência, por assim dizer). Mas não revela a essência em sua plenitude, não esgota o objeto. Sendo assim, cabe ao pesquisador buscar o motivo que leva o fenômeno a possuir determinada aparência, pois isso diz respeito à sua essência.

A fim de situar a concepção materialista e dialética do processo de conhecimento, detalharemos a seguir algumas categorias metodológicas fundamentais que norteiam este trabalho. Podemos ressaltar que Karl Marx é considerado o pensador que desenvolve o materialismo histórico-dialético, identificado por vezes como “marxismo”. Mas ele não o fez sozinho, o auxílio de Engels tanto como suporte quanto como coautor em diversos textos, foi essencial para o resultado que hoje encontramos. Além disso, podemos destacar diversos pensadores que vieram em seguida e que imprimem a sua

contribuição para o desenvolvimento desse método de compreensão da realidade.

### 1.1 “O CAPITAL” COMO EXEMPLO DO MÉTODO EM MARX

O desenvolvimento do materialismo histórico-dialético como método de conhecimento é o resultado de um trabalho de cerca de 40 anos de pesquisa e produção de textos econômicos, políticos e filosóficos que culminam na publicação de *O Capital*, obra crítica que busca socializar a compreensão do modo de produção capitalista. Publicada inicialmente em 1867, divide-se em três livros: O Livro Primeiro, que trata do processo de produção do capitalismo, o Livro Segundo, da sua circulação; e o Livro Terceiro, do processo global da produção capitalista.

A importância da obra de Marx se mantém e reafirma há pelo menos 140 anos (GERMER, 2007) como resposta para o conhecimento do modo de produção capitalista, por um lado, e como veículo para o materialismo histórico-dialético como método de conhecimento da realidade material, por outro. Quando olhamos a partir do seu resultado – analisar o modo de produção capitalista – encontramos uma teoria que supera as análises superficiais e parciais de até então.

Ao procurarmos extrair o percurso metodológico marxiano, nos deparamos com a elaboração de um método de conhecimento que se propõe ao entendimento da realidade, compreendendo esta como em constante movimento e determinada por uma complexidade de elementos. Nesse sentido, como corretamente afirma Germer (2008), a atualidade da obra marxiana persiste, porque é uma teoria que se sustenta ao prestar contas ao real, ou seja, se mantém atualizada quanto à sua explicação acerca do capitalismo.

Partindo dessa elaboração acerca do conhecimento do capitalismo realizada por Marx, o materialismo histórico-dialético se solidifica como o método que serve de base para o desenvolvimento do conhecimento acerca de questões diversas da realidade, tais como a relação trabalho/sofrimento. Nesse

sentido, concluímos ser de grande necessidade compreender como se dão as apropriações da obra de Vigotski por parte de Yves Clot, e sua consequente filiação ou não ao materialismo histórico-dialético (pois compreendemos que, uma vez fundamentado em Vigotski, não há como se desligar do marxismo). Por isso entendemos ser necessário nos determos um pouco acerca de como se compreende a relação pesquisador/objeto na perspectiva teórica do materialismo histórico-dialético.

## 1.2 MATERIALISMO HISTÓRICO-DIALÉTICO – EM BUSCA DE CONHECER A TOTALIDADE DA REALIDADE, MAS COMO PROSSEGUIR?

Reafirmamos que no processo de conhecimento fundamentado no materialismo histórico-dialético, a realidade é algo que existe independente de nossa consciência acerca dela. Partindo desse pressuposto, definimos o processo de conhecimento como sendo “o movimento real do objeto transposto para o cérebro do pesquisador – é o real reproduzido e interpretado no plano ideal (do pensamento)”. (NETTO, 2010, p. 6)

Porém, essa reprodução do real no plano abstrato do pensamento do pesquisador não pode ser entendida como um reflexo num espelho, porque para Marx, segundo Netto (2010), o sujeito que pesquisa precisa ter domínio de uma série de conhecimentos para conseguir apreender o que está estudando na sua essência, sua dinâmica, como um processo, entendendo a realidade em toda a sua complexidade.

A afirmação de que há uma realidade material independente do pensamento humano é muito importante de ser compreendida, especialmente em nosso trabalho, porque deve ser um dos elementos centrais que pautará a análise da obra de Yves Clot. A partir desse pressuposto, é possível compreender que o objetivo da ciência como entendimento da realidade passa pelo caminho de buscar o máximo possível a captação dos elementos que compõem essa complexidade em movimento. Com isso, entendemos que

reduzir a realidade material a um de seus aspectos nos ajuda apenas conhecer essa parcialidade, mas não a sua totalidade. Muitos pesquisadores defendem o pressuposto de que o fenômeno pesquisado é relativo à pesquisa, defendendo a tese de múltiplas verdades. Quanto a essa tese, nos posicionamos contrários e buscamos em Gomes (2010) a explicação.

...Se o conhecimento é relativo, mais ou menos limitado, em apreender o real em função das características de movimento e totalidade deste, não pensamos que se possa afirmar o contrário, ou seja, que o real é relativo ao conhecimento. Não operamos, portanto, com a tese, bastante comum, advogada da ideia de que o “olhar constrói o real”, da ideia de que o real é (ou contém) “isto” ou “aquilo” a depender de “como se olhe”. Dado que o real constitui-se em totalidade, ele pode conter, conseqüentemente, “isto”, “aquilo”, ou ambos, ou, ainda, não raramente, nenhuma das características que os diferentes “olhares” pretendam lhe impingir. Se as opções filosófico-epistemológicas, ou seja, os “modos de olhar” nos permitem olhares mais parciais ou mais amplos, olhares evidenciadores mais de alguns aspectos do que de outros, isso, a nosso ver, não pode ser imputado a uma “relatividade” do real potencialmente negadora da materialidade e da objetividade dos processos e fenômenos, inclusive os sociais. (GOMES, 2010, p. 108)

O que o marxismo defende como ferramenta necessária para se aproximar progressivamente da compreensão mais rica possível da realidade é, ao contrário de se fixar em uma apreensão parcial da realidade e a defender como uma verdade, buscar o que já foi sistematizado acerca do fenômeno estudado e proceder à sua incorporação, mas superando seus limites e contradições. Foi o que Marx fez para conceber sua análise acerca do capitalismo. Analisou o que de mais desenvolvido existia em sua época em termos de conhecimento sobre o modo de produção capitalista, e buscou superar.

Lenin nos explica este processo no texto denominado “As três fontes e as três partes constitutivas do marxismo”. Ao realizar uma apropriação crítica das três fontes teóricas (a filosofia de Hegel, os economistas ingleses e os socialistas franceses) que considerou o conhecimento mais avançado e acumulado acerca do modo de produção capitalista, Marx deixa bem clara sua posição frente ao processo de desenvolvimento do conhecimento humano



sistematizado: é necessário incorporar por superação. Ao proceder dessa forma, superando o que já está produzindo, Marx não está afirmando uma posição de julgamento frente a esse conhecimento, resgatando o que julga aproveitável ou bom e rejeitando o que considera ruim. Trata-se de realizar uma análise da totalidade dessas teorias, possibilitando emergir ao nível da racionalidade seus fundamentos e limites. A partir daí se torna possível superar tal conhecimento, colocando-o à prova na realidade.

Engels (1877) traz outra contribuição para essa forma de articular o conhecimento acumulado de forma crítica. Em seu texto denominado Anti-Dühring, o autor alemão demonstra que o processo do conhecimento está relacionado com o movimento do real, que para se desenvolver, nega a forma anterior.

Negar, em dialética, não consiste pura e simplesmente em dizer não, em declarar que uma coisa não existe, ou em destruí-la por capricho. Já Spinoza dizia: Omnis determinatio est negatio, toda determinação, toda demarcação é, ao mesmo tempo, uma negação. Além disso, em dialética, o caráter da negação obedece, em primeiro lugar, à natureza geral do processo, e, em segundo lugar, à sua natureza específica. Não se trata apenas de negar, mas de anular novamente a negação. Assim, a primeira negação será de tal natureza que torne possível ou permita que seja novamente possível a segunda negação. De que modo? Isso dependerá do caráter especial do caso concreto. Ao se moer o grão de cevada, ou ao se matar o inseto, está-se executando, inegavelmente, o primeiro ato, mas torna-se possível o segundo. Portanto, cada espécie de coisas tem um modo especial de ser negada, que faz com que a negação engendre um processo de desenvolvimento, **acontecendo o mesmo com as ideias e os conceitos**. (ENGELS, 1877, p. 73, grifo nosso)

A contradição e o movimento: imprimindo um processo constante de transformação das coisas reais. A partir do momento que nasce, por exemplo, podemos afirmar que a pessoa está morrendo, aos poucos. Mas ao mesmo tempo, sua morte “progressiva” deve ser encarada como um caminho dessa matéria a outra forma, que promove o desenvolvimento de um ser que inicialmente é isolado, com algumas características humanas (podemos afirmar que apenas as orgânicas) para um ser humano mais próximo do que definimos genericamente como tal.

Acerca do processo do conhecimento pelo materialismo histórico-dialético já definimos que em primeiro lugar, partimos de uma realidade material e que devemos entender o conhecimento como reflexo (não mecânico) dessa realidade. Com relação a essa afirmação, Gomes (2010) nos alerta para o fato de que apesar de ser a busca pela verdade, o materialismo histórico-dialético não pode ser tomado como o método através do qual chegamos a equiparar o concreto pensado do real. Pois o concreto pensado é o resultado do processo de buscar se aproximar do conhecimento do real. Em determinadas condições pode-se chegar mais perto ou ficar mais afastado, conforme o maior ou menor acesso às determinações dessa realidade, que justamente por estar em constante movimento de transformação, está sempre um passo à frente da busca pelo conhecimento.

Conforme Pasqualini (2010), partimos do pseudoconcreto em direção ao concreto pensado pelo processo de análise. O pseudoconcreto (ou concreto, para Germer, 2003) é a realidade que se apresenta imediatamente, de forma aparente e caótica e o concreto pensado é o reflexo dessa realidade em forma de síntese. Desse ponto de partida, cabe à razão, com o uso da abstração, desvendar e sistematizar os processos que explicam e compõem a realidade. Por esse motivo é importante que o pesquisador tenha um arcabouço de conhecimento amplo. A possibilidade de produzir um conhecimento válido está submetida à capacidade do pesquisador de negar a empiria, ou seja, utilizar os fatos apresentados primariamente como o seu ponto de partida, sabendo que há processos constitutivos destes que não se expressam nessa aparência e, por isso, deve-se abstrair. É através desse movimento de abstração que se produz a elevação do abstrato (caótico para o pensamento) ao concreto pensado.

Abstrair é sair do dado imediato. Quando se faz o processo de abstração, conseguimos dissecar os processos e elementos que constituem um fenômeno. O fenômeno revela-se então, mediado por múltiplas determinações. Depois, quando voltamos ao objeto concreto, conseguimos enxergar essa complexidade e entender o fenômeno como determinado. Pesquisar, para o marxismo é a busca pelas determinações do fenômeno. Por isso é a síntese de múltiplas determinações.

### 1.3 PARA A REALIZAÇÃO DO EXERCÍCIO DA ANÁLISE HÁ QUE SE CONSIDERAR: A TOTALIDADE E O MOVIMENTO DA REALIDADE

Cabe nesse momento, tentarmos explicar o que o marxismo quer dizer quando se refere à busca da verdade em sua totalidade. A categoria denominada totalidade se refere à síntese de múltiplas determinações que compõe a realidade material. São os elementos concretos que compõem a realidade, fazem parte dela e por isso determinam a sua constituição.

Esses traços constitutivos da realidade, as determinações, são captados pelo pensamento e sistematizados na forma de categorias teóricas. Essas categorias que são os traços constitutivos da realidade e se expressam no pensamento, são categorias ontológicas. A categoria não é criada pelo sujeito que pesquisa. Ela é extraída por esse a partir da abstração. Gomes (2010), nos ajuda na compreensão da categoria totalidade definindo como sendo o que vem de encontro às tendências fragmentadoras, que interpretam fenômenos singulares desatrelados de uma universalidade. Nos casos em que se compreende uma mínima relação de causalidade entre singularidade e universalidade, essas relações são muitas vezes consideradas indeterminadas ou inapreensíveis. Esses estudos acabam se limitando a descrever uma parcela, aparente, do fenômeno real, sem conseguir dar o devido tratamento ao seu processo de construção, ficando a análise da realidade cheia de lacunas, abrindo brechas para mistificações.

Acumulando as considerações já colocadas, do princípio da determinação da realidade material, de que para conhecê-la é necessário um processo de análise baseado na capacidade de abstração, e que para fazê-lo é necessário conhecimento acumulado (incorporado por superação), devemos acrescentar à nossa exposição acerca do materialismo histórico-dialético a afirmação de que, assim como a realidade está em constante transformação, o conhecimento acerca dela também não deve ser estagnado.

A tendência mais comum que encontramos na ciência é a de que para determinado fenômeno, há uma explicação, como se fosse possível equiparar o processo de conhecimento ao ato de fazer fotografia. Como se a captação de

um fenômeno apenas em determinado momento deste, fosse o suficiente para conhecê-lo por inteiro. Ocorre que essa postura é equivocada, para o marxismo, porque não considera que o fenômeno está em movimento, e por isso, o processo de conhecimento não deve ser considerado conclusivo. Tudo o que é sólido desmancha no ar é uma expressão utilizada por Marx, que está resumindo essa busca da ciência que, por vezes se prende a um momento do movimento e o generaliza como se fosse a totalidade do fenômeno. Buscar a apreensão do real pelo pensamento tem a ver com considerar a realidade em constante transformação e com o fato que, quando chegamos quase a tocá-la, já não é aquela que buscávamos, se transformou.

A tentativa de apresentação dos elementos acima sobre o método que fundamenta a Psicologia Histórico-cultural é importante, pois será com esses subsídios que analisaremos as categorias propostas por Yves Clot para o desenvolvimento de sua clínica da atividade. Para nossa análise, os princípios metodológicos do materialismo histórico-dialético são a base sobre a qual ergueremos a análise presente no capítulo 4.

Ainda no sentido de construir o arcabouço teórico que fundamenta nossa análise, nos deteremos a seguir no pano de fundo onde se desenvolve a relação entre trabalho e sofrimento.

## **2 – CAPITALISMO, O PROCESSO DE TRABALHO, O ADOECIMENTO E A PSICOLOGIA**

A fim de subsidiar nossa análise posterior, a qual trataremos no capítulo 4 e que trata da compreensão da obra de Yves Clot e da consistência de sua adesão à Psicologia Histórico-Cultural, consideramos necessário a realização desse segundo capítulo uma vez que os elementos que exporemos a seguir conformam a base teórica que subsidia a referida análise.

### **2.1 O CAPITALISMO: MODO DE PRODUÇÃO DA VIDA, MODO DE PRODUÇÃO DO SOFRIMENTO**

Para analisar uma teoria que trata da questão do sofrimento pelo trabalho, como é o caso da clínica da atividade de Yves Clot, consideramos necessário colocarmos, ao menos de maneira introdutória, como anda a produção da vida em nosso tempo. Ou seja, é preciso descrever brevemente o cenário do capitalismo e o que ele impõe como condição de vida para a classe trabalhadora.

Germer (2006) aponta o fato de que o capitalismo depende do trabalho humano para a produção das mercadorias, processo esse que se configura como a base para a extração da mais-valia apropriada pelos capitalistas. E para manter funcionando esse modo de produção, há a necessidade da concorrência entre capitalistas, elemento que evidencia em sua estrutura central uma contradição: é um sistema que destrói sua base de sustentação, o trabalhador.

A fim de compreender um pouco mais sobre como chegamos a essas condições da organização do capitalismo, é interessante buscarmos, mesmo que de forma abreviada, seu desenvolvimento histórico. Do Carmo (1992) afirma que as primeiras manifestações do capitalismo como modo de produção aparecem nos séculos XVI e XVII com o declínio do feudalismo e a expansão comercial na Europa, fazendo surgir os burgos (centros comerciais que foram

se transformando em cidades). A partir daí, o sistema de troca de mercadorias começa a se expandir dos burgos europeus até alcançar outros continentes, com a invasão de navegadores mercantilistas na América, Ásia e África. A exploração dos denominados “novos mundos” (expressão utilizada à época das grandes navegações europeias para se referirem às terras então recém-descobertas) desenvolveu também nesses continentes mercados consumidores e fornecedores (de matéria prima), o que produz um salto na consolidação do capitalismo como modo de produção hegemônico.

Ao longo de sua história, especialmente a partir do século XIX, com a revolução industrial, quando se consolida como modo de produção dominante, observa-se um crescente da produtividade a partir do desenvolvimento tecnológico e da intensificação do trabalho, pois os níveis de exigência aumentam para os trabalhadores, com extensão da jornada de trabalho e aumento da sua velocidade. Deve-se ao taylorismo/fordismo e suas pesquisas sobre a produção em série e o desempenho do trabalhador, grande parcela desse incremento da produtividade.

Estamos na fase monopolista do capitalismo, que também é globalizante. Significando, então, que ao mesmo tempo em que há grandes corporações que expandem suas atividades a diversos ramos de produção de uma ou mais cadeias produtivas, também se espalham por vários países do mundo, em busca do menor custo da força de trabalho. Para Antunes (2003), vivemos em tempos de reestruturação produtiva, em que o modelo fordista/taylorista de gestão da produção, caracterizado por grandes indústrias com trabalhadores especializados empregados, vem diminuindo e dando espaço a um formato de produção industrial que permite as terceirizações de parte do processo, a transferência para o ambiente doméstico do trabalho produtivo, a extensão da jornada de trabalho para casa, ou mesmo a transferência do local de trabalho para o domicílio. O que gera uma cadeia complexa de pequenas e médias indústrias que submetem a classe trabalhadora a condições ainda mais precarizadas de trabalho, juntamente com a retirada de direitos trabalhistas historicamente adquiridos e o aumento do nível de rotatividade nos empregos. Estas são as características do novo proletariado fabril e de serviços.

O atual período do capitalismo, acima descrito, se caracteriza segundo Germer (2006), por uma reorganização do processo produtivo a fim de responder à necessidade de acelerar a velocidade de produção e o seu consumo. Para isso, empregam-se formas mescladas de gestão da produção e da força humana que produz, misturando-se elementos do fordismo/taylorismo e do toyotismo, sendo que neste último, o apelo à “participação ativa” do trabalhador na gestão, é a marca. Reengenharia e qualidade total constituem o ideário que constrói a aparência de que se está falando de uma forma de produção que superou a lógica da exploração e dos trabalhadores. Com truques que vinculam os salários às taxas de produtividade e a terceirização de parte do processo produtivo, observamos que a atual organização de gestão contribui sobremaneira para o estranhamento do trabalhador em relação ao seu trabalho. Pois a preocupação com a produtividade e a ameaça do desemprego toma quase toda a sua atenção e fôlego, o que prejudica sua capacidade de pensar sobre o trabalho (se as jornadas são muito longas, se a intensidade é adequada ou não etc.). Contexto este que leva o trabalhador a pensar que, da mesma forma que a produtividade é sua responsabilidade, as falhas do processo também o são, transferindo assim problemas que são sociais para a esfera individual e extrapolando o campo para a instalação da consciência alienada.

Além de estar submetido a um trabalho alienado (no qual o produto do seu trabalho lhe causa estranhamento), esta atividade ocupa quase todo o seu tempo e energia vital no processo de trabalho, o que faz com que a classe trabalhadora, de forma geral, tenha acesso apenas às apropriações e objetivações em-si<sup>3</sup> (ROSSLER, 2003), da esfera do cotidiano, que não possibilitam o acesso ao que há de mais avançado no gênero humano. A limitação às apropriações nas esferas cotidianas da vida produzem o sentir, pensar e agir também voltadas a aspectos imediatos e pragmáticos. Nesse

---

<sup>3</sup> O conceito de objetivações se refere ao resultado da atividade social humana, ao produto do trabalho acumulado coletivamente pelos homens e disposto para a humanidade a fim de satisfazer as necessidades desenvolvidas por esse processo. As objetivações em-si são a parte desse conjunto de objetivações referente à elementos mais imediatos da cultura, a linguagem cotidiana, os instrumentos, usos e costumes, transmitidos pelas gerações através da vivência direta, não sistematizada através da educação formal, por exemplo. É o que designamos como senso comum.

contexto, sem instrumentais para romper com esse processo, são geradas nos indivíduos dificuldades objetivas e subjetivas para lidar com as contradições as quais então se expressam na forma de sofrimento.

## 2.2 O PROCESSO DE TRABALHO SOB O CAPITALISMO E DIVISÃO DO TRABALHO: PROCESSO DE PRODUÇÃO COMO UNIDADE DE PROCESSO DE TRABALHO E PROCESSO DE VALORIZAÇÃO

Após termos descrito brevemente o cenário geral que caracteriza o capitalismo, é necessário compreendermos o conceito de trabalho para o marxismo. Para reproduzir sua vida garantindo sua sobrevivência, as espécies animais se utilizam de seu aparato orgânico e do aprendizado a partir de suas experiências individuais. No caso do homem, ocorre um terceiro movimento em seu processo de desenvolvimento: o aprendizado entre gerações, acumulado objetivamente e que corresponde ao arcabouço cultural do gênero humano. Seu aparelho biológico é a base (animal) sobre a qual se erguerão muitas outras características necessárias para a sua constituição como humano. Por meio de sua atividade vital, o trabalho, entendido como atividade unicamente humana de transformação consciente da natureza, a espécie humana dá o salto de qualidade em direção ao gênero humano.

Portanto, estamos afirmando que o trabalho é uma atividade exclusivamente humana por ser este o único ser capaz de realiza-la. Em Marx (2003):

No o fim do processo do trabalho aparece um resultado que já existia antes idealmente na imaginação do trabalhador. Ele não transforma apenas o material sobre o qual opera; ele imprime ao material o projeto que tinha conscientemente em mira, o qual constitui a lei determinante do seu modo de operar e ao qual tem de subordinar sua vontade. (MARX, 2003, p. 212)

Esta atividade, exclusivamente humana, possui uma dimensão ontológica, pois é a atividade que possibilita o desenvolvimento do homem e adapta a natureza às suas necessidades, ao seu pensamento e sua vontade,



garantindo sua sobrevivência e produzindo transformações em suas dimensões física, social e psíquica. Para a realização de tal atividade, os seres humanos utilizam, conforme Marx (2003) três componentes, que são as matérias-primas (a natureza), os instrumentos ou meios de trabalho e sua força de trabalho.

Como matéria-prima, devemos considerar todos os objetos que se encontram disponíveis na natureza, e são dela extraídos de forma direta, sem um processo de transformação. São os elementos que são extraídos pelas indústrias de base: minérios e outras matérias utilizadas para a produção posterior.

Meios de trabalho são os instrumentos utilizados pelo ser humano para transformar a matéria-prima em um bem consumível, são os elementos que o homem insere entre o meio natural e sua própria força de trabalho, utilizando suas propriedades físicas. São os objetos com os quais o homem produz uma extensão de seu próprio corpo, potencializando sua capacidade de domínio e transformação da natureza.

Nesse sentido ontológico, podemos resumir que o processo de trabalho é a atividade consciente de aplicação da força de trabalho, com o objetivo de transformação de um objeto natural (matéria-prima) em um bem consumível com o uso de instrumentos como mediação, bem este previamente idealizado na consciência do trabalhador. O seguinte parágrafo de Marx (2003) resume de uma forma clara essa afirmação:

No processo de trabalho, a atividade do homem opera uma transformação, subordinada a um fim, no objeto sobre que atua por meio do instrumental de trabalho. O processo extingue-se ao concluir-se o produto. O produto é um valor-de-uso, um material da natureza adaptado às necessidades humanas através da mudança de forma. O trabalho está incorporado ao objeto sobre que atuou. Concretizou-se, e a matéria está trabalhada. O que se manifestava em movimento, do lado do trabalhador, se revela agora qualidade fixa, na forma de ser, do lado do produto. Ele teceu, e o produto é um tecido. (MARX, 2003, p. 214-215)

Importa ressaltarmos que esse processo de trabalho realizado de forma consciente pelo ser humano, é a atividade que possibilita o seu desenvolvimento, pois na medida em que (individual e coletivamente) o ser

humano vai acumulando conhecimento sobre a transformação da natureza, vai desenvolvendo novas habilidades e conhecimentos.

No modo de produção capitalista, o processo de trabalho que descrevemos (MARX, 2003) é apropriado pelo capitalista, sendo que o produto desse trabalho passa a pertencer não mais ao trabalhador que o produziu, mas ao capitalista. Esse produto do trabalho assume a forma mercadoria, deixando de ter apenas valor de uso para a humanidade e possuindo também um valor de troca. Nessa condição de domínio do processo de produção por parte do capitalista, o controle sobre a produção sai das mãos do trabalhador, que passa a ser gerido por normas externas. A força de trabalho, nesse contexto, passa a ser mais uma mercadoria, que deve ser vendida pelo trabalhador em troca da obtenção de outras mercadorias que satisfaçam sua necessidade de sobrevivência e a reprodução de sua vida e de sua família. O capitalista, por outro lado, compra a força de trabalho – agora em forma de mercadoria -, assim como o faz com os meios de produção (instrumentos e matéria prima). Para esse, o processo produtivo é nada mais do que um jogo de compra e venda de mercadorias, é:

...apenas o consumo da mercadoria que comprou, a força de trabalho, que só pode consumir adicionando os meios de produção. O processo de trabalho é um processo que ocorre entre as coisas que o capitalista comprou, entre coisas que lhe pertencem. O produto desse processo pertence-lhe do mesmo modo que o produto do processo de fermentação em sua adega. (MARX, 2003, p. 219)

Nesse processo de apropriação do trabalho pelo capitalismo, o objetivo deixa de ser a produção de valores-de-uso, coisas que atendam às necessidades da humanidade; e passa a ser o de produção de valores-de-uso, mas que também sejam valores-de-troca, isto é, que possam ser vendidos – as mercadorias. Essas mercadorias produzidas por esse processo têm como característica possuírem um valor maior do que o do conjunto de mercadorias que foi conjugado para produzi-las, valor esse agregado através do emprego do trabalho humano despendido nessa produção. Esse valor agregado pelo trabalho é um valor excedente, denominado de mais-valia (MARX, 2003). O trabalho excedente, que propicia ao capitalista vender a mercadoria produzida

por um valor maior do que a simples equação de soma de meios de produção com matéria prima, se deve ao fato de que, na jornada de trabalho comprada pelo capitalista do trabalhador, uma parte não é paga ao segundo. Em termos simplificados, o que estamos afirmando, conforme Marx (2003) é que o que agrega valor às mercadorias é o trabalho humano, e este é comprado pelo capitalista por um determinado tempo, denominado jornada de trabalho. O valor pago por essa jornada de trabalho é menor do que o valor produzido nela, pelo trabalhador. E esse excedente (incorporado nas mercadorias produzidas pelo trabalhador) é apropriado pelo capitalista. Se o equivalente ao salário do trabalhador pode ser quantificado em duas horas, por exemplo, o restante de sua jornada de trabalho, seis, por exemplo, se esta jornada for de oito horas, é de produção de mais-valia.

Temos que, no modo de produção capitalista, a extração da mais-valia é a base da produção da riqueza que se acumula nas mãos dos proprietários dos meios de produção. Podemos analisar essa exploração que subsume a força de trabalho a determinadas condições de um processo produtivo, em termos de mais-valia absoluta e mais-valia relativa.

A diferença entre um processo de produção de um bem de consumo com o processo produtivo capitalista (de produção de valores-de-troca) é que no primeiro a atividade desenvolvida é considerada em seu aspecto particular, é um trabalho concreto destinado a produzir algo para o consumo. No segundo, o processo de produção capitalista, a atividade desenvolvida pelo trabalhador perde a relação que o primeiro processo tem, em termos de objetivo, e torna-se uma atividade destinada a trocar por mercadoria (o salário). Por ser reconhecida pelo trabalhador como uma troca de mercadorias (sua força de trabalho, convertida em tempo, pelo salário), o sentido do trabalho sob o capitalismo se afasta daquele que é a sua capacidade de transformar a natureza a fim de produzir um bem consumível e necessário socialmente e torna-se uma atividade passiva, sem relação com o objetivo primário do trabalho.

A fim de potencializar o processo de produção de mercadorias no modo de produção capitalista, se desenvolve a divisão do processo de trabalho. Isso começa a se desenvolver no período histórico situado por Marx (2003) como

final do período da manufatura (até final do século XVIII) e se intensifica e complexifica desde então. Nessa forma de organizar a produção, o trabalhador que até então era responsável por produzir um produto por inteiro, começa a se especializar, realizando ações parciais que constituem a produção. Nesse contexto, o trabalhador passa a se assemelhar mais a um instrumento da fábrica do que a um profissional (como o era o artesão). Assim, a unidade produtiva não é mais o trabalhador (que antes fazia o produto inteiro), mas a oficina, agora composta por partes, setores, onde cada trabalhador exerce uma parte (cada vez menor) da produção. Esse é o ponto de partida da produção em série que permitiu o desenvolvimento do capitalismo.

Sendo um produto parcial de cada trabalhador parcial apenas um estágio particular da produção de um artigo, cada trabalhador ou cada grupo de trabalhadores recebe de outro sua matéria-prima. O resultado do trabalho de um é o ponto de partida para o trabalho de outro. Um trabalhador dá ocupação diretamente ao outro. (MARX, 2003, p. 400)

Essa divisão do trabalho dentro da fábrica, a divisão técnica, está na base da perda de controle do trabalhador sobre sua produção. Pois com a inserção do trabalhador coletivo (cada indivíduo fazendo uma parte da mercadoria), fica mais difícil para se compreender que quem de fato produz as mercadorias na sociedade é o trabalhador. Estes passam a enxergar, equivocadamente, que a mercadoria é produzida pela fábrica, pelas máquinas, e pertence ao proprietário da fábrica. Dessa forma, o capitalismo se apropria do trabalho humano, retirando quase totalmente desta atividade a sua dimensão humanizadora, fazendo com que o trabalhador se reduza a mais uma mercadoria necessária para o processo produtivo.

Assim, como afirma Mészáros (2006), a divisão do trabalho traz como resultado a redução de quase toda a dimensão humanizadora do trabalho ao trabalho abstrato, que é aquele maquinal. Essa redução é necessária para a racionalização do processo produtivo, que é resultado da concorrência.

A concorrência encerra em si uma racionalização do processo de produção – no sentido de decompor processos complexos em seus elementos mais simples, de maneira que possam ser facilmente executados por meio da produção em larga escala, competitivamente vantajosa – a despeito de suas consequências humanas. O resultado é

a difusão do maquinário industrial e a mecanização do trabalho humano. Para o trabalhador isso significa não somente que ele não encontra nenhuma satisfação humana em seu trabalho, por estar *“corpórea e espiritualmente reduzido à máquina – e de um homem (é reduzido) a uma atividade abstrata e uma barriga”*, mas significa também que, ao descer à (condição de) máquina, ele se encontra perante a máquina como diante de uma “nova concorrência”. (MÉSZÁROS, 2006)

## 2.3 O CAPITALISMO E A DIALÉTICA HUMANIZAÇÃO/ALIENAÇÃO

Como já evidenciado nesse trabalho, consideramos imperativo a compreensão do conceito de alienação para esboçar qual é a relação entre o trabalho e a produção do sofrimento humano. Concordando com essa premissa, encontramos no trabalho de Gomes (2010), uma elaboração acerca da alienação. O autor nos auxilia nesse entendimento ao afirmar que a alienação não é uma condição estática e totalizante do indivíduo. Queremos dizer com isso, que não podemos simplificar o conceito afirmando que uma pessoa é totalmente alienada em relação ao mundo em que vive. Gomes (2010) resgata a elaboração marxiana e que posteriormente é desenvolvida por Lukács de que a alienação deve ser compreendida como um processo complexo e contraditório no ser humano, que é determinado pela relação dialética dos indivíduos com o meio em que vivem, a partir das objetivações por eles produzidas. Gomes (2010) resume, que a alienação é um processo, que resulta da contradição que permeia as apropriações humanas genéricas e os elementos singulares característicos que compõem um indivíduo.

Essas objetivações podem ser traduzidas como a forma como o ser humano domina a natureza, como transforma o mundo natural num mundo social, composto por produções da consciência humana objetivada pelos coletivos humanos, ou seja, essas objetivações são resultados da transformação da sociedade. Nesse sentido, Gomes (2010) ressalta a elaboração de Lukács que segue no sentido de desdobrar o processo de objetivação em uma dialética objetivação-exteriorização. Esse desdobramento

é uma sequência da elaboração da unidade dialética proposta por Marx como sendo a objetivação e nos ajuda a compreender que esse processo diz respeito à ação de produzir modificações no mundo (objetivação) que, ao mesmo tempo, exteriorizam sua consciência. O trabalho (em seu sentido ontológico) é uma dessas formas de objetivação-exteriorização, a qual possui o caráter de construtor do processo de humanização dos indivíduos. O trecho abaixo reafirma o trabalho como atividade central na constituição humana:

O trabalho em sua concretude refere-se à atividade de produção da vida humana, à atividade de objetivação-exteriorização humana através da qual os homens produzem os meios necessários à satisfação de suas necessidades materiais, espirituais, culturais, simbólicas etc. Por isso, a base da ontologia do ser social encontra-se no trabalho, na atividade prática dos homens no mundo com o objetivo de produzirem sua existência. O trabalho, em razão de seu papel como constituidor do ser social, acabou por se conformar em suas diferentes apresentações, em elemento central através do qual são organizadas as diversas sociedades humanas em seus aspectos sociais, políticos, culturais, entre outros, que, em essência, constituem-se em diferentes modos de produzir e reproduzir a existência humana, ou seja, em diferentes formas sociais de reprodução do ser. (GOMES, 2010, p. 140-141)

Essa reafirmação do caráter central do trabalho para a constituição do ser humano como superação do estado natural-instintivo, traz consigo a constatação, já estabelecida em nosso trabalho, de que temos em nossa sociedade atual, capitalista, a sua expressão particular de trabalho: este ocorre como atividade determinada de forma heterônoma, onde o produto das objetivações são encaradas como estranhas ao seu produtor, que chega a atribuir a esses produtos uma vida própria, apartada. Assim, alienação como movimento resultante da relação objetivação-expressão nessa forma particular de estabelecimento do trabalho é uma condição característica dessa forma histórica de organização e produção da vida.

Dessa forma, a alienação deve ser compreendida como o processo no qual o homem não reconhece sua marca humana (individualmente) nas objetivações humanas com que se depara, como também não se reconhece

em sua atividade e nem mesmo nos outros homens, seus semelhantes em espécie.

A classe trabalhadora está inserida em relações de produção, relações de trabalho, que impõem de forma hegemônica o processo de alienação com relação ao produto do trabalho, ao processo de trabalho, e às outras pessoas. Mas deve-se ter cuidado com essa afirmação de hegemonia da alienação e compreendê-la da maneira adequada, dialeticamente. Para isso, importa ressaltar, novamente, que para o materialismo histórico-dialético, o ser humano não deve ser confundido com uma esponja, que se apropria e internaliza tudo o que lhe chega, de forma reflexa. Cada indivíduo vai se relacionar com as objetivações das quais se aproxima de forma ativa, apropriando-se destas conforme sua individualidade o permite. Queremos dizer, nesse momento, que o modo de ser, que pode ser traduzido como personalidade<sup>4</sup>, será influenciada pelo mundo ao seu redor, de forma singular, mediada por ela. O resultado da apropriação das objetivações produzidas pela humanidade por parte de cada indivíduo, por sua vez, desenvolve a personalidade, determinando indivíduos com graus diversos de alienação, o que leva à constatação de que não se pode compreender a alienação como uma condição homogênea para todas as pessoas.

Gomes (2010) concorda com a afirmação acima e aponta para o fato de que o grau de alienação e humanização, que é a capacidade de apropriação do conteúdo produzido pelo gênero humano é diverso nos indivíduos e coletivos particulares. E mesmo num processo de trabalho em que predominam as relações alienadas, há contradições que permitem ensaios rumo à superação, mesmo que de forma parcial, da alienação.

---

<sup>4</sup> Personalidade é um termo utilizado na Psicologia por correntes teóricas diversas e, por esse motivo, há divergências no que o termo expressa conceitualmente. Como estudiosos filiados à Psicologia Histórico-Cultural, que por sua vez tem sua base epistemológica no materialismo histórico-dialético, adotamos o conceito de personalidade proposto por Martins (2007). Apesar de considerarmos um importante conceito, não seria adequado desenvolvermos esse debate, por não ser objeto desse trabalho. Para o momento, esboçamos de forma breve e simplificada, no trecho: “A personalidade é processo resultante da síntese de aspectos objetivos e subjetivos, produto da atividade individual condicionada pela totalidade social, constituindo-se como autoconstrução da individualidade graças à atividade e consciência historicamente construídas.” (MARTINS, 2007, p. 91 - 92)

Embora a genericidade para-si apresente-se apenas como possibilidade, dado a predominância restritiva das relações sociais hegemônicas, não significa que ela não possa se apresentar em movimentos embrionários, latentes, através de tentativas dos sujeitos em superar suas alienações. (GOMES, 2010, p. 153)

Esses movimentos denominados por Gomes (2010) de embrionários e latentes no mundo do trabalho, podem ser traduzidos na atividade concreta da vida de alguns coletivos de trabalho, como ações de resistência diante da intensificação do processo de exploração. Como manifestações coletivas, podemos citar as ações de organização e luta pela manutenção de direitos trabalhistas assegurados pela legislação vigente, melhoria de condições de trabalho, melhoria de condições de salário e de vida em geral. Esses processos de enfrentamento que os trabalhadores travam contra a intensificação da exploração, podem ter como efeito nos indivíduos que dele participam, o movimento de superação da alienação.

Duarte (1993) nos ajuda a compreender que é na atividade humana que se dão as relações de apropriação e objetivação, processos estes que produzem o gênero humano: características humanas historicamente construídas e objetivadas socialmente, como os instrumentos, a arte, a cultura, a tecnologia, a linguagem, os costumes, as quais se configuram como síntese acumulada de tudo o que a humanidade já produziu. Podemos afirmar que a atividade de trabalho humaniza porque o indivíduo, ao se apropriar do acúmulo da produção humana por meio desta atividade, se aproxima do ser humano genérico.

Nesse processo que constitui a individualidade, quanto menos temos acesso aos bens produzidos historicamente pela humanidade, por conta da forma como está organizado o modo de produção da vida na sociedade de hoje, mais ficamos submetidos à alienação. Devemos entender que toda a produção humana de bens está contendo tanto bens materiais como espirituais (este termo é utilizado em Marx (1859) para se referir à dimensão não palpável da realidade). Alienação, portanto, pode ser traduzida como um distanciamento do homem de sua genericidade e, conseqüentemente, de sua dimensão transformadora da realidade. Queremos dizer com isso que, quando o trabalho



adquire o sentido único da sobrevivência, sem o aspecto da transformação consciente de nossa realidade natural e social, o homem perde a condição de controle sobre o movimento dialético de apropriação/objetivação do gênero humano e, então, se aliena.

No capitalismo, as relações em que se estabelece o trabalho se dão essencialmente em forma de troca de mercadorias. E a força de trabalho é também uma mercadoria - única propriedade do trabalhador, que a vende em troca de outras mercadorias necessárias para garantir sua sobrevivência (Marx, 2003). Em *Manuscritos Econômicos-filosóficos*, Marx (2004) afirma que o trabalho nessas condições perde o sentido de atividade especificamente humana de domínio da natureza pela humanidade. Torna-se seu fim a venda da força de trabalho e não a produção de um bem de consumo necessário para a sociedade e para a reprodução do gênero humano. A atividade trabalho se converte em meio de satisfação das necessidades, perdendo em grande medida sua dimensão humanizadora e impondo-se outra, alienante. Isso porque o trabalhador individualmente se distancia do produto de seu trabalho, estranhando-o. O que faz com que se perca a noção de que as mercadorias são produzidas pelo trabalho, passando-se a pensar que elas são feitas por máquinas, fábricas ou grandes empresas e instituições. Nesse sentido, a classe trabalhadora submete-se e se deixa dominar pelos proprietários do produto do seu trabalho, colocando-se no papel de coadjuvante no processo de produção da vida. A essa submissão, segue-se a sujeição a condições de trabalho que, na maioria das vezes, esgotam a energia vital do trabalhador, o que se expressa como sofrimento no trabalho.

Apesar de não termos uma elaboração teórica sistematizada sobre a relação sofrimento e trabalho fundamentada no marxismo, temos que o caminho para essa compreensão passa pela categoria alienação.

Em seu texto denominado “Trabalho assalariado e capital”, Marx (1891) nos descreve em algumas linhas as consequências do trabalho alienado:

Mas a força de trabalho em acção, o trabalho, é a própria actividade vital do operário, a própria manifestação da sua vida. E é essa actividade vital que ele vende a um terceiro para se assegurar dos meios de vida necessários. A sua actividade vital é para ele, portanto, apenas um meio para poder existir. Trabalha para viver. Ele, nem

sequer considera o trabalho como parte da sua vida, é antes um sacrifício da sua vida. É uma mercadoria que adjudicou a um terceiro. Por isso, o produto da sua actividade tão-pouco é o objectivo da sua actividade. O que o operário produz para si próprio não é a seda que tece, não é o ouro que extrai das minas, não é o palácio que constrói. O que ele produz para si próprio é o salário; e a seda, o ouro, o palácio, reduzem-se para ele a uma determinada quantidade de meios de vida, talvez a uma camisola de algodão, a uns cobres, a um quarto numa cave. E o operário, que, durante doze horas, tece, fia, perfura, torneia, constrói, cava, talha a pedra e a transporta, etc., - valerão para ele essas doze horas de tecelagem, de fiação, de trabalho com o berbequim ou com o torno, de pedreiro, cavador ou canteiro, como manifestação da sua vida, como vida? Bem pelo contrário. Para ele, quando termina essa actividade é que começa a sua vida, à mesa, na taberna, na cama. As doze horas de trabalho não têm de modo algum para ele o sentido de tecer, de fiar, de perfurar, etc., mas representam unicamente o meio de ganhar o dinheiro que lhe permitirá sentar-se à mesa, ir à taberna, deitar-se na cama. Se o bicho-da-seda fiasse para manter a sua existência de lagarta, seria então um autêntico operário assalariado. (Marx, 1891, p. 25)

Mészáros (2006) sistematiza o desenvolvimento dessa categoria na obra marxiana e nos auxilia a entendê-la trazendo como pressuposto que os termos de referência fundamentais para sua apreensão são o homem, a natureza e a atividade produtiva (ou indústria, como ele resume). Assim, a indústria é ao mesmo tempo produto da atividade do homem, como o faz dela seu produto. E como essa relação do homem com a natureza é mediada por uma atividade alienada, o produto dessa atividade torna-se estranho ao homem, gerando uma consciência alienada acerca da realidade.

Marx (2004) considera que sob o modo de produção capitalista, quanto mais uma sociedade acumula riqueza com o uso do trabalho humano, é claro, mais profundo o processo de alienação a que classe trabalhadora fica submetida. Uma sociedade se encontra em condição de aumento da riqueza quando se torna possível acumular uma grande quantidade de trabalho humano explorado. E por ser esse trabalho realizado sob a forma de relações sociais de exploração, o domínio sobre ele se desloca para mãos alheias (as do capitalista) e por consequência, a sua subsistência também. Nesse processo de enriquecimento de uma sociedade<sup>5</sup>, ocorre um aumento da divisão

---

<sup>5</sup> Nesse contexto, do modo de produção capitalista, devemos ter em mente que essa riqueza produzida está acumulada nas mãos de uma pequena parcela da população: os que detêm os meios de produção.

do trabalho, ficando o trabalhador (individualmente) submetido a um trabalho concreto, particular, unilateral e automático e, assim, equiparando-se à condição de máquina, pois não enxerga seu trabalho como atividade de domínio da natureza, mas apenas como uma tarefa parcial e descontextualizada. Nesse sentido, o crescimento da riqueza da sociedade é fruto do processo de exploração (que gera o desgaste) da classe trabalhadora.

Desta forma, mesmo na conjuntura de sociedade que é a mais favorável ao operário, o resultado fatal para o trabalhador é o trabalho exagerado e a morte precoce, a deterioração em máquina, a submissão ao capital que se acumula em intimidante oposição a ele, nova concorrência, a morte à fome ou a mendicância para uma parcela dos trabalhadores. (MARX, 2004, p. 69)

Portanto, ocorre que quanto maior o número de mercadorias o homem produz, maior a riqueza social produzida, mais barata se torna a força de trabalho. Tal fato ocorre no capitalismo porque nesse modo de produção da vida, o trabalho despendido pelo homem é objetivado na sua produção (assim como ocorre em outros modos de produção da vida), transferido a ela, mas ao ser produzida sob relações de exploração, a mercadoria adquire uma existência separada do homem que a produziu, pois este não a reconhece como sua produção. Esse objeto produzido pelo homem dessa maneira estranhada, portanto, assume uma posição de poder sobre a existência do ser humano. Poder esse invertido em relação ao que ocorre quando analisamos o trabalho em seu sentido ontológico, que pressupõe o trabalho como atividade de domínio do ser humano sobre a natureza, que permite sua transformação. O objeto, fruto do trabalho humano, torna-se necessário para a existência do trabalhador, habilita-o a existir.

Assim, em ambos os sentidos, o trabalhador torna-se escravo do objeto; em primeiro lugar, pelo fato de receber um objeto de trabalho, depois pelo fato de receber meios de subsistência. Deste modo, o objeto habilita-o a existir, inicialmente como trabalhador, em seguida, como sujeito físico. O ponto culminante de tal servidão é que ele só pode manter-se como sujeito físico na condição de trabalhador e só é trabalhador na condição de sujeito físico. (MARX, 2004, p.113)

Esse é o primeiro aspecto da alienação: em relação ao produto de seu trabalho, e por consequência, em relação à natureza.

O segundo aspecto da alienação é a alienação em relação ao processo de trabalho. A atividade-trabalho torna-se estranha e dirigida por outro, como algo que não lhe pertence e que é feito de forma automatizada, mecânica. Nesse sentido, o trabalho se configura como apenas gasto de energia física e mental. Marx denomina esse aspecto da alienação, como auto-alienação.

... A relação do trabalho com o ato da produção dentro do trabalho. Tal relação é a relação do trabalhador com a própria atividade como sofrimento (passividade), a força como impotência, a criação como emasculação, a própria energia física e mental do trabalhador, a sua vida pessoal – e o que será a vida senão atividade? - como uma atividade dirigida contra ele, independente dele, que não lhe pertence. Esta é a auto-alienação, em contraposição com a acima mencionada alienação da coisa. (MARX, 2004, p. 114)

Como consequência desses dois aspectos da alienação, em relação à natureza e à sua atividade, decorre um terceiro aspecto da alienação: em relação ao gênero humano.

O ser humano, como sabemos, não pode ser definido apenas em sua dimensão orgânica e instintiva, assim como podemos fazê-lo com os demais animais. No caso do ser humano, há um salto qualitativo, possível pelo fato de este manter uma relação consciente com a natureza. Essa relação consciente faz com que o ser humano (como espécie) desenvolva capacidades que se não tivesse se apropriado culturalmente, não seriam possíveis.

Para o homem, as plantas, animais e minerais, constituem as extensões inorgânicas de sua existência. O homem utiliza esses elementos da natureza como instrumentos e matéria-prima para realizar sua atividade vital, que é o trabalho, atividade de domínio sobre os elementos naturais da realidade a fim de produzir algo não natural – o produto do seu trabalho – necessário para a manutenção de sua vida, que possui necessidades básicas (naturais) e construídas socialmente.

Esses elementos naturais são apresentados ao indivíduo pela mediação da cultura, que sintetiza o conhecimento acumulado no decorrer das gerações. Esse movimento é de apropriação e objetivação e é o que faz do homem um ser genérico, que se multiplica a partir de sua atividade e se percebe num mundo por ele criado.

Quando sua atividade essencialmente humana assume uma dimensão alienada (não domina o processo de trabalho e enxerga seu produto como estranho à sua atividade) o seu acesso ao produto do trabalho socialmente acumulado se limita. Com isso, afirmamos que o indivíduo está alienado em relação ao gênero humano. A atividade alienada rouba do homem a sua vida genérica, o que ele objetiva como ser genérico, e a natureza que ora era a extensão de seu corpo inorgânico, torna-se para ele estranho, apenas meio de manutenção de sua existência.

Esse estranhamento em relação à natureza, que decorre da alienação com relação ao processo de trabalho e a seu produto, também deve ser traduzido como alienação em relação aos outros homens, ou seja, ao gênero humano. Esse homem/trabalhador que não se vê refletido em seu trabalho, também não consegue encontrar o que de universal há nele próprio, o que há nele como identidade em relação aos outros homens.

Nesse processo, o produto do trabalho é um objeto estranho ao trabalhador, assim como o processo pelo qual esse produto é objetivado, não pertence ao trabalhador, mas sim a um ser humano não trabalhador - o capitalista.

A atividade produtiva é coagida e ordenada por quem é proprietário dos meios de produção e é apropriada por este de forma torná-lo o senhor de todo o processo. O trabalhador, quando alienado do processo, produto de trabalho e do gênero humano, produz não somente “sua própria existência fincada sob as bases da desrealização e punição” (MARX, 2004), mas também produz o domínio daquele que nada produz, conferindo a um estranho o trabalho que pertence (na realidade) ao trabalhador.

Assim se produz a apropriação privada do que é criado pelo trabalho humano explorado. A propriedade privada é o resultado, é a consequência necessária do trabalho alienado, que por estar sob poder de quem não trabalha

(o capitalista), é elemento necessário, por sua vez, para manter a produção de riquezas sob a forma de trabalho alienado.

Como consequência dessa relação de estranhamento do homem em relação ao produto de seu trabalho e à natureza, em relação ao processo de trabalho e ao gênero humano, ocorre que a expressão particular de trabalho sob o capitalismo produz o adoecimento da classe trabalhadora.

Com isso temos que a atividade que genericamente se configura como de domínio sobre as condições naturais de vida e como salto qualitativo do homem como animal para o homem como ser social, passa a se configurar como atividade de desgaste do trabalhador. Para esclarecer qual é a compreensão do processo saúde-doença no capitalismo a partir do materialismo histórico-dialético, faz-se necessária uma breve exposição, que segue no próximo tópico deste capítulo.

## 2.4 O PROCESSO DE SAÚDE-DOENÇA NO PROCESSO DE TRABALHO

Apropriamos-nos da elaboração de Laurell e Noriega (1989) acerca da concepção histórica da produção do processo saúde-doença e sua relação com o processo de trabalho, a fim de buscarmos uma compreensão do problema sofrimento pelo trabalho, fundamentado de forma consistente com o materialismo histórico-dialético.

Para esses autores, devemos considerar o ser humano em sua totalidade biopsíquica, sem a possibilidade de cindir aspectos corporais-orgânicos de outros psíquicos-subjetivos. Além disso, o processo saúde/doença não pode ser estudado como um processo individual e nem como um processo meramente orgânico. Para entender suas determinações, devemos estudar tal processo como inserido na coletividade humana, considerando suas relações sociais.

E, por ser socialmente determinado, o processo saúde-doença se modifica a partir do contexto social e histórico em que a coletividade humana está inserida. E esse momento histórico deve ser compreendido, por sua vez, como a forma como essa coletividade organiza o modo de produção da vida.

Assim, conforme a condição de desenvolvimento da organização da produção da vida, ou seja, como os seres humanos coletivamente produzem as condições de transformação da natureza, os homens – individualmente – se submetem a determinadas condições de vida, conforme sua função no processo produtivo.

Portanto, além de ser uma totalidade biopsíquica, a corporeidade humana é determinada historicamente (LAURELL e NORIEGA, 1989). Como um reflexo do momento histórico em que essa corporeidade está inserida, a biologia humana adquire historicidade. Tomamos de empréstimo o termo “modos de andar a vida” (TAMBELLINI, 1975, apud LAURELL e NORIEGA, 1989) para definir que a corporeidade humana se expressa como um resultado de um processo de adaptação ao meio histórico-social em que está inserido.

Mas vale ressaltar que essa adaptação está relacionada a uma capacidade do corpo de responder com plasticidade às suas condições de desenvolvimento, resultando em mudanças nos processos corporais, que se expressam em formas biológicas específicas, que podem ser saudáveis ou precárias, produzindo saúde ou se colocando como processos destruidores da integridade corporal (LAURELL e NORIEGA, 1989).<sup>6</sup>

Assim, a constituição da corporeidade individual de cada ser humano é uma expressão da forma como esse indivíduo está inserido numa determinada coletividade e, ao mesmo tempo, de como este desenvolve sua atividade nesse contexto. Por outro lado, a atividade de cada indivíduo produz essa coletividade, que em termos societários, produz o modo de produção da vida de uma sociedade, que é a base do desenvolvimento da corporeidade humana.

Em nossa sociedade, cujo modo de produção da vida é baseado na propriedade privada dos meios de produção, o trabalho é a atividade central da vida adulta<sup>7</sup>. Nesse sentido, para entender como ocorre o desenvolvimento dos

---

<sup>6</sup> É necessário deixarmos claro que os termos corporeidade, processos corporais e formas biológicas que são empregados por Laurell e Noriega (1989) contemplam nosso objeto de pesquisa – sofrimento – porque deve-se entender que está incorporada na análise dos autores, a dimensão psíquica como indissociável da corporal, compreensão concordante com o materialismo histórico-dialético.

<sup>7</sup> Para a Psicologia Histórico-cultural, o trabalho é a atividade principal na vida adulta, ou seja, aquela atividade que organiza e aponta a direção do desenvolvimento psíquico dos indivíduos, independentemente da posição de classe que o indivíduo ocupa na sociedade. Para aprofundamento sobre esse assunto, pode-se ler o estudo de Ligia Marcia Martins (2007).

“modos de andar a vida” para a nossa coletividade, é necessário realizar o estudo da relação processo de trabalho com a saúde. Laurell e Noriega (1989) buscam no marxismo as bases para essa afirmação:

O fundamento teórico específico, por usar o “processo de trabalho” em sua acepção marxista como categoria central na análise da produção social do nexos biopsíquico humano, é que permite dar conta das formas sociais específicas sob as quais se dá a relação entre homem e natureza. Vale dizer, coloca a chave do entendimento do caráter social do processo biopsíquico humano no processo através do qual o homem se apropria da natureza transformando-a e transformando a si mesmo, ou seja, no processo de trabalho. Coloca-se, pois, que é no metabolismo entre homem e natureza que surge o que temos chamado “condições ambientais” das coletividades humanas através e diante das quais se constituem os modos de andar a vida. (LAURELL e NORIEGA, 1989, p. 103-104)

O trabalho sob a forma explorada e alienada, nega a dimensão acima descrita e torna-se, em grande medida, atividade destruidora das capacidades humanamente desenvolvidas. Essa forma de trabalho é a forma generalizada de expressão da relação homem/natureza no modo de produção capitalista. Para sermos mais exatos, essa é a forma particular de produzir a vida dentro do capitalismo.

E partindo desse pressuposto, Laurell e Noriega (1989) buscam a compreensão da relação do processo de trabalho com a produção do processo saúde/doença.

Para fazer essa análise, os autores se fundamentam nos preceitos do marxismo, os quais procuramos discutir nesse estudo no item dedicado ao tema processo de trabalho. Resgatando-os de forma breve, para o marxismo, o processo de trabalho sob o capitalismo é o meio com o qual se produz a valorização das mercadorias, é a concretização da estratégia empregada pelo capital, num determinado momento histórico, para extrair a mais-valia. É a materialização do processo de valorização, através da divisão do trabalho. Na medida em que o modo de produção capitalista vai se desenvolvendo e se complexificando, ocorrem mudanças nessas estratégias de organizar a



extração da mais-valia e os processos de trabalho se modificam, assumindo características particulares. Podemos exemplificar esse desenvolvimento apontando as diferenças da forma de organização do processo produtivo característico da segunda revolução industrial (fordismo/taylorismo) e o que encontramos hoje (toyotismo mesclado com fordismo).

Porém, Laurell e Noriega (1989) ressaltam que cada forma de organizar o processo produtivo, quando buscamos compreendê-lo em sua dimensão concreta, deve ser entendida como um espaço de luta. Por isso, devem ser consideradas para a sua compreensão, as condições que são produzidas nesses espaços pelo confronto cotidiano entre trabalho e capital.

A fim de buscar captar o máximo possível, a totalidade da complexidade do processo de trabalho e no que ele determina a relação saúde/doença, Laurell e Noriega (1989) afirmam ser necessária a análise dos elementos que compõem essa totalidade.

Essa análise deve ser feita de forma a compreender que existe uma correlação entre as condições que compõem o processo de trabalho, não podendo deixar de lado parte desses elementos para a compreensão do processo de trabalho como um todo. O método proposto pelos autores para realizar essa análise envolve a noção de que as condições de trabalho impostas dentro de um processo de trabalho particular, são reflexos do modo de produção capitalista e, por isso, ao mesmo tempo em que possuem características particulares, também possuem características universais.

Nesse sentido, as condições de trabalho tratadas pela medicina do trabalho como riscos que podem ou não causar adoecimentos aos trabalhadores, são consideradas por Laurell e Noriega (1989), ao contrário, como cargas de trabalho. Essa mudança na denominação das condições em um determinado processo de trabalho não pode ser encarada como mera mudança de termos.

Ao conceituar as condições de trabalho como “cargas de trabalho”, os autores estão afirmando que estas condições de trabalho determinam necessariamente um processo de desgaste, que pode ou não desencadear adoecimento, conforme esse processo de desgaste se configura de forma mais ou menos intensa para o trabalhador. Mas não podem ser consideradas como

riscos, porque tal designação implica no entendimento de que a incidência de determinadas condições de trabalho são eventuais e muitas vezes, evitáveis a partir de determinados comportamentos adotados pelos trabalhadores – de forma individual.

Essa concepção de risco, proposta pela medicina do trabalho, define os riscos como agentes isolados que podem causar o adoecimento e implica que o cuidado com a saúde seja responsabilidade do trabalhador e não do capitalista. Essa concepção da medicina do trabalho traz, portanto, dois problemas que mascaram o quanto o processo de trabalho sob o capitalismo possui, necessariamente, uma dimensão que adocece o trabalhador: o primeiro é a simplificação do olhar sobre o processo de trabalho, ao decompor cada elemento e analisá-lo isoladamente (essa concepção de medicina do trabalho não relaciona como uma totalidade aspectos físicos, químicos e psíquicos do processo de trabalho); o segundo problema, que decorre do primeiro, é que, ao analisar cada elemento do processo de trabalho isoladamente, impõe uma noção – falsa – de que esses elementos são controláveis pelo trabalhador. Por exemplo ao propor o uso de equipamentos de proteção individual como estratégia única de saúde do trabalhador, considerando que a saúde está garantida ao utilizar uma máscara quando há exposição a gases tóxicos.

Laurell e Noriega (1989) são contrários a isso, e explicam que a noção de cargas de trabalho nos possibilita um entendimento mais preciso de que os fatores a que o trabalhador está submetido no processo de trabalho interagem entre si e com o trabalhador. Nas palavras dos autores, podemos compreender melhor esse conceito:

Dessa forma, busca-se ressaltar na análise do processo de trabalho os elementos deste que interatuam dinamicamente entre si e com o corpo do trabalhador, gerando aqueles processos de adaptação que se traduzem em desgaste, entendido como perda da capacidade potencial e/ou efetiva corporal e psíquica. Vale dizer, o conceito de carga possibilita uma análise do processo de trabalho que extrai e sintetiza os elementos que determinam de modo importante o nexos biopsíquico da coletividade operária e confere a esta um modo histórico específico de “andar a vida”. (LAURELL e NORIEGA, 1989, p. 110)

Tendo estabelecido que as cargas de trabalho são os elementos que nos possibilitam a compreensão de como o processo de trabalho sob o capitalismo determina o processo de saúde/doença dos trabalhadores e como também produz modificações em sua corporeidade, Laurell e Noriega (1989) propõem uma apresentação destas cargas em: físicas, químicas, biológicas, mecânicas, fisiológicas e psíquicas. Vejamos de forma breve cada tipo.

As cargas físicas são caracteristicamente ruído e calor, que podem ser medidos sem estar em contato com o corpo humano, podemos afirmar ter uma materialidade externa a este. Estas cargas produzem modificações na corporeidade dos trabalhadores, podendo chegar a um desgaste que produz danos ao trabalhador, pois quando um ruído é intenso ou a temperatura extrema, determina um processo de adaptação do organismo que pode chegar a produzir adoecimento.

As cargas químicas são pós, fumaça, fibras, vapores, líquidos; as biológicas, micro-organismos. Assim como as cargas físicas, as químicas e biológicas também podem ser aferidas com instrumentos, tendo materialidade externa em relação ao trabalhador. Elas desenvolvem nos trabalhadores, mais comumente, processos de intoxicação (no caso das primeiras) ou contaminação (no caso das últimas), que também podem desencadear condições de adoecimento.

As cargas mecânicas são as descritas como excesso de peso, esforços repetitivos e posturas inadequadas e são os fatores que causam rupturas na corporeidade, gerando contusões, fraturas, feridas, etc. São de possível aferição, independentemente da relação com o trabalhador, assim como as descritas anteriormente.

As cargas fisiológicas e psíquicas são diferentes das descritas anteriormente no aspecto de sua medição, que não é possível senão enquanto expressão nos trabalhadores, em interação com esses. Cargas fisiológicas como jornadas extensas de trabalho ou alternância de turnos de trabalho só são observáveis como cargas, quando sua consequência para os trabalhadores já se manifesta como prejudicial. Temos que considerar, portanto, a materialidade desses tipos de carga, como processos corporais transformados.

O mesmo ocorre com as cargas psíquicas que, assim como as fisiológicas, apenas são observáveis a partir de sua manifestação no trabalhador. Os autores agrupam esse tipo de carga em dois grandes grupos: a sobrecarga psíquica, que abrange situações de tensão prolongada; e a subcarga psíquica, que diz respeito à impossibilidade de uso da capacidade intelectual no processo de trabalho. Laurell e Noriega (1989) citam como exemplos de sobrecargas psíquicas: a exigência de atenção permanente em uma tarefa, a pressão por metas, a consciência da periculosidade do trabalho. Como exemplos de subcargas psíquicas podemos enumerar: a perda do controle da tarefa, quando o trabalhador se encontra subordinado a uma máquina, a parcelarização do trabalho, a separação entre concepção e execução de um trabalho, a monotonia e repetitividade de uma tarefa. É possível identificar de forma imediata nas cargas psíquicas do segundo tipo uma expressão dos aspectos alienantes do processo de trabalho no capitalismo.

Consideramos importante realizar essa descrição das cargas, agrupadas em tipos, para auxiliar num primeiro passo necessário ao entendimento da relação trabalho/adoecimento. Ressaltando-se que, no local de trabalho, na situação real a que o trabalhador está submetido, essas cargas interagem com os trabalhadores não de forma isolada, mas como uma totalidade – o processo de trabalho.

As cargas de trabalho são parte do processo produtivo no modo de produção capitalista<sup>8</sup>. E o desgaste gerado para o trabalhador é, grande parte das vezes, um efeito colateral necessário para a produção da mais-valia, pois a eliminação de algumas das cargas citadas implicaria gastos que seriam descontados desse lucro apropriado. Além disso, alguns tipos de cargas de trabalho, como as subcargas psíquicas, devem ser consideradas como inerentes ao processo de trabalho, porque organizar um determinado processo

---

<sup>8</sup> Importante considerar a ponderação de que o trabalho, como atividade de transformação, é dispendioso de energia física e mental, produzindo desgaste do trabalhador que a realiza. Isso ocorre em qualquer forma de organização da produção da vida, é claro. Mas estamos nos referindo, neste trabalho, ao processo de desgaste no interior do processo produtivo capitalista, que guarda a especificidade de que o desgaste, nesse caso, não pode ser controlável pelo trabalhador.

de produção sem parcelarização ou esforços repetitivos não é possível no capitalismo, sem prejudicar a extração da mais-valia.

Conhecida a sistematização dos tipos de cargas de trabalho realizada por Laurell e Noriega (1989) e considerando-se que essas devem ser compreendidas como um todo complexo, imerso e pertencente ao próprio processo de trabalho, devemos ter em mente que, quando os trabalhadores estão submetidos às condições de trabalho no capitalismo, a sua exposição ao conjunto de cargas é mais do que a simples somatória do que seria a sua exposição a cada carga isolada. Para tentarmos explicar o que isso significa, busquemos um exemplo:

...Por exemplo, a realização de um trabalho pesado numa posição incômoda significa não somente a soma dos efeitos desgastantes sobre o sistema músculo-esqueleto e do gasto calórico derivado de cada um deles, como também um aumento de ambos. Da mesma maneira, os produtos químicos têm, em muitas ocasiões, efeitos sinérgicos sobre o corpo. Ou seja, ao estarem presentes simultaneamente resultam tóxicos em concentrações mais baixas do que quando se encontram isoladamente. Em relação às cargas psíquicas, ocorre uma situação semelhante, já que, por exemplo, se pode suportar altos ritmos de trabalho sem maiores problemas enquanto as tarefas permitem a tomada de decisões, mas quando, pelo contrário, ela está esvaziada de um conteúdo significativo, tornam-se mais estressantes. (LAURELL E NORIEGA, 1989, P. 114)

Além de ser verdadeira a afirmação acima, com relação ao acúmulo entre cargas com a mesma característica (física + física, dois tipos de produto químico etc.), devemos levar em consideração que na totalidade real em que se apresenta o processo de trabalho, há um acúmulo de vários tipos de carga sobre o trabalhador. Nesse sentido, temos que ressaltar que o desgaste resultante da incidência de cargas de tipos diferentes (física + química, assim por diante) é maior do que a seria uma somatória simples entre elas. Estar submetido a uma posição ergonomicamente inadequada somada a uma pressão por metas de vendas traz um desgaste maior do que se somássemos os efeitos das duas cargas. O resultado dessa interação de cargas, para os autores, promove um processo de desgaste que resulta qualitativamente diferente do que a simples somatória das duas cargas.

Cabe nesse momento, estabelecermos o conceito de desgaste ao qual estamos nos referindo. Laurell e Noriega (1989) referem desgaste como sendo a perda da capacidade efetiva e/ou potencial dos aspectos biopsíquicos humanos, de suas condições biológicas e psíquicas. Refere-se ao processo de deterioração da corporeidade humana. Essa condição pode ou não levar ao desenvolvimento da expressão de processos patológicos (sistematizados pela nosografia).

Além disso, esse processo de desgaste imposto pela exploração da força de trabalho de um ser humano sob o capitalismo, não é uma condição estagnada, irreversível. Deve-se levar em consideração que sempre é possível ocorrer uma recuperação dos processos biopsíquicos deteriorados, bem como o desenvolvimento de capacidades novas que compensem o que foi destruído pelo desgaste.

Mesmo tendo em conta que o processo de desgaste é algo que não deve ser considerado como parâmetro universal, pois deve ser analisado conforme o coletivo humano específico, podemos perceber e sistematizar, conforme Laurell e Noriega (1989), indicadores para o desgaste. Eles são os sinais e sintomas inespecíficos de adoecimento, o perfil patológico, os anos de vida útil perdido, o envelhecimento acelerado e a morte prematura, devido ao processo de trabalho.

Cabe ressaltar nesse momento o fato que estamos focando no desgaste determinado pelo processo de trabalho. Mas é importante deixar claro que toda ação humana produz um desgaste para o indivíduo. Viver desgasta. Por outro lado, como par dialético do desgaste, não podemos esquecer que há a reprodução da vida também, que pode ser exemplificado com atividades de descanso, alimentação, lazer, educação. Tudo o que desenvolve e humaniza, produz desgaste e reprodução. A reprodução também está presente no trabalho (mesmo alienado), sempre há uma medida de desenvolvimento, algo que aprendemos, ou mesmo os momentos de descanso.

Outra forma de analisar a relação entre desgaste e reprodução no processo de trabalho, é a proposta dos autores de estabelecimento de indicadores de processo, que seria a forma de estudar o desgaste sem estar já desenvolvido um dano para o trabalhador. Esses indicadores de processo

podem ser expressos como a relação entre gasto e ingestão calórica e a reação prolongada a uma condição de estresse.

Ao abordar o processo de trabalho a partir da análise das cargas de trabalho e do conceito de desgaste, estamos analisando a forma de produção da vida em nosso tempo histórico, levando em consideração que há dois tipos de coletivos (representados pela classe trabalhadora e pela classe proprietária dos meios de produção) e que estes possuem objetivos diferentes para o processo de trabalho. É o que na teoria social marxista denomina-se antagonismo de classes. Nesse contexto social, no qual produzimos as bases materiais para a vida, a classe trabalhadora tem como objetivo a manutenção da sua vida e de seus próximos, enquanto que a classe proprietária – que não trabalha – tem como objetivo a extração da mais-valia. Essa diferença de objetivos é o que determina que o processo de trabalho, controlado pela classe proprietária e não pelos trabalhadores, seja voltado para a resolução dos problemas de desempenho no trabalho, aumento de produtividade e de valor das mercadorias produzidas, ao preço, muitas vezes, da saúde dos trabalhadores.

Em resumo, para a perspectiva materialista histórico-dialética, que está contida no estudo de Laurell e Noriega (1989), o processo de investigação e a construção de uma proposta de intervenção na relação trabalho/saúde do trabalhador, deve ser pautada no princípio de que o processo de trabalho, sob o capitalismo, objetiva o processo de valorização, de produção de mercadorias. A partir desse princípio, a investigação/proposta de intervenção deve analisar as relações entre o processo de valorização, o processo de trabalho e as cargas de trabalho, fatores que são determinados conforme a correlação de forças entre capital e trabalho se conforma mais favorável a uma ou à outra classe.

Buscamos com a exposição sobre a compreensão do processo saúde-doença elaborado por Laurell e Noriega (1989) determinar uma das bases sobre a quais se erguerá nossa análise da clínica da atividade – proposta teórico-metodológica de Yves Clot de compreensão sobre a relação subjetividade humana e trabalho. A seguir, nossa exposição segue na tentativa de elencar os elementos referentes à organização do processo de trabalho no

capitalismo. Estes elementos, em nosso entendimento, influenciam na produção do processo saúde-doença.

## 2.5 O PROCESSO PRODUTIVO SOB O PONTO DE VISTA DO CAPITAL – ARTIFÍCIOS DE ORGANIZAÇÃO (E CONTROLE) DA CLASSE TRABALHADORA

A relação capital-trabalho é uma relação onde há divergência de interesses entre a classe trabalhadora e a proprietária dos meios de produção e, dependendo da correlação de forças entre os trabalhadores (a partir de suas lutas por melhoria nas condições de trabalho) e da condição histórica em que o capitalismo se encontra em determinado período, haverá para cada período do desenvolvimento do modo de produção capitalista, uma forma de organização. Essa correlação de forças entre trabalhadores e capitalistas determina também, aspectos da produção que dizem respeito ao seu planejamento e controle, entre eles está a utilização da tecnologia e da ciência para a otimização do processo produtivo.

O desenvolvimento do capitalismo vêm conformando um cenário de organização monopolista do capital e um processo de complexificação, que impõe formas cada vez mais individualizantes e prejudiciais de enfrentamento, sob o ponto de vista da classe trabalhadora. Por outro lado, a indústria serve-se de recursos científicos para otimizar o processo produtivo e resolver as “dificuldades” aí produzidas para o capital, sendo que o adoecimento da classe trabalhadora é considerada pelos gestores do capital, como mais um fator que prejudica o desenvolvimento do modo de produção.

Recursos estes que se desdobram em técnicas para a adaptação do trabalhador às mudanças na gestão do capital. Assim como as ciências exatas e naturais são utilizadas como instrumento deste processo, o mesmo também ocorre com as ciências humanas, entrando então em cena a Psicologia.



Hegemonicamente<sup>9</sup>, desde sua constituição como ciência, no final do século XIX, a Psicologia assume o papel de instrumento a serviço do capital, ou seja, procurando atender, por meio do desenvolvimento de um conjunto de teorias e técnicas, às demandas impostas pela lógica de produção capitalista. Vejamos como se desenvolveu a Psicologia no contexto do trabalho.

### 2.5.1 A PSICOLOGIA COMO CIÊNCIA – O SABER SUBSUMIDO AO PROCESSO DE VALORIZAÇÃO

Freitas (2002) sistematiza uma análise do desenvolvimento da Psicologia no contexto do trabalho. Para isso, ela propõe uma caracterização dessa ciência conforme suas fases e faces. As fases categorizadas pela autora são a Psicologia Industrial, a Psicologia Organizacional e a Psicologia do Trabalho. Ela ressalta que, apesar de ser possível a divisão em fases da Psicologia no contexto do trabalho, é importante apontar para o fato de que os psicólogos continuam a utilizar instrumentos e práticas que foram desenvolvidos nos contextos histórico-sociais da Psicologia Industrial e da Psicologia Organizacional, demonstrando a permanência de elementos de fases anteriores no fazer atual da Psicologia.

Na primeira fase, chamada Psicologia Industrial, aparecem os trabalhos de Münsterberg que se utilizava de elementos da Análise Funcional do Comportamento e da Psicometria. Essa se concentrava na aplicação de testes psicométricos e orientação vocacional, sendo a primeira preocupação a de seleção de pessoal. Está atrelada ao modelo de gestão da produção desenvolvido por Frederick Winslow Taylor (1856-1915), conhecido como

---

<sup>9</sup> Faz-se necessário situarmos aqui que estamos tratando nesse momento de nosso texto, da Psicologia em sua manifestação hegemônica, estabelecida no contexto industrial. Mas não podemos deixar de registrar que há uma produção científica paralela e que é também responsável pelo estabelecimento da Psicologia enquanto ciência, mas que se contrapõe a essas exigências de adaptação do trabalhador à exploração no trabalho. Destacamos como fonte, a escola soviética de Psicologia – representada por Vigotski, Leontiev, Luria entre outros pesquisadores - fundamentada nas bases do marxismo.

taylorismo ou Administração (Organização) Científica do Trabalho (a característica que se destaca nesse modelo administrativo é o trabalho parcelarizado, atomizado e em série, além do controle dos tempos e movimentos do trabalhador). Nessa mesma fase começam a surgir instrumentos psicológicos de auxílio à publicidade e de avaliação de empregados.

Em seguida, em meados dos anos de 1940, Freitas (2002) cita o surgimento da Psicologia das Relações Humanas dentro da Psicologia Industrial. Como a autora categoriza, “as Relações Humanas são uma etapa da Psicologia Industrial, também entendida por Seligmann como uma produção que não faz propostas de mudanças substanciais nos processos de produção.” (FREITAS, 2002. p. 22).

Esse modelo teórico e de intervenção no mundo do trabalho se fundamentava na teoria desenvolvida por Elton Mayo (1880-1949), que consistia no esforço científico de convencer o trabalhador acerca da satisfação por estar inserido numa empresa, como se fosse uma extensão familiar, onde suas capacidades e opiniões seriam ouvidas, respeitadas e até utilizadas no processo de trabalho, a fim de produzir um suposto equilíbrio entre as necessidades da empresa e as do trabalhador.

Essa concepção inaugura um novo arcabouço instrumental para o processo de adequação do trabalhador ao trabalho. Neste, se explora a sua necessidade de segurança, afeto, prestígio e auto-realização, segundo Freitas (2002), a fim de assegurar o retorno na produção. Essa teoria defende a tese de que é possível conciliar o bem-estar do trabalhador com o aumento no lucro da empresa. Apesar disso, evidencia-se o seu posicionamento frente à luta de classes:

Assim, a Psicologia das Relações Humanas, apesar de emergir como antítese à tese taylorista, não a nega no seu âmago, sendo que ambas não denunciam as contradições existentes nas relações de produção, quais sejam as de dominação e exploração; identificam-se com a gerência das organizações, dispõem-se a contribuir com o aumento da produtividade e propõem técnicas capazes de superar situações de conflito, para se conseguir o equilíbrio e a adaptação do indivíduo e das relações interpessoais ao sistema capitalista. (FREITAS, 2002, pág. 22).

Desenvolve-se no contexto do trabalho em paralelo ao desenvolvimento, no campo da Administração, a Psicologia Organizacional. Esta considera os efeitos da estrutura organizacional sobre a motivação do trabalhador. A Psicologia Organizacional busca compreender como a cultura da empresa influencia no clima organizacional, se propondo a trazer essa influência como dado a ser trabalhado, a fim de garantir o sucesso da empresa. Nessa fase estabelecem-se as ações de Qualidade de Vida no Trabalho e Qualidade Total (FREITAS, 2002).

Tanto a Psicologia Organizacional, quanto a Psicologia Industrial (dentro dessa a Psicologia das Relações Humanas), apontadas por Freitas (2002), não consideram o fato de que capital e trabalhadores são inconciliáveis, pois possuem interesses diferentes. Analisam as contradições entre capital e trabalhadores como pontos de desequilíbrio de um sistema onde os dois são complementares e atribuem à Psicologia uma função de auxiliar no restabelecimento desse equilíbrio, eliminando as contradições.

É importante frisar que tanto a Psicologia Industrial como a Psicologia Organizacional, embora divergentes em alguns aspectos, guardam relações de continuidade. Ou seja, a Psicologia Organizacional deve ser entendida como continuidade, com elementos de sofisticação em relação à Psicologia Industrial, mas sem romper com os objetivos básicos: melhora do desempenho e incremento da produtividade, visando o processo de valorização do capital.

Inicialmente como um movimento de desnaturalização à lógica de submissão da Psicologia como instrumento de adaptação do trabalhador, destacamos que a partir da década de 1980, surge a Psicologia do Trabalho como um campo de atuação da Psicologia no contexto do trabalho, que busca entender e intervir principalmente sobre as consequências do trabalho na saúde mental dos trabalhadores. Nesse sentido, essa tendência de teorização e intervenção se estabelece na contramão do que antes descrevemos como as fases da relação entre a Psicologia e o capitalismo. Com essa característica, Freitas (2002), destaca os trabalhos de Dejours e Codo, trabalhos estes fundamentados teórico-metodologicamente na psicanálise (no caso de Dejours)

e nos estudos de epidemiologia (no caso de Codo), mas tendo em comum a explicitação da não harmonia entre os interesses dos trabalhadores e dos capitalistas - ainda que essa constatação seja, nesse caso, apenas descritiva, sem uma análise de suas determinações. São pesquisas e propostas de intervenção voltadas à psicopatologia e a psicodinâmica do trabalho, além de pesquisas voltadas para o tema subjetividade e trabalho.

Porém, o desenvolvimento do que está sendo denominado como Psicologia do Trabalho, tem sido reivindicado por pesquisadores que compreendem que é possível a realização de um trabalho em Psicologia, visando o estabelecimento da harmonia entre as necessidades dos trabalhadores e das instituições. Essa vertente que se denomina como Psicologia Organizacional e do Trabalho<sup>10</sup> (BORGES-ANDRADE e PAGOTTO, 2010), considera que a produção do adoecimento pode ser evitada dentro do processo de trabalho no capitalismo. No entanto, direcionando a determinação do adoecimento dos trabalhadores a aspectos individuais, como predisposições particulares de cada pessoa. Nesse sentido, o processo de trabalho seria, no máximo, mais um fator dentre tantos na vida da pessoa, um aspecto do universo de questões que produzem o adoecimento.

Nesse processo contraditório, de construção da Psicologia do Trabalho, podemos afirmar que se produz uma interface com o campo da Saúde do Trabalhador ao trazer destaque para a questão da saúde mental, fomentando um campo de pesquisas e intervenções específico para pensar na relação do trabalho com o desenvolvimento de formas de sofrimento (o que mais comumente se designa como transtornos mentais).

Surge então um sub-campo de pesquisas e intervenções, que daqui em diante definiremos como Saúde Mental e Trabalho. Nele encontramos o trabalho de Jacques (2003) que nos auxilia a analisar a consolidação desse espaço. Ela propõe uma caracterização dos modelos teóricos que pensam a saúde mental no contexto do trabalho em quatro grupos: as teorias sobre

---

<sup>10</sup> Os profissionais que defendem a fusão entre a Psicologia Organizacional e a Psicologia do trabalho publicaram um manifesto em 2009, fundando a Sociedade Brasileira de Psicologia Organizacional e do Trabalho – SBPOT. O manifesto pode ser acessado no endereço eletrônico: [http://www.sbpot.org.br/sbpot2/pdf/manifesto\\_psicologia-do-trabalho-e-organizacoes\\_SBPOT.pdf](http://www.sbpot.org.br/sbpot2/pdf/manifesto_psicologia-do-trabalho-e-organizacoes_SBPOT.pdf)

estresse, a psicodinâmica do trabalho, as abordagens de base epidemiológica e os estudos em subjetividade e trabalho.

As teorias que se fundamentam no conceito de estresse trazem um enfoque organicista, analisando o processo de produção de sofrimento no trabalho como uma reação de não adaptação do trabalhador ao processo de trabalho. Se utilizando do referencial teórico cognitivo-comportamental, buscam desenvolver intervenções que visam estabelecer uma adaptação de forma individual, desenvolvendo, por exemplo, ações de Qualidade de Vida no Trabalho. Está fora de cogitação nesse enfoque a análise e intervenção no sentido de mudanças na organização capitalista que possam colocar em risco o que se considera central: a extração da mais valia do trabalhador.

Seguindo uma linha mais crítica, a psicodinâmica do trabalho parte de uma concepção em que relaciona aspectos da organização do trabalho (ritmo, jornada, hierarquia das atividades, controle da gestão) com a emergência do sofrimento de trabalhadores. Funda-se numa perspectiva psicanalítica que atribui à estrutura da personalidade do sujeito a predisposição para desenvolver determinada psicopatologia e situa o trabalho como fator de risco para o processo. Tem como um dos principais representantes Christophe Dejours, que inaugura o conceito de sofrimento psíquico. Para ele, este é uma forma de vivência intermediária entre o transtorno mental e a saúde psíquica. Nessa perspectiva, a proposta é abrir espaço para o discurso dos trabalhadores a partir do instrumento psicanalítico da escuta e interpretação, realizando entrevistas coletivas e abertas com os trabalhadores. Evidentemente traz um avanço na direção da defesa dos trabalhadores, pois concebe o trabalho como atividade que promove o sofrimento, mas ainda reforça que é um fator secundário na dinâmica psíquica. Os argumentos de Dejours reforçam que o trabalho somente interage com uma constituição psíquica pré-existente, evidenciando uma perspectiva um tanto determinista.

Encontramos na abordagem circunscrita pela epidemiologia uma identificação com a concepção da determinação social da doença. Nessa perspectiva, destacam-se no Brasil os trabalhos de Wanderley Codo e colaboradores, que realizam estudos que buscam identificar quadros psicopatológicos em determinadas categorias profissionais. Esse autor

considera o trabalho como fator constitutivo do psiquismo, por ser atividade que interfere em todas as esferas da vida do homem adulto. Aproxima-se da perspectiva marxista ao realizar uma análise do sofrimento pelo trabalho realizando uma crítica social do capitalismo. Todavia, ao buscar desenvolver o conceito de psíquico, se aproxima mais do referencial teórico psicanalítico do que dos pressupostos do Materialismo Histórico-dialético (CASTRO, 2003).

O quarto eixo categorizado por Jacques (2003), os estudos em subjetividade e trabalho, buscam entender o sujeito trabalhador a partir das suas experiências e vivências, modos de ser, ressaltando aspectos qualitativos e individuais dos trabalhadores. Podem ou não se fundamentar no Materialismo Histórico-dialético como pressuposto epistemológico.

Georges Canguilhem está situado nessa temática e empresta o conceito dejouriano de vivência para questionar a noção de normalidade e patologia. Categorizados na mesma temática, mas com diferenças epistemológicas, estão os estudos de Guattari que se aproximam da Psicologia Histórico-crítica (JACQUES, 2003) ao trabalhar com pressupostos da dialética, como a não dicotomia entre indivíduo e sociedade, e com uma concepção não essencialista de homem.

Ainda dentro da temática Subjetividade e Trabalho, Jacques (2003) cita Leny Sato (1995). A autora propõe como uma forma de compreender o processo de produção de saúde/doença mental em relação ao trabalho, a possibilidade de o trabalhador ter controle sobre os contextos de trabalho nos quais realiza suas tarefas. Sato (1995) afirma que para tanto é necessário ter três requisitos presentes no processo de trabalho: a familiaridade ou intimidade com a tarefa desenvolvida; a capacidade de o trabalhador interferir sobre o planejamento do trabalho de forma a modificar os aspectos incômodos ou desgastantes; e o limite subjetivo do trabalhador de aguentar determinada carga de trabalho. Segundo ela, esses aspectos são determinantes para um trabalho que promova saúde mental e não sofrimento. Porém, nos reportando ao arcabouço teórico marxista, podemos concluir sobre a impossibilidade de existência de um trabalho que possibilite plenamente a produção de saúde mental, considerando as condições a que a classe trabalhadora está submetida nesse modo de produção. Sob o capitalismo, a classe trabalhadora sempre

estará subsumida à venda da força de trabalho e impedida de se apoderar dos meios de produção, o que inviabiliza o controle do processo produtivo, e sempre produz trabalho alienado em alguma medida.

Traçado o cenário com o qual a questão da relação trabalho/sofrimento humano se insere, conhecidos os principais atores que nele intervêm, torna-se possível retomar o objetivo da presente pesquisa: compreender na obra de Yves Clot a sua apropriação da Psicologia Histórico-cultural, referência evidenciada pelo autor francês através do uso das elaborações de Vigotski, principalmente.

Mesmo sem Jacques (2003) ter categorizado como tal, poder-se-ia considerar a produção teórica de Yves Clot – a clínica da atividade – dentro da área da Psicologia do Trabalho, em sua interface com o campo da Saúde Mental e Trabalho, particularmente, com o eixo teórico-metodológico da subjetividade e trabalho. Em especial, partindo da afirmação da autora de que essas diferentes abordagens teóricas têm como ponto em comum a tentativa de sistematizar as experiências dos sujeitos e as tramas que constroem o lugar do trabalhador, definindo modos de subjetivação relacionados ao trabalho.

A clínica da atividade é uma teoria que têm tido grande repercussão entre estudiosos da Psicologia do Trabalho e que se afirmam na filiação teórica da Psicologia Histórico-Cultural e/ou no materialismo histórico-dialético<sup>11</sup>. Esse é um dos aspectos que nos motivou a buscar analisar a obra de Yves Clot: sua proposta de intervenção como um instrumento de defesa da melhora das condições de vida para a classe trabalhadora, sendo amplamente incorporada por pesquisadores da Saúde Mental e Trabalho.

As principais publicações que sistematizam esta teoria (CLOT, 2007, CLOT, 2010) explicitam que o autor se fundamenta na obra de Vigotski (principalmente) e de outros autores da Psicologia soviética, para elaborá-la. Nesse sentido, a princípio, para a compreensão dos processos psicológicos da relação indivíduo/trabalho, o autor francês defende que se fundamenta em conceitos de Vigotski. Em nosso entendimento, que parte do raciocínio de que

---

<sup>11</sup> Importa atentar para o fato de que, a partir da década de 2000, a clínica da atividade chega ao Brasil e é adotada por alguns pesquisadores brasileiros em seus estudos. (LIMA, in: BENDASSOLI e SOBOLL, 2011; SILVA, BARROS, LOUZADA, in: BENDASSOLI e SOBOLL, 2011)

do materialismo histórico-dialético é a raiz teórico-epistemológica indissociável da obra vigotskiana, surge a necessidade de compreender como ocorre a apropriação de Vigotski em particular, e da Psicologia Histórico-Cultural como um todo, por parte de Yves Clot.

Importa deixarmos claro, nesse ponto, que nos posicionamos teoricamente filiados à tradição da Psicologia Histórico-Cultural, e é a partir desse referencial que estamos buscando a base para a análise que estamos desenhando. Tal posicionamento é necessário porque nos propomos a analisar uma produção que também se afirma filiada à mesma matriz teórica, mas em nosso entendimento, ao se fundamentar também em outras teorias que são epistemologicamente divergentes, pode incorrer em um resultado teórico e prático diverso do que conduz o pensamento materialista histórico-dialético de Vigotski. Pois, assim como se fundamenta em Vigotski, encontramos expresso na teoria de Clot (2010) a fundamentação em outras três teorias: a ergonomia francesa, a psicodinâmica do trabalho e as elaborações do psicólogo italiano Ivar Oddone.

Os elementos apresentados neste segundo capítulo da pesquisa, que foram: a caracterização geral do capitalismo, sua forma de estruturação na divisão do trabalho, a alienação gerada nesse processo, as consequências para a saúde dos trabalhadores e finalmente, o lugar ocupado pela Psicologia nesse contexto; são elementos que consideramos necessário ter em conta, pois serão as bases para nossa análise da teoria de Yves Clot.

Antes de efetivar a análise proposta, é necessário proceder a uma breve apresentação da clínica da atividade. No capítulo a seguir, buscaremos evidenciar na nossa apresentação os elementos que serão alvos da análise propriamente dita, conteúdo do capítulo 4 desse trabalho.



### **3 - A CLÍNICA DA ATIVIDADE: UMA APRESENTAÇÃO DA OBRA DE CLOT SOB O OLHAR DO MATERIALISMO HISTÓRICO-DIALÉTICO**

Nesse capítulo, concentraremos a atenção na tentativa de explicitar os elementos teórico-metodológicos que Clot afirma extrair de Vigotski e que utiliza em sua teoria denominada clínica da atividade, fundamentando-a, portanto, na Psicologia Histórico-cultural. Não temos a pretensão de analisar a teoria formulada por Clot em sua totalidade, pois entendemos que esta tarefa não cabe no recorte desse trabalho.

O objetivo do presente capítulo é apresentar em linhas gerais a clínica da atividade de Yves Clot, baseando a apresentação nas obras “A Função Psicológica do Trabalho” (2007) e o “Poder de Agir” (2010), a fim de explicitar os elementos teórico-metodológicos que Yves Clot define como fundamentados principalmente em Vigotski, mas também em Leontiev.

Porém, no sentido de conseguirmos uma compreensão contextualizada desses elementos teórico-metodológicos, faz-se necessário abordarmos ao menos introdutoriamente alguns aspectos essenciais da clínica da atividade, os quais nos darão a condição de caracterizá-la. Esses aspectos podem não necessariamente estar fundamentados em Vigotski, podem ser balizados por outros autores com os quais Yves Clot dialoga e em que se fundamenta; autores estes cujas ideias não pertencem epistemologicamente ao materialismo histórico-dialético e à Psicologia Histórico-cultural.

#### **3.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DA FUNDAÇÃO DA CLÍNICA DA ATIVIDADE**

Na introdução de seu livro intitulado “A Função Psicológica do Trabalho” (CLOT, 2007) encontramos expresso pelo autor o que ele denomina de um problema comum a quem se envolve com pesquisa no campo de interlocução entre psicologia e as relações de trabalho: há uma crescente diversidade teórica de contribuições da Psicologia para o entendimento do mundo trabalho, ao mesmo tempo em que este se complexifica na medida em que a história do capitalismo se desenvolve.

Nesse ponto, nos sentimos contemplados com esta constatação do autor. É de suma importância levar em consideração essa situação digamos, de dupla complexidade. Pois tanto o desenvolvimento do capitalismo quanto da psicologia do trabalho como ciência nos impõe, a nós pesquisadores que se fundamentam no materialismo histórico-dialético, participar desse processo de forma a contribuir criticamente com o debate e, conseqüentemente, com a transformação da realidade.

A nosso ver, buscando retomar o pensamento dos dois teóricos responsáveis pelo levantamento das inquietações que balizam essa pesquisa – Marx e Vigotski – a produção de um conhecimento científico acerca da realidade tem dois pilares fundamentais: o primeiro deles diz respeito à noção de que a realidade concreta é algo que existe independente de nosso conhecimento a seu respeito, cabendo-nos assim buscar elementos para desvendá-la; o segundo, que em nossa avaliação é consequência do primeiro, é que o caminho para a cognição dessa realidade deve ser construído com coerência à realidade analisada, sendo as apropriações parciais que realizamos, parte integrante desse processo.

Vejamos nesse capítulo, como nossos pressupostos de investigação, esboçados no parágrafo acima, estão presentes na obra de Yves Clot. Justificamos novamente, a necessidade dessa interlocução pelo fato de que o autor se define enquanto psicólogo do trabalho, dentro da Psicologia Histórico-Cultural.

A clínica da atividade enquanto termo defendido para expressar os estudos e intervenções no campo da psicologia do trabalho é recente, aparece na década de 1990, principalmente na França<sup>12</sup>, e podemos situá-la como parte do que muitos estudiosos do campo chamam de clínicas do trabalho. (BENDASSOLLI, 2011)

A seguir, Clot (2010) nos explica de forma sucinta os objetivos que vislumbra para a teoria que formula:

---

<sup>12</sup> Importa atentar para o fato de que, a partir da década de 2000, a clínica da atividade enquanto teoria chega ao Brasil e é adotada por alguns pesquisadores brasileiros em seus estudos. (LIMA, In: BENDASSOLI e SOBOLL, 2011; SILVA, BARROS, LOUZADA In: BENDASSOLI e SOBOLL, 2011)

Escolhendo, de maneira deliberada, falar de clínica do trabalho e não de psicologia clínica do trabalho, optando, portanto, pelo substantivo contra o adjetivo (Clot & Leplat, 2005), persegui sempre dois objetivos. O primeiro consiste em atribuir um privilégio à ação – a clínica – a fim de transformá-la na mola propulsora de uma psicologia *tout court*, remontando aquém das oposições fixadas entre o social, o cognitivo e o afetivo que negligenciam justamente a atividade real. O segundo objetivo é o de contribuir, a partir de uma renovação do conceito de atividade, para aproximar a subjetividade do trabalho, mas de um modo diferente daquele tradicionalmente adotado pela psicanálise até agora e mesmo no campo do trabalho (Dejours, 2000). (CLOT, 2010, p. 12)

Yves Clot (2010) desenvolve sua teoria, chamada clínica da atividade, como uma vertente situada entre a ergonomia francesa e a psicopatologia do trabalho e afirma fundamentar-se em Vigotski e Leontiev, entre outros autores, para desenvolver sua análise da relação entre atividade e subjetividade.

Em seu livro denominado Trabalho e Poder de Agir (2010), uma coletânea de textos reunidos em um único volume, Clot procura consolidar sua tese em torno da possibilidade da construção do poder de agir do trabalhador em seu contexto de trabalho. Nesta obra, o autor dedica sua primeira parte – com quatro capítulos – a descrever suas bases teóricas, sendo cada um sobre uma das bases teóricas de sua teoria e o principal autor por ele utilizado. Assim, ele nos apresenta um capítulo sobre a ergonomia francesa (onde cita Wisner como autor principal); um sobre a psicologia histórico-cultural (tendo como fonte Vigotski<sup>13</sup>); um terceiro capítulo sobre a psicopatologia do trabalho (Le Guillant); e o quarto capítulo, completando suas referências, no qual apresenta a experiência sistematizada por Ivar Oddone sobre o modelo operário italiano.

O autor define sua teoria como uma tentativa de análise psicológica do trabalho. Como o próprio Clot (2010) afirma, um resultado de sua relação com

---

<sup>13</sup> Apesar de constar na apresentação de sua teoria, presente na coletânea de textos que conforma o livro Trabalho e Poder de Agir (2010), a menção a Vigotski como raiz teórica, constatamos em nossa análise que o autor francês busca referência em outros autores da Psicologia soviética para desenvolver algumas de suas elaborações. Um exemplo disso está no fato de em que parte de sua discussão sobre a questão da atividade, Clot (2007) se refere em várias passagens a Leontiev. Por esse motivo abordaremos, ainda que de forma não central, a apropriação da teoria da atividade de Leontiev por parte de Clot. Entendemos que a análise da apropriação de Vigotski segue sendo o ponto principal de nossa pesquisa porque é nesse autor que Clot (2010) fixa um dos quatro pilares de sua teoria.

a ergonomia francesa, que pertence ao campo teórico dos que se interessam pela atividade como parte constitutiva do trabalho a partir da relação com a subjetividade do trabalhador.

Ele afirma que há entre sua teoria e a ergonomia francesa uma filiação, porem marcada pelo debate e pela controvérsia – termo este último bastante utilizado por ele para ressaltar tanto o seu método de pesquisa como de intervenção. Retoma da tradição ergonômica francesa sua consideração da subjetividade no mundo do trabalho, buscando partir do seu conceito de atividade, mas expandindo-o para além da objetivação do trabalho realizado e da subjetivação. (SILVA, BARROS e LOUZADA, In: BENDASSOLLI e SOBOLL, 2011)

Com relação à psicodinâmica do trabalho, outra teoria muito expressiva na França, Clot afirma que, apesar de se inspirar no contexto da psicodinâmica do trabalho, e até mesmo se basear em reflexões propostas por alguns de seus representantes, se diferencia dessa tradição no seguinte aspecto: considera que a atividade é determinante na produção da subjetividade, ao contrário da psicodinâmica do trabalho, que afirma que o trabalho (local de trabalho e atividade trabalho) é apenas o cenário para a submersão dos pensamentos e, com eles, conflitos subjetivos. Para a clínica da atividade, o pensamento humano é fruto da atividade prática. Nesse sentido, o ambiente de trabalho, as suas relações e tarefas conformam o contexto que determina a produção da subjetividade.

A partir dessa posição, Clot (2007) considera que a ação da clínica da atividade tem como resultado o engajamento subjetivo dos trabalhadores. Mas em segundo nível, deve ser instrumento de ação transformadora da atividade que está analisando. Somente se conseguidos os dois objetivos, pode-se considerar que se está fazendo clínica da atividade.

A seguir buscaremos proceder a um processo de descrição analítica da teoria denominada por Clot (2007) como clínica da atividade<sup>14</sup>. Nesse sentido,

---

<sup>14</sup> Organizamos a apresentação da clínica da atividade a fim de dar subsídio ao capítulo quatro desse trabalho. Como o objetivo será compreender como Yves Clot articulou em sua proposta teórico-metodológica a Psicologia Histórico-cultural (representada em sua obra principalmente por Vigotski, mas também com referências em Leontiev) com vertentes teóricas divergentes desta, trataremos de focar nos seguintes eixos temáticos: gênero de atividade profissional,

sistematizamos o que consideramos os principais elementos teórico-metodológicos, necessários para a compreensão da teoria de uma forma geral e os que nos darão elementos para desenvolver uma análise no último capítulo desse trabalho.

### 3.2 O GÊNERO DA ATIVIDADE PROFISSIONAL

Clot (2007) desenvolve o conceito denominado por ele de gênero da atividade profissional, ou simplesmente gênero, para sintetizar o conjunto de regras e convenções sociais amplas que definem determinado processo de trabalho. É um conjunto de conhecimentos operativos que promovem a relação entre o sujeito e o trabalho e entre os sujeitos, e é o que caracteriza determinado trabalho.

Gênero seria, então, o meio de ação para cada trabalhador, comum a um coletivo de trabalhadores; é também a história de um grupo e memória impessoal de um local de trabalho. Podemos compreender dentro desse conceito, o espaço social que se configura como cenário para o desenvolvimento das atividades profissionais, ligadas a uma situação, às maneiras de apreender as coisas num determinado meio. Está relacionado ao conceito de gênero, o que se espera em termos de atividades dentro de uma determinada profissão e se coloca como elemento que constitui a atividade pessoal dos trabalhadores em determinado contexto.

O gênero profissional pode ser apresentado como uma espécie de pré-fabricado, estoque de “disponibilização de atos”, de “registros em palavras”, mas também de conceituações pragmáticas (Samurçay & Pastré, 1995), prontas para serem utilizados. É, também, uma memória para pré-dizer. Um pré-elaborado social. Essa memória pode ser definida como um gênero que instala as condições iniciais para a atividade em curso, prévias à ação. Pré-atividade. Resumo protopsicológico disponível para a atividade em curso. (CLOT, 2010, p. 124)

---

estilos de ação, o conceito de atividade, a atividade triplamente dirigida, o conceito de trabalho na clínica da atividade, a função psicológica do trabalho, a diferença entre a atividade real e atividade realizada, autoconfrontação cruzada e poder de agir.

Por outro lado, importa ressaltar que Yves Clot não entende que o gênero seja o espaço coletivo se impondo aos indivíduos. Para se referir a essa afirmação, ele recupera uma afirmação cara à Psicologia Histórico-Cultural de que um grupo não é uma mera coleção de indivíduos habitando o mesmo espaço. O autor compreende o grupo “como uma comunidade inacabada cuja história define também o funcionamento cognitivo coletivo” (CLOT, 2007, p. 38).

Clot chega a identificar o conceito de gênero como uma formalização social, mas não identifica necessariamente essa formalização com uma concepção de estagnação, como uma condição estática e imutável. Afirma que o trabalhador se apropria do gênero e o refaz a partir de sua prática pessoal. O autor refere que há uma ação ativa do indivíduo também sobre o gênero. Ele afirma que o gênero – como formalização do social – se redefine na atuação particular do grupo, que torna a tarefa sua, imprime sua marca na tarefa.

Uma característica que se resalta nesse conceito de gênero para Yves Clot é que ele se impõe na prática social do mundo do trabalho de forma paradoxal. Ao mesmo tempo em que é o espaço formalizado que sintetiza o conjunto de normas e métodos de se realizar um trabalho específico, ele não se estabelece de forma explícita.

O gênero pode ser entendido como um código que vincula entre si os indivíduos que participam daquela situação, sendo possível que identifiquem e caracterizem-na como tal. Mas possui uma parte que não é trazida à consciência dos trabalhadores toda vez que realizam determinada atividade, apesar de fazer parte do conjunto das ações que desenvolvem. Yves Clot se reporta a Bakhtin para compreender o gênero como um *entimema*, termo este utilizado em lógica para designar algo que possui uma parte subentendida. É então, uma parte da atividade que os trabalhadores veem e reconhecem; sabem que é necessário fazer sem que seja preciso recolocar a tarefa cada vez que é realizada. O gênero é, portanto, como uma marca que possibilita uma pré-organização dos profissionais. Podemos dizer que são pré-requisitos

necessários no comportamento. Acerca dessa dimensão implícita do gênero, as palavras do autor nos auxiliam a compreendê-la:

É como uma “senha” conhecida apenas por aqueles que pertencem ao mesmo horizonte social e profissional. Essas avaliações comuns subentendidas assumem nas situações incidentais uma significação particularmente importante. Com efeito, para serem eficazes, elas são econômicas e, na maioria das vezes, sequer são enunciadas. Entraram na carne dos profissionais, pré-organizaram suas operações e seu comportamento; elas se acham de algum modo soldadas às coisas e aos fenômenos correspondentes. Eis porque não requerem formulações verbais particulares. O interposto social do gênero é um corpo de avaliações comuns que regulam a atividade pessoal de maneira tácita. Quase ousaríamos escrever que é a “alma social” da atividade. (CLOT, 2007, p. 41-42)

Clot afirma que o gênero só se revela à consciência dos trabalhadores, na medida em que se promove um espaço para questioná-lo. Para ele, o gênero aparece no momento em que é perturbado.

Esse aspecto “não consciente” ou, melhor dizendo, não expresso do gênero, é importante porque é partir dessa constatação que Yves Clot fundamenta a sustentação do método de intervenção proposto na clínica da atividade. Basicamente, a proposta seria a de trazer à tona essa dimensão não expressa do trabalho, a partir da abertura de espaços de diálogo entre os trabalhadores (ou como ele denomina “operadores”) sobre o processo de trabalho.

O processo de falar sobre o trabalho, explicitando as características do gênero da atividade a fim de propor transformações, é, para Yves Clot, algo a ser realizado pelos trabalhadores. Mas o autor lembra que a instituição, ou o que ele chama de hierarquia, tem um papel nesse processo: o de reconhecer a função do coletivo a fim de que possibilidades de mudanças possam ser aceitas.

Voltando à busca da compreensão deste conceito central na clínica da atividade, e nos atendo um pouco mais a essa dimensão subentendida que o constitui, encontramos uma comparação do conceito em questão com o de

gênero, elaborado por Bakhtin quando trata da questão da linguagem. Não será possível nos aprofundarmos nesse debate, pois sairá de nosso foco, mas nos atemos ao que Clot extrai do linguista russo e busca aproximar do debate acerca do trabalho. Yves Clot afirma que, igualmente ao que ocorre com o gênero na linguagem, ocorre em relação à atividade profissional. Se os gêneros (no sentido da linguagem) são como uma língua materna, que nos ajudam a organizar a fala sem a necessidade de sua presença no âmbito da consciência, no caso do gênero da atividade profissional, o mesmo raciocínio se aplica, para Yves Clot (2007). Trata-se, em nosso entendimento, de uma transposição do conceito primário de gênero literário para o mundo do trabalho.

Lendo os parágrafos anteriores que nos guiaram na busca da compreensão do que Yves Clot concebe como gênero da atividade profissional, nos parece em primeiro momento que sua tese indica para o sentido de procurar mecanismos de superação, ou até mesmo destruição, desse conjunto de normas – expressas ou não – de um processo de trabalho. cremos que parte dessa conclusão se deve ao fato de que o autor está tratando disso em sua obra (transformar o processo de trabalho). Mas não é em simplesmente descartar o gênero que Clot afirma sua proposta de clínica da atividade.

Mais do que isso, o autor aponta para o aspecto de que o gênero da atividade profissional é um importante alicerce a partir do qual se erguem as características de determinada profissão, a ponto de assinalar quem pertence e quem não pertence a ela.

Os gêneros assinalam a pertinência a um grupo e orientam a ação oferecendo-lhe, fora dela, uma forma social que a “re-presenta”, precede-a, prefigura-a e, por isso, a significa. Eles designam as viabilidades tramadas em formas de ver e de agir sobre o mundo consideradas justas nos grupo dos pares num momento dado. Num meio profissional, nunca se abandona sem consequências a ideia de partilhar formas de vida em comum, reguladas, reforçadas pelo uso e pelas circunstâncias. (CLOT, 2007, p. 47)

A tese que nos parece estar sendo defendida pelo autor é a de que se deve considerar o gênero ao mesmo tempo um núcleo de processos combinados socialmente, mas com a flexibilidade necessária a fim de garantir a



possibilidade da expressão da criatividade pessoal dos trabalhadores na sua profissão.

### 3.3 ESTILOS DE AÇÃO – O INDIVIDUAL NO CONTEXTO DO TRABALHO

Para discutir acerca dessa dimensão criativa dos indivíduos, Clot propõe a ideia de estilo, que seria a dimensão subjetiva de cada indivíduo dando sua contribuição criativa no processo de trabalho. Compreende o estilo como sendo a ação ativa do sujeito diante do gênero da atividade profissional, no sentido de transformá-lo. Yves Clot coloca sob responsabilidade do estilo a tarefa da transformação dos gêneros em recursos para agir em suas atividades reais. Através do estilo, o indivíduo adapta o gênero da atividade a fim de possibilitar a transformação do trabalho prescrito em trabalho real. Nas palavras do autor:

O estilo retira ou liberta o profissional do gênero não negando este último, não contra ele, mas graças a ele, usando seus recursos, suas variantes, em outros termos, por meio de seu desenvolvimento, impelindo-o a renovar-se. (CLOT, 2007, p. 41)

Clot fala de “estilos de ação”, porque entende que os estilos não são estruturas estáticas ou tipos que pertencem ou constituem o sujeito, mas sim formas de estruturação e reestruturação da ação pelos sujeitos quando desenvolvem uma atividade em determinado gênero profissional. Estão em movimento junto com a ação transformadora desse sujeito em sua realidade. É possível o desenvolvimento dos estilos de ação nos sujeitos porque esses estão envolvidos em vários gêneros ao mesmo tempo. Dessa afirmação, o autor compreende que as pessoas se utilizam do conhecimento formalizado de gêneros profissionais variados para desenvolver sua própria forma de interagir, transformar o seu gênero.

O estilo é, portanto, uma característica inerente à própria atividade do indivíduo e, ao mesmo tempo, é o movimento de modificação do gênero. Clot

(2010) descreve o estilo como a própria libertação dos elementos genéricos (do gênero profissional), que promove um duplo enriquecimento: dos contatos sociais consigo mesmo e das relações pessoais com outras pessoas. O estilo tem, para Clot, uma importância psicológica na vida do indivíduo em seu trabalho. O estilo pessoal, para o autor francês, “confirma os respectivos desenvolvimentos, em curso, do homem pensante e do ser vivo; ou, dito de outro modo, da consciência e da experiência.” (CLOT, 2010, p. 130)

O estilo, como elemento da ação é para Clot, o fator determinante do desenvolvimento da consciência. No momento essa afirmação ficará em suspenso, pois esse raciocínio ficará melhor compreendido quando tratarmos posteriormente, da função psicológica do trabalho.

Clot (2010) traça uma relação entre estilo pessoal e gênero profissional como sendo o estilo o responsável por dar flexibilidade ao gênero. Ele afirma que o estilo corresponde à transformação do gênero “na história real da atividade no momento de agir em função das circunstâncias” (CLOT, 2010, p. 126). Compreendemos que ele está afirmando que, através da atividade individual, o trabalhador particulariza um processo social, particulariza uma forma de trabalho, dando uma roupagem que lhe cabe.

Ao discutir acerca da noção de estilo de ação, Yves Clot (CLOT, 2007) nos propõe que a psicologia do trabalho tem a dar uma contribuição à psicologia do desenvolvimento, porque é a primeira, uma psicologia do estilo, pois para o autor francês, o trabalho não é fonte de criação humana, mas sim de recriação, de ressignificações; constitui aquilo que na própria atividade, permite processos de superação da atividade.

No nosso entendimento, este tema toca diretamente na questão do conceito/concepção de trabalho do autor, a qual abordaremos adiante.

### 3.4 PARA A CLÍNICA DA ATIVIDADE - O CONCEITO DE ATIVIDADE

No texto elaborado pelas pesquisadoras brasileiras Claudia Osório da Silva, Maria Elizabeth Barros de Barros e Ana Paula Figueiredo Louzada (in

BENDASSOLLI & SOBOLL, 2011), encontramos uma primeira menção ao fato de Clot fundamentar seu conceito de atividade em Vigotski e na escola russa de Psicologia. No entanto, Clot (2007) afirma que faz uma aproximação com esse conceito, produzindo uma divergência conceitual e metodológica. Ele coloca que o objeto da clínica da atividade não é somente a atividade realizada, mas como ela se realiza e quais seus impedimentos. Com essa elaboração, o autor afirma ampliar o conceito de atividade, sendo que a atividade real é sempre maior que a realizada.

Ainda tratando da relação da produção teórica de Yves Clot com a psicologia histórico-cultural, o mesmo afirma que se pode definir a função psicológica do trabalho no interior da Psicologia Histórico-cultural quando se atribui uma centralidade às realidades materiais e simbólicas do mundo. Mas ele pede atenção para o fato de que realidade nesse contexto não são apenas as condições externas ao sujeito, o mundo acerca deste. Faz parte da realidade justamente a relação desse sujeito com o mundo, e sua capacidade de modificá-lo. Clot (2007) afirma que o real é a ação da realização, que é imprevisível, que coloca o sujeito em contato com as coisas e relações com outros sujeitos, promovendo inclusive o seu desenvolvimento.

Na introdução de seu livro “A Função Psicológica do Trabalho”, Yves Clot nos dá mais elementos para compreender como ele desenvolve o conceito de atividade:

Com efeito, a abordagem da atividade de trabalho aqui sustentada assume deliberadamente a filiação à escola russa de psicologia fundada por Vygotski. Seu objeto é antes a atividade como tal do que o desenvolvimento das atividades do sujeito e os empecilhos a essas atividades. Na perspectiva histórico-psicológica que adotamos, o desenvolvimento de um sujeito não é, além disso, uma corrida rumo a uma meta conhecida de antemão. Seu modelo não é embriológico, pois o desenvolvimento só é unidirecional e predeterminado fora das situações reais. O real se encarrega de transformar o desenvolvimento esperado em história não realizada. Eis o motivo porque, neste livro, retomando uma trajetória já exposta em outro lugar (Clot, 1999a), sempre entendemos por desenvolvimento, a história do desenvolvimento. Os métodos que permitem familiarizar-se com esse objeto decorrem do que se chamará uma *clínica da atividade*. (CLOT, 2007, p. 13)

Para o autor francês, a atividade trabalho faz parte de uma constelação de atividades que constitui a vida das pessoas, estas atividades se relacionam de forma a se resignificarem. Apesar de considerar a atividade trabalho uma entre as demais atividades humanas, ele ressalta que é uma atividade de maior importância entre as demais.

E acrescenta que o trabalho é uma atividade dirigida em situação real. Para justificar tal afirmação, Clot (2007) busca em Vigotski e sua elaboração acerca da relação entre desenvolvimento e aprendizagem para explicar que o trabalho, como gênero de atividade profissional, possui essa dimensão de promover o desenvolvimento – do indivíduo e da atividade - através da apropriação do que é previamente acumulado coletivamente como designações acerca de determinada tarefa.

Para tentar abordar essa relação entre dado e criado, propomos considerar agora o trabalho como *atividade dirigida em situação real*. Ela se realiza dando acabamento ao gênero na ação. Memória social da atividade a ser apropriada, o gênero, no início objeto de uma assimilação pelo sujeito, é em seguida posto a serviço de sua ação como meio de realizá-la. Esses dois processos são na verdade simultâneos, em vez de cronológicos. A apropriação é um uso que reformula o gênero. A atividade é acabada ao retomar o gênero que a desperta. (CLOT, 2007, p. 94)

A partir de um estudo realizado por Clot (2007) e seus colaboradores em uma fábrica de massas, analisando o ritmo e as atividades das operadoras das máquinas e dos trabalhadores da manutenção, o autor evidencia que há na prática dos locais de trabalho, uma diferença entre os procedimentos escritos, formais e as ações realmente realizadas pelos operadores. A isso ele chama de diferença entre trabalho prescrito e trabalho real. No exemplo dado, as operadoras das máquinas, responsáveis pelo empacotamento das massas, acabam realizando o trabalho de pequenos reparos de manutenção nas máquinas, além de sua operação. Com relação a isso, há no ambiente institucional uma espécie de acordo subentendido que legitima as ações das operadoras. Apesar inclusive de haver nas máquinas fechaduras que impedem

o acesso de outras pessoas além dos técnicos da manutenção, isso ocorre com a abertura dessas fechaduras com chaves de fenda pelas operadoras, e isso é endossado pelos técnicos da manutenção, que afirmam não ser possível estar em todos os lugares e nem ser necessário, pois alguns reparos são de ordem muito simplificada.

Essa é uma situação citada por Clot para evidenciar que ocorrem nas instituições, processos de inserção da criatividade dos trabalhadores, inclusive misturando gêneros (operadoras das máquinas e técnicos de manutenção), registrando assim sua marca pessoal no processo de trabalho e reinventando o gênero da atividade profissional.

Podemos nos arriscar a concluir a partir dessa passagem do texto, que essa condição espontânea existente nos locais de trabalho é fonte de inspiração para a formulação do poder de agir proposto por Yves Clot. Vejamos isso em seu texto:

Seja como for, entre o técnico de manutenção, os agentes de controle, as outras operadoras e o mecânico, a estrutura das atividades não é amorfa. Ela é inacabada. É de resto a atividade da operadora que torna compatível o incompatível. Para fazê-lo, sem dúvida, ela responsabiliza-se: “Não é para fazer isso, mas isso ajuda todo mundo.” Mas isso só é possível em ressonância com a atividade do mecânico, apoiando-se nele ou, melhor dizendo, em seus limites. Esse tipo de organização – forma de reconcepção – não encerra, nem de resto arremata, o sistema social das atividades. Ao “mesclar os gêneros”, isto é, aqui, “os grandes gêneros”, ele apenas desloca seu polo de indeterminação, do qual a organização do trabalho oficial procurará libertar-se de novo. Ela o fará em primeiro lugar pela negação do problema, depois, de modo eventual, por meio de aprimoramentos técnicos. Seja como for, ela não poderia desejar dissolver esse polo de indeterminação que tem um custo desmesurado para aquelas e aqueles que trabalham. Com efeito, trata-se aí de uma elaboração genérica em movimento. (CLOT, 2007, p. 65-66)

Porém, Clot nos alerta por outro lado que essa mescla de gêneros também significa aumento na carga de trabalho, tanto para as operadoras quanto para os mecânicos, pois para as primeiras, acrescenta-se a tarefa da manutenção básica, e para os outros, a da formação das operadoras. O pesquisador francês foca essa análise no aumento da carga mental, afirmando

que, quando os trabalhadores fazem mais do que o necessário, há um aumento do cansaço mental. Mas esse aspecto não é trabalhado em sua análise. Apenas descrito. Desse exemplo da fábrica de massas, o que Clot está procurando analisar e evidenciar é que o trabalhador encontra uma forma de imprimir sua marca pessoal (estilo) no processo de trabalho.

Segue sua análise desse processo de mesclar os gêneros considerando que os trabalhadores envolvidos na situação acima descrita, redirecionam suas atividades a partir do que Clot (2007) denomina de pré-ocupações.

Para ele, a operadora das máquinas tem como pré-ocupação manter a qualidade de sua produção, e esta entra em contradição com a cobrança da produtividade imposta pela empresa (na avaliação das operadoras, a quantidade de embalagens por minuto que mantém a qualidade é cerca de 26 por minuto, mas a cobrança da empresa é que façam ao menos 40 por minuto).

Essa divergência entre a pré-ocupação em si (na qualidade de seu trabalho) e a ocupação na máquina (o aumento do ritmo de produção faz com que ela tenha que fazer a manutenção da máquina, além de sua operação) é o que Clot chama de uma tensão que busca uma saída (CLOT, 2007). Em consequência disso, a pré-ocupação da operadora se volta para o mecânico, solicitando então sua atenção constante, a fim de manter a qualidade da produção com o aumento do ritmo da máquina.

Com relação ao mecânico, sua atividade se volta pré-ocupada pela pré-ocupação da operadora e este se obriga a inserir entre suas atividades, a de ensinar a manutenção (mesmo que básica) à operadora.

Apesar de não estar explícito nessa parte do texto de Yves Clot (2007), podemos concluir com essa elaboração, que há uma inspiração em Vigotski e Leontiev, no que diz respeito à sua concepção acerca do sentido e significado. No trecho abaixo isso pode ser compreendido:

Portanto, assiste-se também a um desenvolvimento das ocupações da operadora com a máquina. Essa máquina formal se duplica então numa máquina real para a operadora da máquina de embalagem pois, de certo modo, como objeto psicológico da ação, essa máquina estende suas propriedades. Suas propriedades físicas, como é evidente, não variaram. Mas o objeto da ação para o sujeito se ampliou aqui ao incorporar operações até então exteriores a ela. Agora, o

painel elétrico da máquina faz parte da máquina da operadora. Em outros termos, até aqui, podemos constatar com clareza um desenvolvimento cronológico de três polos da atividade: a operadora (sujeito), o mecânico (outro), a máquina (objeto). O instrumento desse desenvolvimento policêntrico, o traço de união, não é senão a catacrese da chave de fenda que permite abrir ilegalmente o painel elétrico. Enfatizemos de passagem que essa gênese instrumental (Rabardel) desenvolve também a chave de fenda transformada em chave de fenda para a circunstância ou, de maneira mais exata, desenvolve suas funções. Mas isso não é tudo. Pois o desenvolvimento da atividade, depois de se ter polarizado eletivamente e subordinado a si, a cada vez, seus outros engajamentos, depois de se ter desfeito de uns em favor de outros, desemboca numa pré-ocupação nova e imprevista: a da segurança dos materiais e do risco para si mesma da parte da operadora. Talvez seja perigoso “penetrar” assim nos painéis elétricos, mesmo que isso ajude todo mundo. (CLOT, 2007, p. 67)

Para Clot, o conceito de gênero se consolida então, como um sistema simbólico do trabalho, formado por essas manifestações de discrepâncias nas pré-ocupações, gerando novas atividades.

### 3.5 ATIVIDADE TRIPLAMENTE DIRIGIDA COMO UNIDADE DE ANÁLISE

A ação humana é entendida por Yves Clot (2007) a partir das elaborações de Vigotski e Leontiev. Ele a divide em dois pressupostos: deve estar baseada no uso de artefatos, signos, procedimentos e conceitos, bem como na atividade dos outros e nas outras atividades do próprio sujeito. Vejamos um pouco mais detalhadamente esses dois pressupostos.

O uso de artefatos, signos, procedimentos e conceitos numa ação, reflete a dimensão na qual esta se baseia no gênero de atividade acumulado. Esses elementos são desenvolvidos e transmitidos pela cultura humana através das gerações e para tanto, o sujeito deve estar integrado em sociedade.

O segundo pressuposto apresentado por Clot, qual seja, a ação baseada na atividade de outros e nas suas próprias atividades, diz respeito à necessidade do intercâmbio entre os homens, às relações entre as pessoas. Estas existem por laços de interesses, motivações, afetos e emoções. Nesse

sentido, Clot (2007) assinala a importância desses aspectos “não cognitivos”, resgatados de Vigotski sem os quais “as relações humanas seriam um simples apêndice da cognição” (Vygotsky, 1934/1997, in CLOT, 2007, p. 157).

A fim de dar ênfase a essa dupla “vida” da ação, como ele denomina, o autor recupera a elaboração de Vigotski acerca dos determinantes da ação humana:

Vygotsky chamava de “experiência histórica” o primeiro pressuposto da ação humana (nos signos e nas ferramentas), e de “experiência social” o segundo (nos intercâmbios vivos entre os sujeitos). Ele acrescentava que, em si, elas não são “coisas psicologicamente diferentes, porque na realidade, não podem ser separadas e são dadas sempre juntas” (Vygotsky, 1925/1994, p. 48). E, acrescentaríamos de bom grado, são dadas juntas pelo gênero. De qualquer modo, para ele, a experiência psicológica é dupla precisamente pelo fato de o social ser duplo: permanentemente dado e criado, memória e atividade, esperados e inesperados, para dizê-lo à nossa maneira. É por outro lado assim também que um gênero de situação permanece vivo. (CLOT, 2007, p. 157)

Assim, a ação tem como sua primeira vida as operações necessárias para mobilizar a sua realização e, como segunda vida, a pré-ocupação com as atividades dos outros sujeitos envolvidos na tarefa e com suas próprias atividades que compõem essa tarefa. Então, o problema da função psicológica do trabalho deve levar em conta essa forma de determinação da ação, o que está em acordo, segundo Clot (2007), com a noção de que os fenômenos psicológicos devem ser compreendidos a partir da compreensão do sentido da ação.

A fim de compreender a noção de atividade no contexto do trabalho, Yves Clot defende que deve ser levado em consideração que ela é triplamente dirigida, pela conduta do sujeito, para a atividade dos outros e pela mediação do gênero.

A seguir tentaremos tratar dessa tríade proposta pelo autor, mas de saída, devemos retomar um aspecto que ele discute e, a partir do qual, afirma se diferenciar tanto da psicodinâmica do trabalho quanto da ergonomia francesa - com quem dialoga e de quem retira algumas questões fundamentais:



a noção de unidade entre aspectos internos e externos ao sujeito no desenvolvimento da atividade.

Clot (2007) refere-se a fundamentar nos estudos de Vigotski para trabalhar a questão. Relembra o debate traçado pelo psicólogo russo com a psicologia tradicional de então, buscando a unidade de análise do pensamento, relacionando elementos intelectuais e afetivos – a unidade afetivo/cognitiva. Vigotski, segundo Clot (2007), questiona a tendência à cisão entre esses elementos, proposta pela psicologia tradicional.

Criticando o método convencional em psicologia, que decompõe a atividade de pensamento entre, de um lado, elementos intelectuais e, de outro, elementos afetivos, ele compara o pesquisador que usa esse método ao homem que, para explicar porque a água apaga o fogo, buscasse decompor a água em oxigênio [e hidrogênio] e percebesse com espanto que o oxigênio alimenta a combustão e que o próprio hidrogênio queima, e não conseguisse jamais partir das propriedades desses elementos para recuperar as propriedades do todo (p. 51). Esse pesquisador, escreve Vygotsky, quereria em seguida recuperar os vínculos entre os elementos separados, assim como as propriedades desaparecidas. Poria então no lugar dos conflitos expulsos desde o início do objeto estudado uma interação mecânica externa entre dois processos alheios um ao outro. Essa situação é particularmente clara em psicologia, em que as formações psíquicas concretas são, segundo ele, primeiro desmembradas e, em seguida justapostas. Pode-se assim, por exemplo, atribuir à subjetividade uma força intrínseca capaz de definir a atividade apenas pela energia ou transformá-la, pelo contrário, num inútil apêndice do comportamento, sua sombra impotente e vã. (CLOT, 2007, p. 98)

Yves Clot vai propor situar a compreensão da atividade dentro da clínica da atividade, incorporando essa noção de unidade colocada por Vigotski. A primeira coisa que o autor francês afirma é que a atividade se desenvolve numa zona de conflito entre o sujeito e a realidade social e entre os três polos em que ela se dirige. Esses polos são o que Yves Clot considera como a tripla direção da atividade – dirigida para si próprio, para os colegas e para o objeto da atividade.

Essa noção de conflito é, para Clot (2007) no sentido de que é algo necessário, pois é o que traz consigo a carga de possibilidades do

desenvolvimento da atividade. A proposta de Clot é de que a atividade dirigida seja a unidade de análise da psicologia do trabalho. Sendo essa a arena, o teatro de uma luta que pode ser interpretado como um movimento, não um resultado estático, mas um desenvolvimento desarmônico, um resultado parcial que expressa um sistema de ações que venceram.

Pode-se afirmar, segundo essa forma de raciocínio, que a ação do sujeito tem sua fonte entre as atividades contrariadas. É necessário compreender que a atividade de uma pessoa só pode ser analisada em relação com as atividades dos outros, pois é essencialmente coletiva.

Adentrando na questão da tripla direção da atividade, o conflito travado durante a ação do sujeito - entre a atividade dirigida para si próprio, para os outros e para o objeto -, é o movimento real que fará o sujeito para criar sua atividade. Sendo a atividade realizada, o resultado desse conflito. Clot procura chamar a atenção para sua afirmação de que a atividade não pode ser entendida como uma condição estática.

O autor afirma que, na inter-relação entre os três polos de direção da atividade, é importante ressaltar que cada um dos elementos conserva as propriedades dissonantes do todo, resgatando a noção da unidade de análise ser a tríade e não cada um dos elementos. As características que compõem a cada um dos polos não são para o terceiro aspectos acessórios, são constitutivos do movimento que só pode ser conhecido com maior consistência como unidade.

Pedro Bendassolli (2011) nos ajuda a entender o significado de atividade triplamente dirigida – ou orientada – como sendo: a atividade dirigida para si próprio, aquela que diz respeito às suas pré-ocupações (seus motivos) e ao que espera do seu trabalho (qualidade, reconhecimento, contribuição para um coletivo); a atividade dirigida para os outros, aquela dimensão relacionada ao que há de coletivo, compartilhado no trabalho; e a atividade dirigida para o objeto, a atividade que de fato foi realizada, mas também e, sobretudo, aquilo que não pode ser realizado, a atividade impedida.

Como síntese do conflito entre essas três dimensões, o significado do trabalho surge como o espaço entre a atividade realizada e a atividade impedida e assim se insere como um centro de gravidade que vai contribuir

para a formação da identidade pessoal. A partir do significado do trabalho construído nesse movimento, o indivíduo se relaciona com os demais integrantes do coletivo de trabalho e com seu trabalho propriamente dito.

Essa relação entre o sujeito, os outros e o objeto da atividade vai contribuir para a construção e transformação do gênero da atividade profissional, ou como expressa Bendassolli (2011), *metiê* ou cultura profissional. Por outro lado, o trabalho contribui para o desenvolvimento psicológico dos indivíduos, possibilitando a emergência do poder de agir, que seria a capacidade de um indivíduo imprimir sua marca pessoal no seu trabalho, poder desenvolver junto aos seus colegas a reelaboração do seu processo de trabalho.

### 3.6 O TRABALHO - SAIR DE SI: “POSSO SER ÚTIL”?

Yves Clot identifica o conceito de trabalho em seu aspecto laborativo, como atividade profissional de venda da força de trabalho com o objetivo da sobrevivência, limitando sua análise ao trabalho sob o capitalismo.

Encontramos uma síntese no texto de Dominique Lhuillier (BENDASSOLLI & SOBOLL, 2011) do que Clot sistematiza como sendo o seu conceito acerca do trabalho:

Nessa perspectiva, o trabalho é fundamentalmente encontro e troca com os outros. Ele é mesmo o que permite ao sujeito sair de si mesmo, ele requer a capacidade de executar obra útil, de tomar e manter compromissos, de prever com outros e para outros alguma coisa que não tem diretamente ligação consigo mesmo. Ele permite uma eventual realização fora dele em razão precisamente de seu caráter estruturalmente impessoal, não imediatamente interessado (1999). Ele permite ao sujeito se inscrever em uma história coletiva, a da reorganização das tarefas pelos coletivos profissionais, ele permite ao sujeito se inscrever na história de um trabalho de organização do coletivo. (pag. 44)

Além disso, Clot vai buscar a contribuição de Wallon, que se refere ao trabalho como uma atividade forçada, no sentido de que não pode ser considerada uma simples resposta do organismo às excitações do meio externo e nem do instinto. É a atividade mais humana que existe, sendo que seu objeto permanece estranho às necessidades aparentes e imediatas do sujeito, e é transcrita em tarefas que não se relacionam diretamente às funções orgânicas das pessoas. Além de Wallon, Yves Clot afirma que se baseia em Meyerson e Naville, os quais, segundo ele, reforçam a mesma ideia.

A posição do psicólogo francês acerca do conceito de trabalho está relacionada ao fato que este compreende trabalho como um dos gêneros da atividade que constituem a vida dos seres humanos. É, para Yves Clot (2007), um gênero de situação do qual a humanidade dificilmente poderá prescindir sem comprometer sua manutenção. E é também um gênero de atividade de grande importância na constituição da subjetividade, pois está relacionado ao sentimento de utilidade social.

A partir dessa constatação de que o trabalho é um entre os demais gêneros de atividade que compõe a subjetividade humana, Clot afirma que este passa a perder sentido, não quando o valor dado às outras atividades fora do trabalho ganham na concorrência, mas quando o trabalho não mais permite que se realizem as metas vitais estabelecidas pelo sujeito a partir de todas as dimensões de sua vida, inclusive o trabalho.

### 3.7 A FUNÇÃO PSICOLÓGICA DO TRABALHO

Para entendermos como Yves Clot constituiu em suas pesquisas a relação entre o trabalho e a produção da subjetividade – o que ele denomina de função psicológica do trabalho -, buscamos em sua obra a forma como o autor analisa o processo de desenvolvimento do capitalismo, a reestruturação produtiva. Para ele, o sistema de atividades que compõem o mundo do trabalho, se transforma de maneira acelerada. Apesar de concordar que a

dimensão trabalho na vida das pessoas ainda é determinante em relação às demais, afirma que isso vem ocorrendo cada vez com mais mediações.

Explica essas mediações como sendo as modificações nos processos produtivos, tais como a inserção cada vez maior das mulheres no mundo do trabalho, a flexibilização das relações de trabalho, o trabalho por turnos e *part-time* (que consiste em relações de trabalho mais precarizadas, em geral sem a garantia de direitos trabalhistas). Além dessas características, Clot (2007) cita como relevantes à sua análise da função psicológica do trabalho a extensão da expectativa de vida dos seres humanos, a extensão do tempo de juventude (sair da casa dos pais e adentrar no mercado de trabalho cada vez mais velhos) e as constantes oscilações na oferta de vagas de emprego, o que ele expressa como sendo um “vai-e-vem entre desemprego, tempo parcial, trabalho e elaboração de projetos” (CLOT, 2007, p. 56)

Ainda abordando esse quadro da atual situação do mundo do trabalho, Clot chama a atenção para o processo de intensificação do trabalho. Considera essa uma condição que impõe aos trabalhadores a submissão ainda menos suportável do que antes.

Eis aqui uma síntese que nos auxilia na compreensão do que seria a função psicológica do trabalho, ao mesmo tempo em que nos ajuda a situá-lo como um psicólogo do trabalho pertencente à tradição francesa denominada clínicas do trabalho:

Resumamos: a divisão social acelerada que propõe aos sujeitos muitas vias em uma é incontestável, mesmo que nem todas essas vias – como a do desempregado – sejam desejáveis. Mas esse “pluralismo” das linhas de vida nada retira da função psicológica central do trabalho. Ao contrário. Vamos tentar mostrá-lo mesmo de forma sucinta. Não se deve, por exemplo, subestimar o alcance das transformações que se produzem na indústria e sobretudo no setor de serviços(...) Elas caminham no sentido de uma convocação maior e mais sistemática da subjetividade no trabalho(...) essas transformações requerem e até prescrevem a disponibilidade psíquica dos assalariados(...) (CLOT, 2007, p. 72)

Ainda buscando a compreensão da função psicológica do trabalho, Clot (2007) nos demonstra que com a complexificação da vida moderna, o trabalho

converte-se para as pessoas num instrumento que as possibilita acessar formas de vida que até então só eram possíveis para uma elite da sociedade: formação, consumo, lazer, férias, esportes, política, cultura. Afirma que o trabalho como gênero de atividade está ao mesmo tempo no centro e na periferia da vida dos sujeitos. No centro porque ele deve oferecer às pessoas o poder de fazer algo de suas vidas, ser sujeito de sua história; na periferia, porque faz parte de um todo mais amplo que hoje constitui a vida moderna.

A função psicológica do trabalho reside em dar a possibilidade para o sujeito de participar de uma história coletiva, que é cristalizada em gêneros sociais flexíveis o suficiente para que cada indivíduo possa imprimir sua marca pessoal. Essa contribuição do trabalho é o que Clot define como a possibilidade de “sair de si”.

Considerando que o trabalho na concepção de Clot tem uma função social central na organização da vida das pessoas, as situações de desemprego trazem para o sujeito um sentido de proibição dessa participação pessoal na produção da história de coletivos. Ele afirma que a desocupação tem um impacto psíquico patogênico, pois separa o indivíduo do homem, quando o impede de desempenhar seu papel de transmissão e renovação do patrimônio de gerações.

Outra questão levantada por Clot, importante para compreender como se desenvolve a função psicológica do trabalho, é a de que o desenvolvimento da atividade pressupõe a presença de uma necessidade afetiva. Busca na análise de Vigotski a constatação de que é no curso da atividade humana que o desenvolvimento do pensamento se faz pela unidade entre afetividade e cognição e chega à constatação que uma mudança de destinação e de destinatário numa atividade é o recurso que se coloca como força motriz na transformação dessa atividade. Ele relaciona essa constatação de Vigotski à sua concepção de zona de desenvolvimento potencial para chegar à conclusão de que a atividade realizada por um sujeito é apenas uma pequena parte do seu potencial efetivo de realização. Em seu pensamento, enquanto realiza a atividade profissional, em suas pré-ocupações, por exemplo, esse sujeito está realizando a mesma atividade de outras formas, formas estas possíveis ou impedidas.

Ou seja, a atividade realizada é uma ínfima parte do que é possível. Acredito que isso seja muito importante, porque existe em Vygotski, o que pessoalmente eu formulei da seguinte maneira: há uma diferença entre a atividade realizada e o real da atividade. O real e o realizado não são a mesma coisa. O realizado não tem o monopólio do real na vida psicológica. O real é muito mais amplo. Há, finalmente, outra idéia forte: o que não foi realizado, o que não foi efetuado não é menos real. Não foi realizado de forma visível, mas para o sujeito, ela é real, ou seja, é real tudo o que foi chamado de atividades contrariadas – atividades impossíveis. Portanto, o impossível e o possível estão no real. O impossível está também no real das atividades psicológicas. Isso é importante porque a z.d.p. pode ser lida de outra maneira: ela não consiste em ajudar o sujeito a realizar o que foi previsto para ele; a z.d.p. consiste também em criar um quadro no qual o sujeito poderá acordar o impossível na sua própria atividade. A z.d.p. é um lugar, de certa forma, no qual o psicológico ou o social favorece o sujeito para que ele encontre possibilidades não realizadas (essa visão não obriga a anular a outra perspectiva; elas são complementares). (CLOT, 2006, p. 21-22)

Essa questão nos remete ao próximo item de nossa apresentação.

### 3.8 DIFERENÇA ENTRE A ATIVIDADE REAL E A ATIVIDADE REALIZADA

Para Yves Clot (2010), o processo de compreensão da atividade laborativa está relacionado ao entendimento de seu desenvolvimento. Nesse sentido, ele afirma se reportar a Vigotski, citando o fato de que o psicólogo russo considerava que o desenvolvimento humano está repleto de possibilidades não realizadas. Partindo dessa linha de raciocínio, Clot irá elaborar a afirmação de que no processo de trabalho, há a atividade realizada concretamente pelo trabalhador – o que ele chama de atividade realizada; e há também todas as ações não realizadas, que foram impedidas, mas que o trabalhador gostaria de ter feito. Essa totalidade é o real da atividade. Para conhecer isso, Yves Clot propõe que deve ser analisado todo o desenvolvimento da atividade, considerando também as ações que não foram realizadas, mas que ficaram na mente do trabalhador como possibilidades.

Adentrando um pouco mais no que o autor francês vai desenhando como sendo parte dos elementos que integram sua obra teórico/prática denominada clínica da atividade, encontramos uma elaboração da ideia de desenvolvimento enunciadamente fundamentada nos estudos de Vigotski. Essa reflexão que o autor traz, designando como uma reformulação da tese clássica vigotskiana, tem grande importância nos desdobramentos com relação à sua discussão de atividade triplamente dirigida. Vejamos o motivo (CLOT, 2007).

Para Yves Clot, o desenvolvimento de uma pessoa consiste em colocar o mundo social à sua volta como parte de si, nas palavras do autor, “a seu serviço” (CLOT, 2007, p. 118). A atividade do sujeito irá possibilitar que este participe do espaço social, participando da construção de novas significações. Na proposição de Vigotski, incorporada por Clot, o interior do sujeito se exterioriza e o exterior (mundo social) nele se interioriza, sendo ambos fontes de recurso para o desenvolvimento. Esse processo dúplice promove a transformação do espaço social e do sujeito:

Não há interiorização sem exteriorização, para o sujeito e para os outros, a passagem do exterior ao interior não transforma menos o objeto e os meios sociais utilizados pelo sujeito do que a passagem do exterior para o interior transforma o funcionamento do próprio sujeito. Assim, uma função aparece três vezes na história do sujeito: em primeiro lugar no nível social (interpsicológico), em seguida no interior do sujeito (intrapsicológico) e outra vez num plano social-pessoal – alheio-pessoal, diz Bakhtin (1984, p. 392) – despertado ou adormecido. (CLOT, 2007, p. 118)

Portanto, a forma como um trabalhador irá ser mobilizado pelo gênero da atividade profissional é único, diverso de seu colega de mesma função, pois as formas de apropriação dos conceitos, ferramentas e signos são singulares. Mas isso ocorre sem que faça com que a realidade concreta do gênero seja diferente a um e outro. Resgatando o seu conceito, podemos recordar que o gênero é o arcabouço social que reúne as características, valores, regras de



uma tarefa<sup>15</sup>, o que dá a ele unidade, sem ser estático. Retomando, para Clot (CLOT, 2007), o vocabulário de Leontiev e Vigotski, o gênero é constituído de uma “dupla vida” (CLOT, 2007, p. 118), do movimento das organizações sociais, por um lado, e do movimento das disposições pessoais, por outro, sendo produtor e produto de sentido pessoal e significado social.

O signo social que faz parte de um gênero de discurso (sistema de significações) transforma a atividade de pensamento do sujeito, que internaliza uma determinada significação. Por sua vez, a atividade do sujeito, realizada em circunstâncias singulares e de acordo com o estilo deste faz com que o gênero de atividade profissional se amplie ou se reduza. Analisemos as palavras do autor:

A apropriação do signo social, de um enunciado tomado num gênero de discursos, modifica sobremaneira a atividade de pensamento do sujeito, ao lhe conferir uma significação. Mas, em contrapartida, este faz reviver esse enunciado e sua significação social por sua própria conta, nas circunstâncias singulares e de acordo com o estilo que lhe é próprio. A significação amplia-se ou se reduz devido ao fato de realizar a atividade dos sujeitos num gênero dado. (Clot, 1999a, Bakhtine, 1978, Vygotsky, 1934/1997, p. 481). Ela é assim, ao lado deste último, objeto de uma dinâmica de desenvolvimento. O que é verdadeiro para o signo é de resto também verdadeiro para a ferramenta, como o mostra o exemplo das catacreses. A significação dos signos e das ferramentas está por conseguinte longe de ser amorfa. Do ponto de vista do sujeito, entre a significação social que os signos e as ferramentas têm no gênero e sua própria atividade, desenvolve-se uma entidade mista. É um instrumento pessoal da ação, no sentido aqui atribuído ao termo, ou seja, um instrumento com o qual e sobre o qual ele age (Rabardel, 1999). (CLOT, 2007, p. 119)

Clot se fundamenta na análise de Pierre Rabardel acerca do fato de que artefato e instrumento não são sinônimos, para nos demonstrar que no decorrer da atividade dos sujeitos, há o estabelecimento de novos objetivos. Tentemos compreender melhor o que o autor está querendo dizer: primeiramente Clot (2007, p. 120) se remete a Rabardel e sua análise da relação entre artefato e instrumento. Explica-nos que o artefato pode tornar-se um instrumento efetivo quando a serviço da realização da ação de um sujeito,

---

<sup>15</sup> Na perspectiva da teoria formulada por Yves Clot, a noção de tarefa pode ser traduzida como profissão, sem com isso perdemos de vista o risco de estarmos simplificando um ou outro conceito. Nesse momento, a comparação é útil para manter a compreensão textual sem cair em um grotesco erro.

que lhe institui como instrumento ao lhe dar o estatuto de meio para atingir os objetivos de sua ação. Ao chegar a essa primeira constatação, Clot conclui que assim como artefato se converte em instrumento a partir da ação humana, objetivo inicial da tarefa prescrita não vale por si mesmo. Ele nos explica que o objetivo prescrito se modifica, conformando-se em objetivo real, e pode ser valorizado ou desvalorizado pelo sujeito conforme sua mobilização em torno da atividade. Converte-se o objetivo prescrito também, para Clot (2007) em um signo ou em um instrumento, reciclados. E busca em Leontiev a explicação de que o sentido de uma ação não está nas palavras, nos conceitos, nos instrumentos ou nas regras, ou seja, o sentido de uma ação não é gerado pelo significado, e sim pela atividade do sujeito. “Pela série de relações e conflitos entre objetivos e motivações. Assim, o objeto da ação encontra-se subjetivizado pelo que é vital para o sujeito antes de qualquer apropriação especificamente cognitiva.” (CLOT, 2007, p. 121)

Buscando então, analisar a atividade do ponto de vista de seu desenvolvimento, Clot aponta que as relações entre as atividades efetivas dos sujeitos e os gêneros que elas podem mobilizar, são relações no curso das quais a aprendizagem se converte e desenvolvimento. Vejamos isso no trecho de seu livro:

Em resumo, a perspectiva histórico-desenvolvimentista, adotada aqui, interessa-se pelo desenvolvimento dos invariantes da ação. Mas, se levarmos a sério a história dos invariantes nos invariantes, é necessário procurar suas molas propulsoras nos conflitos da atividade dirigida e endereçada e que, com efeito, o desenvolvimento tem sua origem. Em Psicologia, não é raro que invariantes sem história, desvinculados das contingências da situação, entendam-se bem com as diversas formulas do que poderia ser designado como um “criacionismo desenvolvimentista”. H. Wallon descreveu bem os efeitos perversos dessa disjunção que acumula fetichismo vencedor de estruturas e desenvolvimento pressuposto. Como é sublinhado por Wallon, interrompido, o tempo acaba sempre por desferrar-se: “Tendo as coisas em devir sido separadas de seu devir, o devir é substituído pela simples sucessão. Mas, em compensação, o devir apareceu como existente em si e como que dotado do poder de se criar a si mesmo, ou seja, de definitivamente criar as coisas” (1983, p. 9; 1970, p. 28-35). Nossos resultados mostram, efetivamente, que o desenvolvimento humano, merece algo melhor do que sua convocação no absoluto. Ele deve ser explicado para ser compreendido. Finalmente, o paradoxo talvez seja o fato de que também o próprio desenvolvimento possui um

funcionamento do qual é necessário dar conta. Por meio de sua provocação, como o capítulo seguinte procura demonstrar. (CLOT, 2010, p. 200).

Nesse parágrafo, podemos entender como Yves Clot relaciona sua concepção de desenvolvimento humano ao processo de construção de uma intervenção para a modificação do trabalho, rumo, segundo ele, ao poder de agir, à impressão de uma marca pessoal do indivíduo que trabalha em seu contexto de trabalho. Como apontado ao final da citação, no seguimento de seu trabalho (CLOT, 2010), o autor vai descrever o seu método de intervenção rumo ao poder de agir. Esses elementos serão objeto de nossa análise a seguir.

### 3.9 AUTOCONFRONTAÇÃO CRUZADA COMO ATIVIDADE DIRIGIDA – ESBOÇANDO O MÉTODO DE INTERVENÇÃO

A autoconfrontação cruzada é o instrumento da clínica da atividade, desenvolvido por Clot, utilizado para dar possibilidade ao trabalhador de modificar formas de pensar e agir que são habituais. Consiste em fazer com que um trabalhador analise partes do trabalho realizado por um colega de mesmo nível profissional (mesma função no processo de trabalho) através de gravações em vídeo. Nesse contexto da análise e discussão do que está observando, Clot (2007) afirma que a emergência de divergências é inevitável, pois cada trabalhador imprime sua marca pessoal às atividades desempenhadas. Essas divergências nas ações dos trabalhadores são o material com o qual o psicólogo irá trabalhar, não no sentido de dissipá-las ou equilibrá-las, mas no sentido de utilizá-las na construção de um novo olhar acerca do trabalho, como também de novas formas de realizá-lo.

Seu método de intervenção é também o que lhe possibilita desenvolver o conhecimento e, na sua concepção, é também um método de pesquisa. Nesse movimento de compreender ao mesmo tempo em que propõe

mudanças, Clot (2007) afirma que se torna possível compreender os modos e possibilidades de desenvolvimento, como também o que o impede e como encontrar formas de superação. O autor se reporta à Vigotski para fundamentar sua afirmação de que é necessário partir da análise da atividade para uma análise psicológica do trabalho.

Nesse sentido, parte da noção de que as pessoas envolvidas numa tarefa, ao desenvolver as atividades que a compõem, estabelecem suas análises e conclusões a respeito do que estão fazendo. Ele identifica esse movimento inicial, não elaborado do trabalhador, como a expressão de conceitos espontâneos. São de fato, segundo Clot (2007), análises dos trabalhadores. Mas não podem bastar como subsídio para a elaboração científica da função psicológica do trabalho. Esses conceitos espontâneos são responsáveis pela organização da experiência do trabalho em descrições subjetivas. São “o pensamento em ato dos homens no trabalho” (CLOT, 2007, p. 128). Eles são o material compartilhado pelo trabalhador quando se insere o psicólogo do trabalho nesse processo de construir um novo conhecimento do que seria a função psicológica do trabalho.

Ponto de partida da análise do autor francês, os conceitos espontâneos analisados pelos trabalhadores se “chocam” com o conteúdo compartilhado pelo técnico, que por sua vez compartilha com o trabalhador um conhecimento científico acerca daquele contexto, e esse “choque” se converte em enriquecimento do gênero da atividade, que desse momento em diante é objeto de trabalho e pensamento coletivo. O trecho de seu livro pode nos auxiliar na compreensão de como este estabelece a relação entre os conceitos espontâneos e científicos.

...Com efeito, o sentido renasce nos deslocamentos provocados pela atividade comum, que põe em confronto os conceitos espontâneos e os conceitos científicos nas “passagens” de uma atividade a outra. E é aqui que a análise psicológica do trabalho encontra problemas práticos de difícil solução. Porque é preciso dotá-la nesse caso de um quadro de referência para uma elaboração que inclua uma desconfiança em relação a tudo o que se deseja alcançar. De fato, a própria matéria da análise do trabalho são as metamorfoses da atividade ao longo do tempo, incluindo as metamorfoses que essa análise provoca. A

experiência mostra que não se deve ter a aflição de atribuir uma significação a situações que aceitam mal as interpretações unívocas. Interpretações demasiado diretas do discurso dos operadores podem, por exemplo, lançar no silêncio a irredutível polivalência e a polifonia da atividade real. Aqueles que trabalham e que aceitam ou – melhor – exigem nos acolher como interlocutores de seus gestos e de suas palavras não nos transmitem “verdades” que esperavam, para ser ditas ou mostradas, a nossa chegada. Eles se servem de nossa presença para enfrentar todas as outras vidas possíveis que lhe parecem devidas, redescobrimo então, graças um efeito indireto, e às vezes inesperada para eles, os obstáculos e os recursos de um real que lhes escapa. (CLOT, 2007, p. 129)

Com a leitura do trecho acima, fica mais evidente que Yves Clot está defendendo a tese de que há uma relação de co-determinação entre atividade e pensamento. Se, por um lado, afirma que é a atividade prática que determina e redefine o sentido desta para o sujeito; por outro lado, a atuação do técnico possibilita a ocorrência de metamorfoses desta atividade.

Yves Clot (2007) se reporta ao que afirma ser elaboração de Vigotski, ressaltando que os conceitos espontâneos e os conceitos científicos são ambos fontes de inteligibilidade que podem unir-se, mas não podem tornar-se sinônimos uns dos outros. Os conceitos espontâneos sempre são parte da experiência singular e empírica do sujeito, enquanto os conceitos científicos se desenvolvem a partir da mediação com um sistema de conceitos.

Segundo Clot (2007), qualquer tentativa de simplificação da análise do trabalho, em um ou outro aspecto, incorre em erro metodológico. A chave que o autor aponta como caminho para solução desse problema é a constituição de zonas de desenvolvimento potencial. Essas zonas são o instrumento de mediação entre os sistemas de conceitos e a atividade prática, empírica. A autoconfrontação cruzada é proposta como uma forma para desenvolver a possibilidade de produção de zonas de desenvolvimento potencial da atividade. Clot está defendendo que ao promover a autoconfrontação cruzada, abre espaço para que os trabalhadores enxerguem a dimensão impedida da atividade e assim, possam propor modificações no gênero de atividade profissional prescrito no sentido de abarcar a atividade antes impedida.

Conceitua, portanto, a sua proposta de compreensão da função psicológica do trabalho como uma terceira via para o entendimento da relação estabelecida entre a constituição da subjetividade e o trabalho.

Ao reafirmar estar partindo dos conceitos vigotskianos, aponta uma superação tanto da psicologia reflexiva – que se limita à descrição do vivido pelo sujeito, quanto da psicologia explicativa – limitada à análise do comportamento aparente.

Essa terceira via, para Yves Clot (2007), afirma sua base no pressuposto epistemológico materialista, pois a explicação remete ao real da atividade, sendo o conceito de atividade dirigida a sua unidade de compreensão. Para tanto, ele cita Vigotski e Ricoeur como autores que servem de guia nesse pressuposto.

Com relação à Ricoeur, Clot compartilha com este o que ambos denominam de recusa de uma possível apresentação de alternativa ao par explicar-compreender e ao dualismo que opõe espírito e natureza. Acerca de Vigotski, Clot recupera a sua elaboração da necessidade da construção de uma nova psicologia, que supera explicações mecanicistas para a causalidade psíquica, ponto de encontro, para Vigotski, das psicologias descritiva e compreensiva (CLOT, 2007).

Como o materialismo é pressuposto epistemológico que fundamenta nossa análise, devemos discutir no capítulo a seguir no sentido de compreender pontos de contato e de distanciamento entre a concepção de Yves Clot e a nossa acerca do materialismo.

O autor define como base da autoconfrontação cruzada a análise da própria atividade do operador, a existência de hipóteses explicativas e o registro de vestígios. Essas bases conformam o que Clot (2007) metaforicamente define como exotopia, que é o distanciamento que permite ao sujeito olhar o mundo com elementos que a proximidade, ou imersão total, não permitem.

Yves Clot (in BENDASSOLLI & SOBOLL, 2011) descreve como deve ser o processo de autoconfrontação cruzada: o objetivo é discutir com os trabalhadores suas atividades de trabalho. Primeiramente, ocorre uma gravação em vídeo de um dos integrantes do grupo, trabalhando. Essa imagem

é apresentada a dois trabalhadores, sendo a primeira etapa do debate realizada em pares. Essas duplas discutem sobre a atividade, sob a orientação do psicólogo do trabalho. Este procura dirigir a conversa no sentido de os integrantes da dupla debaterem sobre o trabalho e não sobre o trabalhador que está desenvolvendo a atividade. Segundo Clot (2011), essa preocupação deve ser central porque é a partir desse foco na atividade – e não no trabalhador – que é possível compreender a atividade cada vez mais como ela é, ou seja, se evidencia uma das formas de desenvolver a atividade dentro das várias que poderiam ser aplicadas. Clot (2011) afirma a importância desse foco na atividade, por que:

... É por esse motivo que a atividade que temos sob os olhos surge cada vez mais como o que ela é: apenas uma das atividades possíveis no conjunto das que teriam podido ser realizadas ou poderiam vir a ser realizadas. Trata-se, por assim dizer, de fazer passar o trabalho realizado de um trabalhador para outro, para fins de decantação. Portanto, trata-se igualmente de obrigar nossos interlocutores a exercitar-se para separar o discurso convencional do já dito e do pensamento pronto – centrípeto e monologista – daquilo que, na realidade, é difícil dizer e pensar. Esse trabalho de separação é a razão principal de uma clínica da atividade que busca restabelecer a capacidade comum da criação ao organizar a repetição da atividade cotidiana num diálogo tardio. (CLOT, in BENDASSOLLI & SOBOLL, 2011, p. 76)

Estrutura-se dessa forma, para o autor, um método de intervenção que é o resultado de uma construção conjunta com os trabalhadores, que se dispõem a observar e discutir sobre o seu trabalho. Mas também, e não de forma contraditória à afirmação anterior, a autoconfrontação cruzada é uma atividade dirigida, pois se destina a levar um trabalhador a pensar, sentir e agir, segundo a perspectiva do outro. As análises e comentários do que se vê no vídeo, mudam de acordo com o interlocutor a quem se dirige, ao colega-trabalhador ou ao psicólogo do trabalho. Isso ocorre porque, segundo Clot (2007), a palavra do sujeito se redefine não somente conforme o objeto, mas também conforme a atividade que está a ser realizada pelo outro.

A autoconfrontação cruzada se propõe a ser, portanto, um instrumento de desenvolvimento da potência de realizar transformações na atividade profissional. Clot (2007) se reporta novamente a Vigotski para ressaltar que falar sobre o processo de trabalho já é em si uma forma de modificá-lo. A análise da situação real permite novas formas de realizar as ações propostas. Nas palavras do autor:

Em consequência, as atividades não se exprimem nas palavras que lhes serviriam de somente de veículos amorfos para falar delas. Graças à linguagem dirigida ao outro, o sujeito realiza, no sentido forte do termo, suas atividades. A cada contexto corresponde uma dada “realização” possível. O contexto da autoconfrontação cruzada mobiliza a experiência sob dois ângulos distintos, e a descrição e a explicação não são idênticas nos dois casos. (CLOT, 2007, p. 141)

### 3.10 O PODER DE AGIR

Yves Clot busca (2010), ao desenvolver sua teoria, especificamente no que diz respeito ao estabelecimento de mudanças no que ele denomina de situações de trabalho, uma retomada da tradição ergonômica francesa. Mas alerta que sua análise vai discordar da ergonomia francesa no aspecto de que serão os responsáveis por essa mudança. Para Clot, o estabelecimento de mudanças no processo de trabalho deve ocorrer por iniciativa dos coletivos de trabalho, a partir do desenvolvimento do poder de agir.

O autor defende que deve se utilizar da noção de trabalho prescrito e trabalho real, elaboradas pela tradição ergonômica francesa, mas superando seu entendimento de que estes existem como oposições. Ele afirma que existe entre a organização do trabalho e o trabalhador uma reorganização da tarefa, feita pelos coletivos profissionais. E sua proposta de intervenção deve estar voltada justamente a esse trabalho de reorganização do coletivo de trabalho, buscando compreender e discutir com os trabalhadores os seus equívocos, sucessos e insucessos, sua história da atividade possível e impossível. Nesse processo de reorganização do trabalho, Clot (2010) propõe um terceiro termo



que considera ser o que unifica o trabalho prescrito e o trabalho real, que é o gênero profissional.

A noção de poder de agir é proposta por Yves Clot para sintetizar o objetivo que sua teoria pretende, ao se debruçar sobre a relação entre os indivíduos e seu contexto de trabalho. Para o autor (2007), um contexto em que a ação dos sujeitos encontra-se impedida é quando o sujeito não consegue superar as dimensões operacional-técnica e subjetivo-social, ou seja, não consegue imprimir seu estilo pessoal no gênero da atividade. Assim, o que Clot denomina de poder de agir está limitado ou inexistente. E essa condição é geradora de sofrimento para o trabalhador.

Em seu livro mais recente, Clot (2010) afirma que o caminho que ele busca percorrer é o de restaurar o movimento, a atividade bloqueada. É incentivar a multiplicação de contextos e resgatar o movimento impedido, dando espaço à atividade não realizada pelo trabalhador. Para isso, coloca como percurso instrumental o resgate (revisionado) das elaborações acerca do desenvolvimento, realizadas pela Psicologia Histórico-Cultural. Ele propõe analisar e intervir sobre o desenvolvimento do poder de agir sobre as situações de trabalho.

Para Clot (2010), o desenvolvimento do poder de agir está relacionado a uma alternância funcional entre o sentido e a eficiência da ação realizada pelo trabalhador. Nesse contexto, trata-se para o trabalhador de realizar um trabalho que pode ser considerado por ele como de qualidade, e essa qualidade da sua tarefa tem a ver com esta fazer sentido para o trabalhador. Sendo assim, o desenvolvimento do poder de agir no trabalho diz respeito a um aumento da capacidade do trabalhador de realizar as atividades por ele consideradas importantes, entre elas as que são impedidas pelo gênero profissional.

Por último, é o que na linguagem cotidiana, chama-se cuidado (*souci*) e realização do “trabalho bem feito”, aquele em que é possível reconhecer-se individual e coletivamente, sintonizado com uma história profissional que se persegue e pela qual cada um se sente responsável. (CLOT, 2010, p. 15)

Para discutir o poder de agir, Clot está compreendendo que o processo de desenvolvimento de um trabalho bem feito deve ter como pressupostos, o fazer sentido para o trabalhador, poder ser realizado com eficiência e, por fim, ter espaço para que a criatividade do trabalhador seja utilizada, situação que está em concordância com sua noção de estilo pessoal.

Em síntese, procuramos dar conta nesse capítulo de realizar duas tarefas. A primeira seria a de apresentar de forma geral a teoria que estamos propondo analisar. A segunda tarefa que procuramos dar cabo era a de tentar esboçar os elementos teórico-metodológicos que serão analisados no capítulo final.

No capítulo que segue, nos deteremos a fazer uma análise, apontando a articulação feita por Yves Clot entre a sua apropriação de conceitos da Psicologia Histórico-cultural (apropriação expressa pelo autor francês a partir de suas referências em Vigotski, principalmente, mas também em Leontiev) e as demais teorias nas quais se fundamenta e afirma conformarem os pilares de sua teoria denominada clínica da atividade. Para isso, utilizaremos os seguintes eixos de análise, derivados dos elementos a partir dos quais expusemos seu pensamento no capítulo anterior, eixos estes organizados em forma de tópicos: 1- o método de conhecimento baseado na controvérsia; 2 – trabalho: fundamento para a psicologia histórico-cultural – qual a sua situação na clínica da atividade?; 3 - o conceito de atividade e sua unidade de análise: a atividade triplamente dirigida; – o gênero de atividade profissional, 5 - função psicológica do trabalho e finalmente, 6 - o poder de agir.

#### **4 – A CLÍNICA DA ATIVIDADE EM QUESTÃO – UMA ANÁLISE DA ARTICULAÇÃO ENTRE A PROPOSTA TEÓRICO-METODOLÓGICA DE YVES CLOT E A PSICOLOGIA HISTÓRICO-CULTURAL, À LUZ DO MATERIALISMO HISTÓRICO-DIALÉTICO**

No capítulo que segue, nosso objetivo se orienta para a realização de uma análise sobre a obra de Yves Clot, a partir da extração do material produzido no capítulo anterior. Nosso foco ficará centrado nos elementos teórico-metodológicos que dizem respeito à articulação realizada pelo autor francês, da Psicologia Histórico-cultural com o resultado de sua obra.

A eleição de determinadas categorias para proceder à referida análise ocorreu por que: a) são as categorias que Yves Clot aponta como tendo raízes na Psicologia Histórico-cultural e; b) estas categorias se consolidam como proposta de intervenção elaborada pelo autor.

Consideramos ser necessário proceder a uma análise de elementos teórico-metodológicos apresentados pelo autor francês como pertencentes à matriz teórica da Psicologia Histórico-cultural, porque partimos da tese defendida por Vigotski (1999) sobre a necessidade da construção de uma Psicologia científica, capaz de desenvolver métodos de conhecimento coerentes com a complexidade da vida humana socialmente desenvolvida. Vigotski defendia que para que isso acontecesse, a Psicologia deveria superar as tendências ecletistas de análise do ser humano. Ele estava propondo que a Psicologia deveria se fundamentar no materialismo histórico-dialético<sup>16</sup>. Nesse sentido, devemos buscar compreender até que ponto a apropriação realizada por Yves Clot da obra de Vigotski, em particular, e da Psicologia Histórico-cultural, em geral, ocorre de maneira coerente com o proposto por essa teoria, em termos metodológicos.

---

<sup>16</sup> Reafirmamos a ressalva de que Vigotski não estava se referindo a uma transposição mecânica do processo de análise elaborado por Marx em relação ao modo de produção capitalista, mas sim de uma apropriação do método científico desenvolvido por Marx. Nesse processo de apropriação, o psicólogo russo apontava a necessidade de desenvolver categorias de análise coerentes com o seu objeto de estudo: o ser humano em seu processo de desenvolvimento histórico-cultural.

Em consequência desse primeiro elemento, concluímos que se faz necessária a análise de como essa apropriação da psicologia soviética se desdobra na proposta de intervenção de Yves Clot: o poder de agir. Ou seja, como ocorre a articulação dos elementos teórico-metodológicos de base marxista, extraídos por Clot da Psicologia Histórico-cultural, com sua proposta de intervenção no mundo do trabalho.

Como a Psicologia Histórico-cultural tem sua fundamentação no marxismo, que entende como condição necessária para o pleno desenvolvimento humano a superação do capitalismo, fica evidenciada a importância do debate em torno de como Yves Clot se apropria das elaborações vigotskianas (bem como da Psicologia Histórico-cultural como um todo) e de como o autor francês estabelece a relação entre esta teoria e outras, que não comungam dos mesmos pressupostos.

#### 4.1 MÉTODO DE CONHECIMENTO BASEADO NA CONTROVÉRSIA

Como ponto de partida metodológico, retomado em vários momentos da produção a que tivemos acesso em nossa leitura para realizar essa pesquisa, encontramos a defesa por parte de Yves Clot do que ele denomina “método de conhecimento baseado na controvérsia”. Correspondendo a essa proposta metodológica, como já apontamos no capítulo dedicado à apresentação de sua teoria, Clot explica que a fundamentação da clínica da atividade possui quatro pilares teóricos, aos quais ele se refere como sendo a sua origem como pesquisador.

A forma de apropriação dessas bases teóricas divergentes ocorre, segundo afirmação do psicólogo francês, a partir do debate e controvérsia entre elas. Para entender melhor como essa proposta metodológica se materializa em sua obra, retomemos um exemplo.

Clot (2010) refere que retoma a tradição da ergonomia francesa em sua elaboração sobre a produção da subjetividade no mundo do trabalho, como já dissemos, partindo do conceito de atividade desenvolvido pela Psicologia Histórico-cultural, mas expandindo-o. Ele busca um entendimento da atividade

como algo que extrapola o trabalho realizado. Esse exemplo denota a forma como Clot se apropria dos conceitos das teorias que utiliza, extraindo o que considera adequado da sua totalidade e os aplicando em sua análise, articulando com outros conceitos, de outras teorias, de bases epistemológicas diversas.

Na análise do aspecto metodológico da obra de Yves Clot, - ou o que de mais próximo pudemos apreender de método de conhecimento em sua teoria -, encontramos nas leituras Clot (2007, 2010), apenas um aspecto abordado a partir da teoria vigotskiana: a unidade afetivo-cognitiva. Ele não refere, e nem é possível apreender da leitura de seus textos, menção à importante e indissociável filiação de Vigotski e Leontiev ao materialismo histórico-dialético e ao pensamento marxista. Consideramos necessário indagar qual o motivo que leva o autor francês a não mencionar sobre a filiação filosófica desses autores, justamente quando esta filiação é o grande diferencial da Psicologia Histórico-cultural em relação às Psicologias vigentes na época de sua criação e até o presente momento. A filiação ao marxismo está na base do próprio projeto de constituição da Psicologia Histórico-Cultural.

Outro exemplo da tendência metodológica baseada na controvérsia, adotada por Yves Clot, se expressa na elaboração teórica por ele proposta em relação ao que denomina como a “função psicológica do trabalho”. O autor refere que há uma divisão acelerada que cria muitas vias para o sujeito, entre elas, inclusive, o desemprego. Inferimos com isso que, com a ideia de vias, o autor está se referindo aos gêneros de atividade profissional, às formas de organização da produção. Porém, Clot não esclarece exatamente o que significa essa divisão, se do trabalho ou de profissões, e nem em qual teoria se fundamenta para afirmar essa divisão.

Em seguida, afirma que essas vias possuem um elemento em comum, o qual determina a função psicológica do trabalho. Esse denominador comum é apontado por Clot (2007) como sendo a cada vez maior convocação da subjetividade dos indivíduos no trabalho. Ressalte-se que esta conceituação do resgate da subjetividade para a finalidade da produção no mundo do trabalho é uma das principais preocupações que se evidenciam nas pesquisas situadas entre as abordagens da clínica do trabalho (BENDASSOLLI e SOBOLL, 2011).

Essas propostas de abordagens da relação trabalho e saúde mental se afirmam como perspectivas teóricas diversas, algumas das quais, inclusive, reivindicando-se filiadas à Psicologia Histórico-cultural. Algumas dessas teorias chegam a traçar análises sociológicas pautadas em categorias marxistas, mas ao se debruçarem na compreensão da determinação da personalidade, se referem a conceitos que não fazem parte do arcabouço teórico-metodológico do marxismo. Ao contrário disso, utilizam conceitos de teorias psicológicas divergentes com o materialismo histórico-dialético, sendo comum observar o uso de categorias psicanalíticas para responder a questões relativas à formação do indivíduo. O conceito de resgate da subjetividade é um exemplo disso.

Concluimos com esse exemplo, que Yves Clot sintetiza um conceito central em sua teoria – a função psicológica do trabalho -, embasando sua proposta de intervenção, em alicerces teóricos divergentes, quais sejam a Psicologia Histórico-cultural e a Psicanálise. E para debater essa proposição metodológica de Yves Clot, qual seja, a de construir sua teoria a partir de raízes teóricas divergentes, buscamos no texto vigotskiano “O significado histórico da crise na Psicologia” (1999) a argumentação necessária.

No sentido da tentativa de desenvolver uma ciência psicológica que pudesse acertar o caminho para o conhecimento sobre a natureza histórico-social do psiquismo humano, Vigotski defende neste texto, comparativamente ao percurso realizado por Marx em “O Capital” (2003), a criação de uma Psicologia que pudesse ser produzida metodologicamente, configurando-se como uma Psicologia geral capaz de reunir os elementos necessários para a generalização aplicável nas análises de objetos particulares.

Acima de tudo, o que Vigotski ressaltou nesse texto (1999) e buscou aplicar em seus estudos diz respeito à contestação do método comum a várias correntes teóricas que se propunham a responder questões relativas ao ser humano, em que, para cada objeto particular, abria-se uma questão e um percurso metodológico diverso. Para Vigotski, essa metodologia não dá conta de responder às necessidades da realidade material.

Essa proposta que tem o objetivo de buscar o conhecimento do homem concreto, reafirmando que o psiquismo humano é produzido na vida concreta

dos homens, foi denominada por Vigotski, segundo Romanelli (2011), como “materialismo psicológico” ou “dialética da psicologia”. Sua tarefa como psicologia geral foi proposta pelo psicólogo russo como sendo a de buscar as formas mais gerais do devir humano, do desenvolvimento dos seres humanos e suas manifestações particulares no comportamento e funções psicológicas.

Encontramos no texto de Vigotski (1999) a defesa clara de que o método epistemológico a que ele se refere e utiliza é o materialismo histórico-dialético. Nesse texto, Vigotski faz um diálogo com as teorias psicológicas que se encontram em estágio mais avançado no período da produção de sua tese. O diálogo proposto pelo autor russo com essas teorias, ocorre no sentido de captar os elementos centrais de cada uma delas, questionando suas raízes epistemológicas, a forma como elaboram e respondem às questões que dizem respeito ao ser humano, sua origem, desenvolvimento e características.

Podemos observar no “Significado histórico da crise da Psicologia” (1999), que Vigotski contesta as teses ecletistas. Nesse sentido, o autor faz uma análise do ecletismo, ressaltando os três tipos de tentativas metodológicas por ele produzidas e consideradas pelo autor como equivocadas. A primeira tentativa é de assimilar a uma teoria todo e qualquer conceito de outra, transferindo de forma direta suas leis, fatos, ideias. A segunda tentativa equivocada do ecletismo está em associar ideias alheias, divergentes, apontando o exemplo da associação entre marxismo e psicanálise. E o terceiro erro do ecletismo segue no sentido de assimilar as ideias alheias sem conhecer seus princípios norteadores.

Romanelli (2011) afirma que o conjunto da obra de Vigotski é permeado pela busca dos fundamentos metodológicos da Psicologia, fundamentos esses que são capazes de indicar o caminho mais adequado no sentido do conhecimento sobre o ser humano. Tal esforço foi reconhecido por Leontiev, que refere que a questão metodológica sempre orientou as pesquisas de Vigotski, sendo então considerada como o ponto de início do percurso necessário à Psicologia Histórico-cultural rumo à busca do conhecimento, tendo como fio condutor o método materialista histórico-dialético.

O trecho de Romanelli (2011) nos elucida e reforça nossa afirmação de que o percurso metodológico proposto por Vigotski estava alinhado ao materialismo histórico-dialético no aspecto da incorporação por superação:

Não obstante, a diversificada formação cultural de Vigotski não dilui ou minimiza, em absoluto, a importância do marxismo em sua obra. De diversas formas, o materialismo dialético revela-se e exerce-se no trabalho de Vigotski, como, por exemplo, quando o psicólogo contemplava, ao pesquisar um determinado objeto de estudo, toda a produção científica que estivesse ao seu alcance, buscando, assim, não apenas somar informações, mas alcançar uma superação dialética, um salto qualitativo ou um nível mais aprofundado de conhecimento. (ROMANELLI, 2011, p. 202)

Considerando os elementos acima, a partir das elaborações vigotskianas e sua problematização sobre o ecletismo na Psicologia, podemos nos colocar em divergência à defesa de Clot, e sua consequente construção metodológica, de produzir seus conceitos e ideias articulando, ou melhor, somando perspectivas teóricas diversas. Consistentemente com o método adotado por Vigotski, o processo de produção do conhecimento não se baseia num movimento de somatória de conceitos e elaborações teóricas esparsas, mas sim do movimento de incorporação por superação.

A ressalva a essa metodologia clotiana se torna mais necessária e enfática com relação à defesa de Vigotski sobre o processo de construção do conhecimento acerca do psiquismo humano. Em nosso entendimento, a proposição metodológica eclética de Clot diverge da tese marxista de Vigotski, de que o caminho para o conhecimento da realidade psíquica passa pela construção de uma Psicologia de base materialista, capaz de apreender o movimento do real. Ressaltemos o exemplo de sua proposição denominada função psicológica do trabalho (sobre a qual nos deteremos em breve, nesse capítulo). Neste caso, constatamos que, para desenvolver suas categorias de análise, Yves Clot estabelece articulações entre teorias não materialistas (idealistas) e a Psicologia Histórico-cultural. Ou seja, articula teorias divergentes desde suas raízes ontológico-epistemológicas, o que é bastante problemático do ponto de vista filosófico e incompatível com o projeto da



Psicologia Histórico-cultural, em especial com os trabalhos de Vigotski e Leontiev. Autores estes radicalmente materialistas.

A seguir buscaremos analisar o conceito de trabalho para o autor em questão, pois entendemos que tal conceito se estabelece como central em sua obra, uma vez que sua proposta de estudo (objetivo expresso pelo autor) é debruçar-se sobre a relação do trabalho com a subjetividade humana.

#### 4.2 TRABALHO: FUNDAMENTO PARA A PSICOLOGIA HISTÓRICO-CULTURAL – QUAL A SUA SITUAÇÃO NA CLÍNICA DA ATIVIDADE?

O conceito de trabalho é central para a compreensão do processo de constituição do ser humano a partir do referencial teórico da Psicologia Histórico-cultural. Por esse motivo, é um de nossos focos de análise na clínica da atividade, já que esta se diz fundada nesta abordagem teórico-metodológica. Ou seja, é importante buscar determinar até que ponto efetivamente há convergência entre o conceito de trabalho presente na proposta teórico-metodológica de Yves Clot e a psicologia marxista dos autores soviéticos.

Nesse tópico do capítulo tentaremos apontar sobre essa relação e afirmamos, de saída, que o conceito de trabalho não está expresso na obra de Clot (2007, 2010) de forma precisa. Encontramos elementos desse debate dispersos em seus escritos.

Se buscarmos a compreensão do conceito de trabalho utilizado por Yves Clot para embasar sua clínica da atividade, concluímos que ele define esse conceito a partir de alguns elementos.

O primeiro que consideramos importante ressaltar é a relevância dada ao trabalho como atividade humanizadora. Clot (2010) explica que essa dimensão está relacionada ao que ele afirma ser o encontro e troca entre as pessoas, como forma de possibilitar ao sujeito sair de si mesmo.

Como segundo elemento, destacamos o fato de Clot (2010), apontar que o trabalho é o uma atividade forçada. Para isso, afirma fundamentar-se em Wallon, no sentido de compreender o trabalho como atividade não natural, mas sim produzida pelos seres humanos, sendo sempre uma atividade em que seu objeto é estranho às necessidades aparentes do sujeito. Além disso, o trabalho, segundo Clot (2010) é identificado como desenvolvido a partir de tarefas que não são imediatamente respostas às funções orgânicas das pessoas.

Se analisássemos isoladamente os dois elementos acima expostos, sobre a compreensão clotiana de trabalho, poderíamos identificar uma proximidade com o conceito de trabalho para o materialismo histórico-dialético e para a Psicologia Histórico-cultural (em seu sentido ontológico). Como já desenvolvemos no capítulo dois, é importante retomarmos que o conceito marxista de trabalho deve ser compreendido como atividade exclusivamente humana que possibilita o ser humano realizar transformações no mundo à sua volta, de forma a satisfazer suas necessidades. É também a atividade – consciente – que possibilita o desenvolvimento da humanização, a partir da transmissão pela cultura, do conhecimento acumulado pela humanidade. Com isso estamos afirmando que ao trabalhar, o ser humano satisfaz suas necessidades e ao mesmo tempo, produz novas necessidades e se desenvolve.

Está presente portanto, mesmo que expresso de forma difusa, que Clot considera o trabalho como atividade humanizadora e consciente, pois afirma não ser uma atividade natural do ser humano, mas desenvolvida por este. Se considerássemos apenas esses aspectos de sua análise sobre o conceito de trabalho, poderíamos concluir que Clot guarda consistência com o conceito de trabalho para a Psicologia Histórico-cultural.

Porém, encontramos um terceiro elemento na elaboração conceitual de Clot (2007) sobre o trabalho, que nos leva a discordar do autor e considerar que este não compreende o conceito de trabalho tal qual posto pela Psicologia Histórico-cultural. Clot (2007) situa o trabalho apenas como uma entre as diversas atividades humanas. Buscando uma maior fidelidade ao seu texto, encontramos a afirmação de que o trabalho é um entre os gêneros de atividade

que constituem o que ele denomina de subjetividade humana, sendo responsável pelo sentimento de utilidade social. Por esse fato, o autor afirma ser muito difícil (mas não impossível) que o ser humano prescindia da atividade trabalho.

Além de se constituir um tanto incoerente com a afirmação imediatamente anterior (de que o trabalho é atividade humanizadora porque não é natural, mas sim consciente), esse posicionamento de Clot, ao não colocar o trabalho como atividade central no processo de humanização, o situa em divergência com a Psicologia Histórico-cultural, com Vigotski e Leontiev, a qual se fundamenta, essencialmente, no conceito marxista de trabalho. Com esse posicionamento, Clot não considera, de fato, em sua análise, o trabalho como sendo a atividade que determina o processo de humanização. Ao contrário disto, situa o trabalho como uma dentre outras atividades humanas que, segundo ele, contribui para tal, sem ser determinante. Assim, não considera o trabalho como criador do humano, mas como recriador, como fonte de ressignificações.

Apesar de afirmar-se como psicólogo histórico-cultural, citar em inúmeros momentos de sua obra tal filiação, inclusive retomando conceitos produzidos por Vigotski e Leontiev, não encontramos no texto de Yves Clot (CLOT, 2007) referência ao conceito de trabalho elaborado na teoria da atividade de Leontiev, que por sua vez a desenvolve a partir do arcabouço teórico produzido por Vigotski. Em nosso entendimento, para que a apropriação da teoria formulada pelos autores marxistas da psicologia soviética seja realizada de forma consistente, é necessária a vinculação aos seus conceitos fundamentais, dentre eles, o de trabalho.

No sentido de proceder à defesa de que a atividade trabalho era considerada pelos psicólogos russos como fundamental na teoria por eles desenvolvida, retomemos a elaboração de Vigotski que considera que o ser humano se relaciona como o mundo à sua volta por meio da mediação de signos e ferramentas. Essa mediação possibilita que o ser humano produza socialmente os meios necessários para a satisfação de suas necessidades, sendo a ferramenta, a materialização de seu corpo inorgânico, que amplia seu corpo natural. Esse processo de modificação do meio social, afirma Vigotski

(1995), é a base do desenvolvimento da humanidade e define-se como a atividade consciente – trabalho.

Para o autor russo, o desenvolvimento humano determinado pelo trabalho deve ser considerado tanto em sua dimensão ontogenética quanto filogenética. Sobre esse aspecto, o trecho do texto de Vigotski e Luria, selecionado por Cenci (2012), retira qualquer dúvida sobre o fato de que o conceito de trabalho proposto pelo marxismo está presente como fundamento para a Psicologia Histórico-cultural.

Sob pressão imediata das condições externas, o homem, em sua luta ativa com o mundo exterior, aprendeu a não usar diretamente suas capacidades naturais na luta pela existência, mas a desenvolver primeiro métodos mais ou menos complexos para ajudá-lo nessa luta. No processo da evolução, o homem inventou ferramentas e criou um ambiente industrial cultural, mas esse ambiente alterou o próprio homem; suscitou formas culturais complexas de comportamento, que tomaram o lugar das formas primitivas. Gradativamente, o ser humano aprende a usar racionalmente as capacidades naturais. A influência do ambiente resulta no surgimento de novos mecanismos sem precedentes no animal; por assim dizer o ambiente se torna interiorizado [internalizado]; o comportamento torna-se social e cultural não só em seu conteúdo, mas também em seus mecanismos, em seus meios. Ao invés de memorizar imediatamente algo de particular importância, o ser humano desenvolve um sistema de memória associativa e estrutural, desenvolvem-se a linguagem e o pensamento, surgem as ideias abstratas e criam-se inúmeras habilidades culturais e meios de adaptação – em consequência do que o adulto cultural surge em lugar do adulto primitivo. Muito embora as funções naturais, inatas, sejam semelhantes no homem primitivo e no homem cultural ou, em alguns casos, possam até deteriorar-se no correr da evolução, o homem cultural difere enormemente do homem primitivo pelo fato de que um enorme repertório de mecanismos psicológicos – habilidades, formas de comportamento, signos e dispositivos culturais – evoluíram no correr do processo de desenvolvimento cultural, como também pelo fato de que toda a sua mente se alterou sob a influência das condições complexas que o criaram (VYGOTSKY, LURIA, 1996, p.179-180 *apud* CENCI, 2012, p. 11).

A partir da constatação de que na teorização clotiana não há convergência com o conceito ontológico de trabalho marxiano, podemos levantar a seguinte questão: como será possível a apropriação da Psicologia Histórico-cultural para subsidiar o estudo e compreensão do que Clot propõe como centro de sua análise – a função psicológica do trabalho -, se o conceito

fundamental da teoria que afirma estar em sua base não é considerado por ele?

Poder-se-ia responder a essa indagação com a argumentação presente na própria obra de Yves Clot, de que sua apropriação dos conceitos de Vigotski e Leontiev são resultado de um exercício de divergência conceitual e metodológica. A divergência é, segundo Clot (2010), o método por ele utilizado para produzir conhecimento. Sua defesa da divergência se materializa em sua produção, expressamente fundamentada em quatro abordagens teóricas divergentes epistemologicamente, como descrevemos no capítulo 3 do presente trabalho.

Colocamo-nos nesse ponto, contrários à posição teórico-metodológica de Clot, como já evidenciamos no tópico número um deste capítulo. No entanto, consideramos importante ressaltar esse debate e, para isso, buscamos fundamentos na argumentação de Duarte (2000). O autor reafirma que Vigotski é claro em sua obra, se posicionando contrário às tendências relativistas, as quais Duarte identifica como tendências pós-modernas da ciência. Nestas, não há culturas, ou indivíduos mais desenvolvidos, mas apenas diferentes. O ideário pós-moderno faz a defesa de uma ética da diversidade, que na verdade abre espaço para a legitimação da submissão da sociedade a formas de produção da vida baseados na exploração e nas desigualdades de acesso aos bens de consumo.

Duarte (2000) reafirma que, em seu entendimento, a obra de Vigotski se coloca contrário a essa postura. Na perspectiva teórico-metodológica de Vigotski, o método de produção do conhecimento deve se pautar na busca pela verdade (DELARI JUNIOR, 2009), a partir do processo de ascensão do concreto (imediato e caótico) ao concreto pensado. Para isso, é necessária sim a apropriação do que há de conhecimento mais avançado, mas essa apropriação não deve ser acrítica, de forma a misturar conceitos elaborados por perspectivas teóricas diversas, mas buscando a incorporação por superação.

Além desse aspecto central de divergência sobre o conceito de trabalho como atividade determinante para o processo de humanização, encontramos

na análise da clínica da atividade, outro elemento que em nosso entendimento, denota uma inconsistência com o materialismo histórico-dialético.

Se no plano genérico, abstrato, ou seja, quando analisamos o conceito de trabalho em seu plano ontológico, podemos já encontrar divergências importantes entre o que Clot (2007) considera como trabalho e o que define a Psicologia Histórico-cultural, quando analisamos o trabalho em sua expressão particular, historicamente determinada, essas divergências se acirram. De fato, podemos afirmar que não há qualquer identidade ou sequer aproximação com o materialismo histórico-dialético. Explicamos o motivo de tal afirmação.

Clot (2007, 2010) identifica, equaliza a noção de trabalho sob o capitalismo com a forma pela qual o trabalho se expressa em diferentes momentos da organização histórico-social humana. Em alguns trechos de seus textos, Clot chega a trazer como sinônimos trabalho e processo de trabalho. Essa posição teórica explicita que Yves Clot estrutura toda a sua análise sobre a relação trabalho e sofrimento sobre bases equivocadas, ou no mínimo ideológicas, tanto no sentido conceitual como metodológico.

Para o marxismo, o trabalho no modo de produção capitalista é uma forma particular, historicamente determinada, da atividade universal, vital, humana. No capitalismo, as relações de produção da vida, determinadas pela atividade trabalho, se particularizam em relações de exploração da força de trabalho da classe trabalhadora, por parte da classe detentora dos meios de produção. Essa condição particular, qual seja, o trabalho sob o capitalismo, não pode ser generalizada abstratamente como trabalho humano. Porque, ao se fazer essa equalização, as determinações históricas que constituem o todo complexo, particular, da expressão trabalho no capitalismo, ascendem a uma condição universal, a-histórica, idealista e naturalizante. Ao fazê-lo, Clot, reproduz a ideologia dominante na sociedade capitalista, que generaliza a expressão ideal de uma classe, a classe burguesa, como sendo as ideias de todas as classes.

No capitalismo o processo de valorização do valor com a produção da forma mercadoria a partir da exploração da força de trabalho e as relações de assalariamento são elementos constituintes de determinada forma de

organização da produção da vida. Mas não a única forma existente, possível de estruturar o trabalho.

Clot, ao não tratar em sua teoria da complexidade do trabalho como atividade historicamente determinada dentro do modo de produção capitalista, e não citar que está se debruçando sobre a expressão particular do trabalho, deixa implícito que está se posicionando ao lado das teorias que naturalizam a relação entre trabalho e exploração da força de trabalho, como indissociáveis. Por outro lado, como já reafirmamos nessa pesquisa, nosso posicionamento frente a esse debate é que há uma necessidade de superação da forma particular de produção da vida – o capitalismo – como caminho rumo à emancipação humana e superação de nossa pré-história (VIGOTSKI, 2000).

Conforme a proposta teórico-metodológica desenvolvida pelo Materialismo Histórico-dialético (e que tem desdobramentos radicais na Psicologia Histórico-cultural), para avançarmos nesse processo de superação, é necessário buscar conhecer o máximo possível os elementos constituintes do trabalho no capitalismo, pois estes elementos trazem implicações concretas para a determinação do sofrimento pelo trabalho.

Em nosso entendimento, Clot não leva isso em consideração quando traça sua análise e propõe sua teoria. Podemos afirmar que ele universaliza, generaliza uma análise do trabalho, sem considerar a mediação no plano concreto/singular, o trabalho sob o capitalismo. A consequência desta universalização do trabalho sob o capitalismo implica a conclusão fatalista de que não há condição de superação das relações de exploração, na medida em que são universais.

As determinações concretas e singulares do trabalho sob o capitalismo produzem a alienação, condição determinante para o processo de produção do sofrimento pelo trabalho. Nesse sentido, o caminho para a compreensão e enfrentamento do problema do sofrimento e da saúde mental dos trabalhadores, determinados pelo trabalho, deve envolver a análise dos processos de alienação/humanização presentes nas relações de trabalho sob o capitalismo, caso contrário, o esforço teórico apenas tangencia o problema, ficando limitado aos seus aspectos aparentes.

Em nosso entendimento, em sua proposta teórica e de intervenção sobre o fenômeno do sofrimento humano pelo trabalho, denominada clínica da atividade, Yves Clot desconsidera o fato de que os seres humanos estão submetidos a relações de dominação e exploração, a relações de trabalho que produzem alienação, deixando, assim, de abordar um aspecto central do problema.

As suas elaborações sobre o conceito de atividade e atividade triplamente dirigida são, em nosso entendimento, desdobramentos dessa concepção de trabalho identificada com labor, como tarefa específica. Vejamos a seguir como essas concepções são propostas por Clot.

#### 4.3 O CONCEITO DE ATIVIDADE E SUA UNIDADE DE ANÁLISE – A ATIVIDADE TRIPLAMENTE DIRIGIDA

Ao tratar do termo atividade, Yves Clot deixa os leitores de sua obra um tanto confusos, pelo fato de indicar expressamente que busca na obra de Leontiev e na Psicologia Histórico-cultural, o entendimento do conceito ora referido. Justificamos tal afirmação inicialmente nos reportando ao tópico acima sobre sua concepção de trabalho. Pois, como concluímos, o autor francês não toma em consideração a mesma linha de raciocínio que o faz Vigostki e Leontiev – que o trabalho é uma atividade exclusivamente humana e possui uma dimensão universal-ontológica e uma dimensão particular (em nosso caso, o trabalho no capitalismo).

Por outro lado, nosso estranhamento em relação a essa apropriação parcial do pensamento de Leontiev, deve-se ao fato de que o psicólogo russo considera o trabalho como uma forma específica de atividade humana (LEONTIEV, 1978), enquanto Clot (2007) considera atividade como algo diferente de trabalho<sup>17</sup>. A fim de nos inscrevermos nesse debate e tentarmos

---

<sup>17</sup> Já nos posicionamos anteriormente de forma contrária a esta tendência metodológica adotada por Clot e denominada por ele como uma divergência conceitual e metodológica com



articular nossa posição, que defende algo diverso do que Clot, procederemos à retomada da concepção de atividade de Yves Clot.

Ao tratar de atividade, Clot afirma que busca uma ampliação da elaboração desenvolvida pela Psicologia Histórico-cultural. Ele insere a noção de atividade não realizada como parte do conceito de atividade. Segundo o entendimento de Clot (2007), equivocadamente em nosso ponto de vista, a noção de atividade para a escola russa de psicologia não considerou que faz parte da atividade humana a relação do sujeito com o mundo à sua volta e sua capacidade de mudá-lo. Clot (2007) afirma que ele é quem insere esse elemento em sua elaboração, concluindo que o real é a ação do sujeito em contato com as coisas e sua relação com os demais sujeitos, elementos estes que promovem o seu desenvolvimento.

No trecho a seguir, podemos compreender que Yves Clot desenvolve a sua elaboração considerada ampliada do conceito de trabalho, a partir de uma articulação da Ergonomia francesa com a Psicologia Histórico-cultural.

Encontra-se nesse âmbito de nossa perspectiva, o recurso das diferenciações que permitem que o sujeito “saia” de si mesmo, sobretudo numa época em que as “preocupações” pessoais, ao mesmo tempo exaltadas e negadas, invadem o espaço social e público. Assim, o sujeito que trabalha é concebido aqui simultaneamente como uma rejeição e uma emancipação das atividades que o submetem à prova. Causa e efeito ao mesmo tempo, ele pode ser definido mais como um expositor da atividade do que sua origem. Com essa diferença – que é importante –, a conceituação que se propõe depara com as preocupações da psicodinâmica do trabalho. Como o enfatiza Bruner, a psicologia não pode pagar sua responsabilidade científica por uma negação da subjetividade (1996b, p. 193-195). Por fim, definimos a função psicológica do trabalho no interior de uma psicologia histórico-cultural que atribui um lugar central às realidades materiais e simbólicas do mundo “exterior”. **Porém, neste ponto de encontro com os movimentos atuais da psicologia ergonômica (Hoc & Amalverti, 1998; Leplat, 1997, Rabardel, 1999), impõe-se uma precisão: o real não é identificável com as condições externas da atividade psicológica. O real é a modificação dessas condições pelo sujeito e não essas condições em si mesmas.** Não se trata de um ambiente mas de um meio de ação delimitado pelas iniciativas que o sujeito toma, só ou com outros, em condições que nem por isso são fixadas por ele. O real é a ação de realização – jamais totalmente previsível – que põe o sujeito em contato com as realidades objetivas do mundo das coisas e dos

---

a Psicologia Histórico-cultural e com as suas outras matrizes teóricas. O que para nós se chama ecletismo.

homens, ocasiões para, e obstáculos ao (,) seu desenvolvimento. (grifo nosso) (CLOT, 2007, p. 93)

Fica bastante evidente, especialmente no trecho grifado, que Clot compreende a elaboração da atividade pela Psicologia Histórico-cultural como sendo um movimento unilateral e não dialético. O autor francês desconsidera que a atividade humana é um processo de síntese entre a objetivação e a apropriação.

Para nós, Yves Clot não está se referindo de forma exata ao entendimento da realidade para a Psicologia Histórico-cultural. Para a psicologia marxista, os aspectos mentais ou psíquicos, não visíveis da atividade humana, são parte da realidade tanto quanto seus elementos visíveis. Isso é um fato tão precioso à Psicologia Histórico-cultural, que foi defendido no debate realizado por Vigotski no texto “O significado histórico da crise na Psicologia” (1999), ao se colocar contrário às tendências dualistas da Psicologia, que ora desconsideram a atividade mental, não visível, ora afirmam que esta possui uma gênese descolada da relação do indivíduo com o seu meio social.

Yves Clot (2007) desenvolve o conceito de atividade propondo um processo que ele denomina atividade triplamente dirigida como a unidade inseparável de análise da atividade. Partindo da elaboração de que a atividade é algo mais amplo do que o que se observa no que foi realizado, ele afirma que está relacionado com a ideia de atividade o movimento de conflito entre os três direcionamentos da atividade: dirigida para si próprio, para os outros e para o objeto.

Clot (2007) afirma que o resultado desse conflito – que seria o polo vencedor entre as direções da atividade, ou a combinação desses polos, seria a expressão realizada em atividade. Mas essa não pode ser considerada a atividade como um todo. Ele afirma que deve ser considerado para analisar a atividade, o desenvolvimento desse conflito entre o direcionamento da atividade para si, para os outros e para o objeto, a unidade que deve analisar o que seria atividade. Por isso ele afirma que amplia a noção de atividade a partir da Psicologia Histórico-cultural. Para ele (2007), a noção de atividade deve

englobar o que não foi realizado, compreendido como esse conflito interno entre as direções.

Da forma como o autor realiza a sua exposição sobre a concepção de que a unidade de análise da atividade é o desenvolvimento do conflito entre os três polos, torna-se possível compreender que Yves Clot está supondo que há um planejamento consciente sobre esses três direcionamentos da atividade, construído prévia e mentalmente pelo indivíduo. Essa parte de sua obra nos sugere que o autor está considerando, portanto, que a atividade humana tem uma gênese mental, interna, e que se direciona para o meio externo através da resolução de um conflito que culmina em uma escolha consciente deste, sobre a direção da atividade.

Assim como existe essa porção realizada da atividade, está presente mentalmente e conscientemente para o indivíduo, uma porção não realizada da atividade – a atividade impedida -, porção esta que influencia na produção de sua subjetividade. Em nosso entendimento essa é uma concepção de base idealista e não materialista. Pois representa um movimento “de dentro para fora” do indivíduo e não o que se concebe como dialético. Para deixarmos claro em que medida essa afirmação se configura como contrária à Psicologia Histórico-cultural, de base materialista e dialética, lembremos que, para esta abordagem teórica, o processo de constituição do indivíduo, mediado por sua atividade no mundo, se baseia no movimento de apropriação e objetivação, par dialético indissociável.

Ao chegarmos a esse ponto da análise, conseguimos nos aproximar, de forma mais clara, à posição teórica do autor em questão. Em nosso entendimento, sua concepção sobre a constituição da individualidade está direcionada desde o pensamento de uma pessoa em direção ao mundo externo. Essa afirmação pode ser reforçada pelo fato que esboçamos anteriormente nesse capítulo, no item sobre o trabalho, qual seja, que Yves Clot considera o trabalho como importante para produzir ressignificações para as pessoas, mas não a gênese da constituição do processo de humanização.

A fim de debatermos sobre essa noção acerca do direcionamento da atividade, procederemos a seguir na tentativa de dialogar a partir da concepção

materialista de atividade para Leontiev (1978) e da tripla condição da alienação que se desenvolve a partir do trabalho no capitalismo.

Para tratar da problemática relacionada ao conceito de atividade, Leontiev (1978) realiza um estudo que está sistematizado no texto publicado com o nome de “Atividade, consciência e personalidade”. Nesse estudo, Leontiev busca analisar quais as relações da atividade humana para o desenvolvimento da personalidade, defendendo a tese fundamentada no materialismo histórico-dialético, de que a personalidade é síntese pessoal das múltiplas determinações produzidas pela atividade humana no seu meio social.

Para chegar à análise desejada sobre a personalidade, Leontiev, de forma fiel ao método de construção do conhecimento – o materialismo histórico-dialético -, divide<sup>18</sup> em categorias a análise de como o reflexo psíquico, presente nos animais, se desenvolve no ser humano e se expressa como trabalho. Deteremos-nos a extrair desse estudo de Leontiev, sua elaboração sobre a atividade, a fim de demonstrar que sua defesa segue no sentido de que o trabalho é uma forma de atividade, especificamente humana e que dá a base para o desenvolvimento tanto dos indivíduos como da humanidade.

Leontiev (1978) afirma que a atividade humana de trabalho é o processo que os seres humanos desenvolveram para satisfazer suas necessidades vitais de sobrevivência. Nesse processo, a realidade (natural e social) existente ao redor dos seres humanos, é transformada pela sua intervenção, de forma consciente e orientada a uma finalidade. A atividade, portanto, tem uma orientação; dirige-se a um objeto e realiza uma finalidade, por exemplo, matar a fome, que é seu motivo. Por outro lado, mas não de forma contraditória ao processo de transformação da realidade, é através da atividade que ocorre o processo de humanização, quando os indivíduos se apropriam da cultura e criam novas formas de agir sobre sua realidade, a partir dessa apropriação.

---

<sup>18</sup> Deve-se levar em consideração que a forma adotada por Leontiev, de divisão das categorias expostas em capítulos do livro “Atividade, consciência e personalidade (1978) é apenas didática. O autor considera que os processos estudados por ele estão num movimento complexo e dialético, na realidade material da constituição do indivíduo.

Ao contrário, portanto, do que apreendemos da elaboração de Yves Clot sobre a relação entre atividade e o trabalho (trabalho é para ele *uma* das atividades que produz ressignificações, mas não a única), para a Psicologia Histórico-cultural, representada nesse ponto por Leontiev (1978), o pressuposto é de que o trabalho *é atividade determinante para o desenvolvimento* do homem no seu processo de humanização. Através do trabalho, os indivíduos entram em comunicação uns com os outros, numa participação em atividade conjunta, e assim satisfazem suas necessidades, desenvolvem a linguagem, produzem a cultura gerando novas necessidades, socialmente construídas.

Tanto os instrumentos, como as novas necessidades e a própria linguagem, adquirem existência objetiva. Esse é o processo de objetivação – produzir algo através da atividade consciente. Ao mesmo tempo em que ocorre a objetivação da cultura, ou seja, que a humanidade está objetivando-se, está também se apropriando das coisas produzidas.

No trecho que transcrevemos a seguir, encontramos textualmente a comprovação de que, em nosso entendimento, há divergências conceituais centrais entre a teoria da atividade, e as conclusões clotianas sobre a função da atividade humana para o desenvolvimento do psiquismo.

Leontiev (1978) afirma que, apesar de compreender o movimento de relação do indivíduo com sua realidade material como dialético, se pudéssemos (para fins didáticos) posicionar a gênese do desenvolvimento da humanidade, o faríamos na atividade, no trabalho humano.

Quer dizer que é ilegítimo considerar que a atividade objetiva exterior, ainda que apareça diante da investigação psicológica, somente o faz como algo no qual estão incluídos os processos psíquicos internos, e que, em rigor, a investigação psicológica avança sem passar para o plano do estudo da atividade exterior, de sua estrutura. Isto pode ser aceito somente se admitir uma dependência unilateral da atividade exterior com relação à imagem psíquica que a dirige, da representação do fim ou de seu esquema mental. A atividade entre necessariamente em contatos práticos com os objetos que resistem ao homem, objetos que rechaçam a atividade, modificam-na e a enriquecem. **Em outras palavras, é na atividade exterior que se opera a abertura do círculo dos processos psíquicos internos como saindo ao encontro do mundo objetivo material que irrompe imperiosamente nesse círculo.** Deste modo, a atividade integra o objeto de estudo da psicologia, porém não com sua "parte" ou elemento especial, mas com sua função especial. É a função de situar

o homem na realidade objetiva e de transformar essa realidade em uma forma da subjetividade. (grifo nosso) (LEONTIEV, 1978, p. 74, tradução nossa)<sup>19</sup>

O trecho acima não deixa margem para dúvidas para o fato de que Leontiev situa sua fundamentação epistemológica no materialismo. Avançando sobre essa elaboração, materialista de que o psiquismo humano se constitui na atividade, Leontiev explica que quanto mais complexa é a atividade, mais complexa será a sua regulação psíquica.

Se, em primeiro lugar, a regulação e o desenvolvimento do psiquismo humano ocorrem na atividade humana de intercâmbio com a natureza e nas relações sociais que esta desenvolve; e, em segundo, quanto mais complexa for essa atividade, mais complexo será o psiquismo, devemos levar em consideração a questão da alienação. No capitalismo, a forma como se estabelecem as relações de trabalho produz uma cisão entre o e o significado do trabalho, produzindo trabalhadores em condições de alienação. Além disso, a forma como se organiza a sociedade capitalista, o acesso dos indivíduos ao conjunto das objetivações humanas está limitado, cerceado.

Para a Psicologia Histórico-cultural, o sentido da atividade é produzido por aquilo que liga, na consciência do sujeito, o objeto ou conteúdo da ação ao motivo que levou a realização da atividade. Ou seja, atividade faz sentido quando o indivíduo que a realiza consegue enxergar uma relação desta com o motivo que o levou a planejá-la.

O processo de desenvolvimento da divisão social do trabalho e a propriedade privada dos meios de produção produzem uma forma de estruturar

---

<sup>19</sup> Quiere decir que es ilegítimo considerar que la actividad objetiva exterior, aunque aparece ante la investigación psicológica, sólo lo se hace como algo en lo cual están incluidos los procesos psíquicos internos, y que en rigor la investigación psicológica avanza sin pasar al plano del estudio de la actividad exterior, de su estructura. Esto se puede aceptar sólo en caso de que se admita una dependencia unilateral de la actividad exterior con respecto a la imagen psíquica que la dirige, de la representación del fin o de su esquema mental. Pero no es así. La actividad entra necesariamente en contactos prácticos con los objetos que se resisten al hombre, los cuales la rechazan, la modifican y la enriquecen. En otras palabras, es en la actividad exterior donde se opera la apertura del círculo de los procesos psíquicos internos como saliendo al encuentro del mundo objetivo material que irrumpe imperiosamente en ese círculo. De este modo la actividad integra el objeto de estudio de la psicología, pero con su “parte” o elemento especial, sino con su función especial. Es la función de situar al hombre en la realidad objetiva y de transformar a ésta en una forma de la subjetividad. (LEONTIEV, 1978, p. 74)

a consciência em que predomina a dissociação entre o sentido da ação e o seu motivo. No texto de Leontiev (1978a), “O Desenvolvimento do Psiquismo”, há um exemplo de como, nas relações capitalistas de produção da vida, se manifesta essa dissociação.

A tecelagem tem para o operário a significação objetiva de tecelagem, a fiação, de fiação. Todavia não é por aí que se caracteriza sua consciência, mas pela relação que existe entre essas significações e o sentido pessoal que têm para ele as suas ações de trabalho. Sabemos que o sentido depende do motivo. Por consequência, o sentido da tecelagem ou da fiação para o operário é determinado por aquilo que o incita a tecer ou a fiar. Mas são tais as suas condições de existência que ele não fia ou não tece para corresponder às necessidades da sociedade em fio ou em tecido, mas unicamente pelo salário, é o salário que confere ao fio e ao tecido o seu sentido para o operário que os produziu. (LEONTIEV, 1978, p.)

Nessa elaboração de Leontiev (1978), fica evidente que o sentido produzido pelo operário numa tecelagem, a partir de sua ação de tecer ou fiar não pode ser mudado apenas a partir de sua vontade ou esforço mental, buscando encarar a ação com outro sentido. O sentido pessoal é produzido pela atividade consciente do operário, mas dentro das condições objetivas a que está submetido, obrigando-o a vender a sua força de trabalho em troca de um salário. Nisso se produz a alienação – onde o sentido está no salário recebido e não no que produz.

Quando está presente na vivência pessoal do indivíduo o significado social de uma atividade – o seu trabalho, por exemplo, o sentido pessoal que este irá produzir terá uma relação direta com essa atividade. Porém, se o significado social deste trabalho (que no capitalismo é produzir mercadorias) diverge do sentido pessoal para o sujeito (que é obter salário para sua subsistência), produz-se a consciência alienada.

Com essa cisão entre o significado social do trabalho e o seu sentido pessoal, fundada na realidade concreta que é a forma como se organiza a produção da vida no capitalismo, as condições que cada trabalhador individualmente (ou em pequenos coletivos) possui de modificar o sentido de

seu trabalho são pequenas, pois está fora de seu alcance a modificação da organização desse processo produtivo.

Com a argumentação acima, concluímos que não há como proceder à análise de como o trabalho influencia no psiquismo humano sem considerar os processos de alienação presentes nas relações de trabalho nas sociedades de classe, em geral, assentados sobre relações de exploração, e sob as relações capitalistas de produção, em particular, as quais acentuam estes processos objetivos e subjetivos de alienação. Transcrevemos abaixo parte de um trecho transcrito no capítulo 2 desse trabalho, retirado de um texto de Marx, denominado “Trabalho assalariado e capital” (1891).

(...) O que o operário produz para si próprio não é a seda que tece, não é o ouro que extrai das minas, não é o palácio que constrói. O que ele produz para si próprio é o salário; e a seda, o ouro, o palácio, reduzem-se para ele a uma determinada quantidade de meios de vida, talvez a uma camisola de algodão, a uns cobres, a um quarto numa cave. E o operário, que, durante doze horas, tece, fia, perfura, torneia, constrói, cava, talha a pedra e a transporta, etc., - valerão para ele essas doze horas de tecelagem, de fiação, de trabalho com o berbequim ou com o torno, de pedreiro, cavador ou canteiro, como manifestação da sua vida, como vida? Bem pelo contrário. Para ele, quando termina essa actividade é que começa a sua vida, à mesa, na taberna, na cama (...). (Marx, 1891, p. 25)

Marx ilustra nesse trecho que o sentido no trabalho para o trabalhador, no capitalismo, está vinculado ao seu salário e não aos bens que este produz. Apesar disso, para propor sua conceituação acerca da função psicológica do trabalho, Yves Clot (2007) não aborda a questão fundamental da alienação tão cara ao pensamento marxista e, portanto, aos autores soviéticos nos quais se diz estar fundamentado. Em sua elaboração sobre o caráter triplamente dirigido da atividade, podemos encontrar elementos que esboçam uma descrição dos três aspectos da alienação, desenvolvidos por Max (2004). Mas a compreensão desses elementos, feita por Clot (2007), se conforma diversamente à concepção marxiana de alienação.

Compreendemos que Yves Clot utiliza como processo explicativo do caráter triplamente dirigido da atividade, as bases de uma teoria que se



fundamenta no movimento de externalização dos processos mentais para dirigir a atividade humana. A fim de fazer a argumentação desta afirmação, tentaremos analisar a partir dos três aspectos da alienação, cada polo da atividade na proposição de Clot (2007).

O primeiro polo que Clot (2007) propõe como sendo parte da unidade de análise da atividade é a que se dirige pela conduta do próprio sujeito. Para o autor, esse polo da atividade diz respeito ao que o sujeito possui como preocupações. Estas são descritas pelo autor francês como sendo o que o trabalhador espera de seu trabalho em termos de qualidade, reconhecimento e contribuição para o coletivo em que está inserido.

Em nosso entendimento, e acreditamos tê-lo sido justificado com as argumentações de Leontiev e Marx transcritas logo acima, a conduta de um trabalhador inserido em um processo de trabalho dentro do capitalismo, não é determinada por ele próprio. Em alguns casos, os gestos mínimos de cada segundo da sua jornada de trabalho, são controlados pelo ritmo da produção (encontramos nessas condições, os trabalhadores do setor de carnes, por exemplo). Mas mesmo em setores onde se poderia afirmar que há uma maior flexibilidade para a manifestação da criatividade do trabalhador, há regras, objetivos e metas que dificultam e até mesmo derrubam a tendência de buscar os aspectos citados por Clot (qualidade, reconhecimento e contribuição para o coletivo). Tomemos as profissões caracterizadas como trabalho intelectual, como a de professor, por exemplo. Ora, o professor tem um horário a cumprir, uma meta a responder (transmitir um determinado conteúdo) e um objetivo a chegar (permitir a aprovação da maior parte de seus alunos com a finalidade de elevar os índices de qualidade da educação no país).

Essa descrição de atividade dirigida para a própria conduta, proposta por Yves Clot como um dos polos de direção da atividade, é na realidade o primeiro aspecto da alienação, que é a expropriação em relação ao produto do trabalho. Na concepção marxiana, o trabalhador não controla os meios de produção e não organiza o processo produtivo. Os procedimentos que fazem parte de sua organização, bem como os objetivos deste, são determinados pelo capital. Com isso, a sua pré-ocupação que seria a citada por Clot, de produzir um trabalho de qualidade e um bem coletivo, não é real. Em nossa

sociedade, o motivo que impulsiona o trabalho é, para o trabalhador, na grande maioria dos casos, a troca pelo salário. O autor francês não estabelece essa compreensão.

O segundo polo que Clot define é aquele como sendo o da atividade do trabalhador dirigida para os outros trabalhadores. Clot (2007) explica que esta dimensão está relacionada ao trabalho que é compartilhado entre o coletivo de colegas. O autor francês afirma que essa ligação coletiva pelo trabalho diz respeito ao intercâmbio entre os homens, que produz laços de interesses, motivações, afetos e emoções, os quais se constituem como aspectos “não cognitivos” da atividade.

Com relação a essa condição coletiva da atividade humana, poderíamos nos colocar de acordo com a primeira parte da afirmação de Yves Clot – de que o trabalho é coletivo porque é intercâmbio entre os homens. Reportando-nos à elaboração marxiana sobre a questão, o trabalho realmente é atividade coletiva. Mas não porque está ligando de forma imediata os homens (num mesmo processo de trabalho, por exemplo). O trabalho é atividade coletiva porque os elementos que constituem essa atividade são produto da objetividade humana, que é social. Para trabalhar, o homem precisa ter se apropriado de determinados elementos produzidos pela prática social humana, acumulada e disposta para os indivíduos por meio de sua cultura material e simbólica.

Por isso, a segunda afirmação de Yves Clot – de que a atividade dirigida aos outros é o que cria laços de interesses, motivações, afetos e emoções nos parece descolada de uma análise que considere as reais condições em que se estabelece um processo de trabalho no capitalismo.

Palangana (2002) nos ajuda a compreender o motivo de nossa afirmação ao resgatar a análise do modo de produção capitalista, sob a atual reestruturação produtiva, a qual tem como características principais: a alta velocidade do processo produtivo e a supressão dos pequenos intervalos de tempos que antes o trabalhador tinha e utilizava para refletir, conversar com os colegas, descansar e respirar. A reestruturação produtiva intensifica o ritmo de trabalho, diminuindo a sua porosidade, ou seja, seus intervalos de “tempo ocioso” durante a jornada. Essas condições são altamente desagregadoras,

pois o local de trabalho se torna um lugar de ajuntamento de indivíduos incomunicáveis que, com isso, perdem o senso de coletividade e consequentemente, de solidariedade. Os trabalhadores não se reconhecem entre si, o que é um elemento desejável e explorado pelo capital, pois essa é a chave da competição, que por sua vez impulsiona a produtividade e o controle mútuo. E quando há comunicação, a sua função é de regular a produção, já que o trabalho em equipe, altamente valorizado hoje, atende a dupla função de aumentar a produtividade e transferir o controle dos trabalhadores para os próprios colegas de trabalho.

O estranhamento entre as pessoas reforça a falsa ideia de que cada indivíduo é totalmente diverso do outro, e que essa diversidade é inerente a ele, natural ou fruto de fatores genéticos, distanciando os elementos de totalidade que compõem a classe trabalhadora. Sem tempo no trabalho para olhar para o companheiro, e fora do trabalho bombardeado pelos recursos ideológicos que reforçam esse estranhamento, as pessoas encontram respostas para o sofrimento produzido no processo de exploração de sua força de trabalho em explicações individualizantes e, muitas vezes, culpabilizantes: seu sofrimento seria fruto de uma incapacidade individual e com isso, as soluções são buscadas também individualmente.

O que ocorre na realidade deve ser compreendido a partir do segundo aspecto da alienação, segundo a proposição de Marx (2004) que é a auto-alienação. Como a atividade-trabalho é gerida por outro que não o próprio trabalhador, torna-se estranha a ele, mecânica e automatizada e sem espaço para trocas entre os trabalhadores durante o processo de trabalho. Assim como o trabalhador não reconhece seu trabalho ao realizá-lo, também não o reconhece quando disposto na sociedade, como seu produto. Nesse sentido, as possibilidades de trocas sociais a partir desse processo ficam mediadas pela alienação.

Assim chegamos ao que se deve compreender como o terceiro aspecto da alienação: o estranhamento em relação ao produto do trabalho. Yves Clot (2007) afirma que o terceiro polo da direção da atividade é a atividade dirigida ao objeto, a atividade que de fato foi realizada (produzindo algo) e aquilo que o trabalhador entende como atividade impedida, não realizada. Clot considera

que o trabalhador tem entre suas preocupações a de realizar um trabalho de qualidade.

Discordamos dessa compreensão do autor francês pois na verdade, ao contrário disso, individualmente, o trabalhador não tem entre suas preocupações a produção de bens de consumo que atendam às necessidades da humanidade e que, portanto, devam ser produzidos com qualidade. A preocupação do trabalhador, individual e imediatamente, é a de trocar seu tempo e força de trabalho por um salário que, em geral, lhe serve como meio de consumo. O trabalhador enxerga no salário o elemento capaz de satisfazer suas necessidades. Por outro lado, não enxerga como fruto de seu trabalho a riqueza produzida e disposta (de forma desigual) na sociedade. Por isso, de forma geral, pouco importa ao trabalhador a forma em que se materializa a sua força de trabalho (se produz tecido, comida, remédios que salvam ou armas que tiram vidas), e mesmo se essa materialização é de boa ou má qualidade. O motivo que leva o ser humano a trabalhar, no capitalismo, não é o produto de sua atividade, mas sim o salário que lhe permite consumir para satisfazer tanto suas “necessidades do estômago como da fantasia”.

Assim, como já debatemos no capítulo 2 deste trabalho, reafirmamos que no capitalismo, a alienação deve ser considerada para entender a relação dos homens com seu trabalho. Ou seja, o processo no qual os indivíduos não reconhecem sua atividade objetivada no produto de seu trabalho e nem nos produtos do trabalho de outras pessoas, dos quais se apropria (para satisfazer suas necessidades), acabando por não reconhecer que é o trabalho humano a atividade que o humaniza.

Esse debate e nosso consequente posicionamento frente ao conceito de trabalho e atividade como triplamente dirigida no leva ao próximo passo desta análise: devemos nos deter à noção que o autor denota como gênero de atividade profissional e o estilo pessoal.

#### 4.4 - O GÊNERO DE ATIVIDADE PROFISSIONAL – PORQUE PALAVRAS NÃO SÃO “SÓ” PALAVRAS

Em continuidade à análise da obra de Yves Clot, proposta dessa pesquisa, consideramos necessário nos determos a problematizar o conceito de gênero de atividade profissional, pois este se configura como elemento de base para a elaboração da função psicológica do trabalho e do método de intervenção desenvolvido pelo autor francês. Primeiramente, retomemos de forma breve o significado do conceito em questão. Clot (2007, 2010) descreve a noção de gênero de atividade profissional como o conjunto de regras e padrões estabelecidos socialmente, que identificam um determinado modo de desempenhar um trabalho. No gênero está circunscrito um conjunto de conhecimentos e modos de fazer que balizam a relação entre o sujeito e o seu trabalho. É o meio de operação comum a um conjunto de trabalhadores, que se estabelece e perpetua como a história de um grupo e memória impessoal de um coletivo de trabalho. O gênero prevê a forma como se transmite e aprende o modo de desempenhar determinada tarefa. Esse conceito de gênero pode ser identificado com a ideia de profissão.

Partindo dessa conceituação trazida por Clot, nosso primeiro questionamento se expressa da seguinte forma: se Clot está buscando fundamentação na Psicologia Histórico-cultural para desenvolver uma análise e proposta de intervenção sobre a função psicológica do trabalho, fato expresso variadamente em seus textos, por que o autor francês propõe um novo conceito para o que podemos identificar como trabalho concreto (MARX, 2003)?

Justificamos nosso questionamento com os seguintes motivos: primeiro porque encontramos na descrição do conceito de gênero de atividade profissional a presença de elementos constantes da elaboração conceitual de trabalho concreto em Marx; segundo, porque se a Psicologia Histórico-cultural se propõe a manter-se consistente com a base filosófica marxista, e se Clot se fundamente efetivamente nesta abordagem, não há motivos para reformular o conceito de trabalho concreto, pois este conceito está atualizado e condizente

com a realidade material. Nesse segundo caso, consideramos que o caminho seria o de articular o conceito marxiano de trabalho concreto com o estudo objetivado pela Psicologia Histórico-cultural.

A fim de demonstrar mais claramente o quanto a descrição de trabalho concreto está presente na formulação conceitual denominada como gênero de atividade profissional (consta na obra de Clot, a descrição de trabalho concreto, mas não a sua análise como tal), torna-se necessário delimitarmos o conceito de trabalho concreto em Marx (2003).

Já destacamos no capítulo 2 dessa pesquisa, que todo o trabalho pode e deve ser compreendido como dispêndio de energia física e mental (humana) destinada à produção de uma mercadoria, que possui valor. Essa forma geral de trabalho é o que Marx denomina de trabalho abstrato. Por outro lado, esse dispêndio de energia física e mental é dirigido para a produção de uma mercadoria, que além de ser um objeto com valor de troca, é também um objeto específico produzido para a satisfação de uma necessidade humana. Essa dimensão particular do trabalho – que define qual mercadoria está sendo produzida - é denominada trabalho concreto, que é o gasto de energia a partir de uma determinada técnica produzindo um valor de uso. Nas palavras de Marx, podemos encontrar tal definição:

Como é que o trabalhador acrescenta tempo de trabalho e, conseqüentemente, valor? Sob a forma de um trabalho útil particular, e apenas sob essa forma. O fiandeiro só acrescenta tempo de trabalho, fiando; o tecelão, tecendo; o ferreiro, forjando. Ao despenderem eles sua força de trabalho e, em conseqüência, acrescentarem valor novo, tornam, por meio da forma apropriada de seu trabalho (a de fiar, tecer e forjar), os meios de produção – algodão e fuso, fio e tear, ferro e bigorna – elementos constitutivos de um produto, de um novo valor-de-uso. A velha forma do valor-de-uso desses objetos desaparece para reaparecer sob nova forma. Ao tratar do processo de produzir valor, verificamos que, ao consumir-se adequadamente um valor-de-uso, o tempo de trabalho necessário para produzir o valor-de-uso consumido constitui parte do tempo de trabalho necessário para a produção de novo valor-de-uso, sendo, portanto, tempo de trabalho que se transfere dos meios de produção consumidos ao novo produto. O trabalhador preserva os valores dos meios de produção consumidos, transfere-os ao produto como partes componentes ao seu valor, não pelo acréscimo do trabalho em geral, mas pela modalidade especialmente

útil desse trabalho adicional, através de sua forma produtiva específica. O trabalho, sob a forma de atividade produtiva adequada a um fim, seja qual for – fiar, tecer, forjar – com seu simples contato traz à vida os meios de produção, torna-os fatores do processo de trabalho e combina-se com eles para formar produtos. (MARX, 2003, p. 236)

Fica claro que Marx (2003), quando propõe o conceito de trabalho concreto está levando em consideração que as formas particulares de produção de valores ocorrem a partir de técnicas, que estão organizadas em profissões, como o próprio exemplo marxiano o demonstra. Essas técnicas – profissões – por sua vez, estão submetidas a um processo de organização produtiva, que define elementos como a velocidade da produção, a qualidade e a quantidade do produto, a jornada de trabalho dos trabalhadores desse setor, a forma como se divide o planejamento e a execução dessa produção.

Como já defendemos no capítulo 2, há no capitalismo uma divisão do trabalho, base da perda do controle do trabalhador sobre sua produção. Nesta, o indivíduo é responsável por produzir uma parte da mercadoria, sendo parte de um coletivo. Essa divisão faz com que cada indivíduo trabalhador, fique impossibilitado de compreender que o produtor de todas as riquezas da humanidade é o mesmo, passando a estranhar sua própria produção e achando que esta é feita pelas máquinas e indústrias. Esse é o movimento que retira em grande medida a dimensão humanizadora do trabalho (relacionada ao fato de que o homem se objetiva em sua atividade de produção da vida), reduzindo o trabalhador, para ele mesmo, como mais uma mercadoria necessária para produzir outras.

Vigotski concorda com essa afirmação marxista (2004) de que o trabalho no capitalismo está organizado a partir de uma divisão do trabalho e que este impede o desenvolvimento do ser humano de forma completa, e impondo um desenvolvimento limitado às suas ações repetidas e estereotipadas.

Em um extremo da sociedade encontramos a divisão [alienação] entre o trabalho intelectual e o material, a separação entre a cidade e o

campo, a exploração implacável do trabalho de crianças e mulheres, a pobreza e impossibilidade de um desenvolvimento livre e omnilateral do pleno potencial; e no outro extremo, folga e ostentação. De tudo isso resulta não só que o tipo humano autenticamente útil diferencia-se em vários tipos, de diferentes classes sociais – como estes, por sua vez, permaneçam em agudo contraste entre e outros –, mas também a corrupção e a distorção da personalidade humana, assim como uma sujeição a um desenvolvimento inadequado, unilateral, no interior mesmo de todas essas diferentes variantes tipológicas humanas (VIGOTSKI, 1930, p.3).

Para nossa compreensão, de acordo com as elaborações de Marx e Vigotski, esses elementos constitutivos do processo de trabalho não são definidos por um coletivo heterogêneo (trabalhadores e proprietário dos meios de produção) que faz parte da instituição, mas sim pelo setor (formado por trabalhadores também, mas dirigido e definido pelo capitalista) responsável por planejar a produção de forma que esta se desenvolva no sentido de extrair o máximo possível a quantidade de valor das mercadorias produzidas pelo trabalho realizado. O que estamos afirmando, é que o processo de trabalho no capitalismo tem o objetivo de extração de valor de troca dos produtos, vendidos para realizar o lucro esperado pelo capitalista. Sendo a produção de valores de uso (que satisfazem as necessidades humanas) uma consequência inevitável (mesmo que não o objetivo central) desse processo. Com isso, nos deparamos com o fato de que a expectativa da produção de um trabalho de qualidade, que faça sentido para o trabalhador, não está pautado pelo capital.

Esses questionamentos iniciais sobre a não consideração do conceito de trabalho concreto e sua submissão em uma particular forma de organização da produção, poderiam cair por terra a partir da argumentação de que Clot não assume a base filosófica marxista, pois não concorda com ela. Ainda assim, poderemos manter nossa ponderação discutida no primeiro tópico desse capítulo, de que assumir a fundamentação em Vigotski e Leontiev e afastar suas elaborações do marxismo é o mesmo que tentar forçar um jogador de futebol a jogar handebol. Ou seja, necessariamente, tal empreitada resulta em uma modificação da teoria em que se está dizendo ou querendo fundamentar e, conseqüentemente, numa apropriação não coerente de seus conceitos.



Há, ainda, um segundo questionamento sobre o conceito de gênero, uma vez que sua proposta de intervenção relaciona-se diretamente com este conceito. Clot (2007) afirma que seu trabalho visa contribuir para a melhoria das condições de vida dos trabalhadores no mundo do trabalho. Encontramos nos estudos dos pesquisadores brasileiros a defesa da apropriação da obra clotiana como uma contribuição nesse sentido (LIMA (2007), BENDASOLLI (2011) e SILVA, BARROS e LOUZADA (2011)). Tal manifestação dos estudiosos brasileiros como entusiastas da clínica da atividade, bem como a afirmação primeira de Yves Clot, nos impõem a necessidade de nos debruçarmos sobre esse elemento.

Esse debate deve ser realizado buscando identificar e demonstrar que a desconsideração de elementos sistematizados pelo marxismo para a compreensão do processo de trabalho sob o capitalismo (a heteronomia da direção do processo e que seu objetivo central é a extração da mais-valia), se reverte em resultados diversos da proposição inicial expressa pela clínica da atividade – qual seja, supostamente contribuir para melhorar a vida dos trabalhadores. Para a perspectiva marxista, a organização do processo de trabalho está subsumida ao capital, sendo determinada por outro que não o trabalhador. Suas regras são pré-estabelecidas e o trabalhador não participa deste momento de elaboração

Um aspecto que nos cabe discutir e que tem relação com nossa afirmação acima, está relacionado à necessidade apontada por Clot de contribuir para o desenvolvimento da consciência dos trabalhadores sobre o gênero de atividade. Ele afirma que o gênero só emerge à consciência quando é perturbado. Essa perturbação é precipitada pela possibilidade de colocar em prática o seu questionamento. Por sua vez, esse questionamento não ocorre de forma espontânea, surge com a criação de espaços para discutir sobre o trabalho.

Sua proposta de intervenção se fundamenta na argumentação acima, de que o processo de mudança do trabalho está relacionado à capacidade dos trabalhadores de questionarem o gênero de atividade profissional. Nesse sentido, o autor francês propõe como sendo a contribuição da clínica da atividade o desenvolvimento do poder de agir dos trabalhadores sobre o

trabalho. A tarefa que Clot (2010) coloca para seu método denominado, então, “poder de agir”, seria trazer à tona a dimensão não expressa do trabalho, aquilo que está na dimensão do trabalho prescrito. Isso deve ser feito a partir da abertura de espaços de debate entre os trabalhadores sobre o seu trabalho, espaços estes em que cabe a presença dos gestores da instituição (num segundo momento), a fim de negociar mudanças com a finalidade de produzir um trabalho de qualidade. Isto é, que seja satisfatório tanto para o trabalhador (sendo um trabalho que para este faça sentido), quanto para o gestor do capital. Portanto, um ambiente de trabalho em que se conciliem capital e trabalho.

Sua compreensão de gênero de atividade profissional incorpora a noção de um aspecto socialmente construído do trabalho, o que configura a profissão, mas também um aspecto flexível, que garante a expressão da criatividade individual dos trabalhadores envolvidos na tarefa em questão.

Em nosso entendimento, porém, a flexibilidade sob a qual Yves Clot fundamenta sua proposta de intervenção, está limitada no modo de produção capitalista, à realização de uma tarefa definida por outros (que não o trabalhador), e com objetivos que não são os de produzir um trabalho que faça sentido para o trabalhador. Ao contrário de produzir satisfação para o trabalhador, a flexibilização incorporada na prática de produção capitalista, se configura como mais uma forma de exploração da força de trabalho.

Esse discurso da flexibilidade do trabalhador e, conseqüentemente, do processo produtivo afina-se, na realidade, a uma forma de organização do processo produtivo hoje comumente denominada de *toyotismo* (referindo-se ao processo de acumulação flexível ou a reestruturação produtiva). Esboçamos no capítulo 2 desse trabalho, as características principais do chamado toyotismo, quais sejam: a multifuncionalidade do trabalhador, que agora assume as tarefas de mais de um trabalhador; a divisão do trabalho por ilhas de produção, responsáveis por entregar ao capitalista a porção por ele determinada (meta) de produção; o apelo à “participação ativa”, colocada como combustível para a aceleração da produção; vinculação dos salários às taxas de produtividade, transferindo a preocupação pelos resultados convertidos em lucro para os trabalhadores; a internalização, por parte do trabalhador, do controle do

processo produtivo; dentre outros. Nesse contexto, a discussão sobre a realização de um trabalho de qualidade fica descartada pela necessidade (incorporada pelo trabalhador) de produzir em quantidade para a realização do lucro.

Palangana (2002) reforça esse entendimento e nos ajuda a detalhar e justificar o questionamento da efetividade da proposta de flexibilização dos gêneros de atividade profissional sob o capitalismo, reafirmando que tal proposição se configura mais próxima da construção colocada pelo capital para justificar o toyotismo – e manter a exploração da força de trabalho, com nova roupagem -, do que como tentativa de melhorar as condições de trabalho, para os trabalhadores.

Palangana (2002) relembra que, com o desenvolvimento de formas de produção diversas à tradicional linha de produção do fordismo/taylorismo o discurso capitalista se altera. Valoriza-se agora o comprometimento, a gestão participativa e a cooperação. As ilhas de produção correspondem a um conjunto de trabalhadores responsáveis por uma mercadoria ou parte dela. Nesse modelo, os trabalhadores (agora chamados de “colaboradores”) assumem parte das tarefas da gestão do tempo e do controle de metas.

Nesse contexto, o colega que antes era somente um estranho, torna-se muitas vezes um problema para o sucesso no atingimento de metas, por exemplo, se ficar doente e faltar ao trabalho ou se for lento em suas tarefas. Cria-se então um clima de controle recíproco no terreno fértil do estranhamento entre trabalhadores.

Ao contrário de produzir um trabalho que faça sentido, essa nova forma de organização do processo de trabalho se configura como uma armadilha para a classe trabalhadora, conduzindo ao aprofundamento da individualização do sofrimento, pois agora quem aponta para as ditas dificuldades pessoais é o colega de trabalho, e não o superior ou o patrão. Isso faz com que praticamente desapareça o espaço para o entendimento de que a exploração da força de trabalho promove o esgotamento da energia vital e adocece. Gera o entendimento de que, quem desenvolve uma forma de sofrimento é possuidor de alguma característica pessoal que levou a tal condição, sendo o trabalho no máximo, mais um fator de risco.

Nesse sentido, diferentemente do que defende Yves Clot sobre a possibilidade de realização de um trabalho de qualidade a partir da emergência da flexibilização da organização do processo produtivo – entendendo este como o que Clot descreve como gênero de atividade profissional – o que concluímos ocorrer com essa flexibilização, é a intensificação da exploração dos trabalhadores.

Todavia, Clot (2010) acredita que a instalação do poder de agir no contexto do trabalho está relacionada à possibilidade de o trabalhador realizar um trabalho que produza sentido, um trabalho no qual o sujeito seja capaz de enxergar sua marca pessoal, e esse processo passa pela condição de interferência no gênero.

A essa noção de impressão da marca pessoal no trabalho, Clot (2007) denomina estilo pessoal. É a dimensão criativa dos sujeitos no coletivo de trabalho, dando a sua contribuição para inserção de pequenas modificações no gênero de atividade profissional. O estilo pessoal se define como a dimensão do trabalho em que o sujeito redefine o gênero, a fim de adaptá-lo às atividades reais. Para Clot (2007), o estilo pessoal retira ou liberta o profissional do gênero, não no sentido de negá-lo, mas no sentido de desenvolvê-lo, renová-lo. Nas palavras do autor, o estilo corresponde à transformação do gênero “na história real da atividade no momento de agir em função das circunstâncias” (CLOT, 2010, p. 126). Essa forma de compreender a relação particular do trabalhador com o processo de trabalho, o que o autor francês denomina como estilo, descreve a sua noção de como a atividade do trabalhador se particulariza no processo social (que é o gênero), ou seja, como ela imprime a “cara” do trabalhador em seu trabalho. Na concepção de Yves Clot, o estilo pessoal, ao imprimir a marca do trabalhador, particularizando o gênero de atividade profissional, permite que o trabalhador veja em seu trabalho a concretização de sua subjetividade, sendo isso um aspecto realizador do trabalho.

A fim de ilustrar esse processo, Clot (2007) descreve um caso por ele estudado, no qual, trabalhadores em duas funções distintas (operadoras de máquinas e técnicos de manutenção) de uma fábrica de massas, se reorganizam em torno de uma tarefa. Segundo ele, devido às

necessidades de aumento do ritmo da produção, parte das ações de manutenção (as mais simples e corriqueiras) eram realizadas pelas operadoras das máquinas. O técnico da manutenção, por sua vez, era obrigado a ensinar às operadoras como fazer essas ações de manutenção. Em sua análise (Clot, 2007), o gênero profissional prescrito para as duas funções é ampliado, a partir da emergência do estilo pessoal desses trabalhadores. É o que Clot denomina como *mescla de gêneros*.

O caso acima trata-se de uma situação citada por Clot para evidenciar que ocorrem nas instituições processos de inserção da criatividade dos trabalhadores, inclusive misturando gêneros (operadoras das máquinas e técnicos de manutenção), registrando assim sua marca pessoal no processo de trabalho e reinventando o gênero da atividade profissional.

Consideramos esse exemplo a partir de outro foco. Para a Psicologia Histórico-cultural, no caso descrito, o que se evidencia é a expressão da reengenharia no processo produtivo, determinada não pela necessidade dos indivíduos envolvidos na tarefa de imprimirem sua personalidade no trabalho, mas sim pela necessidade de aumento na produção, visando o lucro. Essa “*mescla de gêneros*” (ou esse alargamento das tarefas, conforme o discurso administrativo vigente), que faz com que a operadora se torne também uma técnica de manutenção (precarizada, sem a qualificação necessária e correndo riscos de acidentes) e o técnico de manutenção se torne também professor (da mesma forma precarizada), é, de fato, um exemplo do aumento da exploração.

Não se trata com isso de negar a existência da ação individual do trabalhador no processo de trabalho. Mesmo que seja predominantemente alienada, determinada heteronomamente, a atividade de trabalho sempre possui uma dimensão humanizadora<sup>20</sup>. Mas esse fato não nega a relação de submissão do trabalhador ao processo de trabalho, colocando sua força de trabalho a serviço do aumento da produtividade. Processo este que vem sendo realizado por meio de táticas administrativas, nas quais o trabalhador deve assumir múltiplas funções. Como é o caso da situação exposta por Clot. Ao contrário do aspecto positivo visualizado pelo autor, neste caso o que visualizamos é um aumento do desgaste do trabalhador, a produção de um

---

<sup>20</sup> Vide a dialética entre os processos de alienação e humanização em Duarte (1993).

trabalho menos qualificado (pois nem a operadora de máquinas é qualificada como técnico de manutenção e nem este é qualificado como professor), com o objetivo de reduzir custos na produção - objetivo central do capitalista.

Diferentemente do que Yves Clot acredita, entendemos esse aspecto individual da atividade humana, por um lado, como limitada a pequenas modificações feitas pelo próprio trabalhador, quando possível, para se proteger ou diminuir a intensidade do seu desgaste; por outro lado, como a imposição do capital de adaptar o trabalhador às suas necessidades.

Dando continuidade ao esforço teórico de compreender a clínica da atividade e sua articulação com a Psicologia Histórico-cultural, trataremos a seguir da análise da função psicológica do trabalho para Yves Clot.

#### 4.5 – A FUNÇÃO PSICOLÓGICA DO TRABALHO: A RELATIVIZAÇÃO DA ATIVIDADE VITAL HUMANA COMO PRESSUPOSTO PARA A SUA “RE-INVENÇÃO”

De saída, devemos relembrar que a noção de trabalho utilizada por Yves Clot, está relacionada à tarefa ou atividade profissional, diferindo do conceito de trabalho adotado pela Psicologia Histórico-cultural.

Podemos afirmar que Yves Clot se coloca dessa forma (trabalho como tarefa) frente ao conceito de trabalho pois, quando busca introduzir o debate sobre qual é a função psicológica do trabalho, refere que a dimensão trabalho ainda é determinante na vida das pessoas, apesar de estar submetida a cada vez mais mediações. Ao concluir que o trabalho *ainda* é importante na constituição da subjetividade (podendo deixar de ser, portanto), ele está pressupondo e retomando sua compreensão de que o trabalho é uma entre as atividades humanas importantes, mas não considera que o trabalho é a atividade determinante do processo de humanização.

Devidamente ressaltada a forma como Yves Clot situa o conceito de trabalho na clínica da atividade, passemos à compreensão do que o autor refere como sendo essas mediações no mundo do trabalho. Tratam-se para

Clot (2007) das modificações em curso no processo produtivo, tais como a inserção cada vez maior das mulheres no mundo do trabalho, a flexibilização das relações de trabalho, o trabalho por turnos e *part-time* e a extensão da expectativa de vida.

Essas mediações que constituem a vida moderna, tornando-a cada vez mais complexa, compõem para Yves Clot, um contexto no qual o trabalho se converte no instrumento que dá às pessoas a possibilidade de acessar formas de vida que até então eram restritas às elites da sociedade. Ele está se referindo ao consumo de bens produzidos, como lazer, férias, cultura, política, formação. Entendemos com isso que o autor francês interpreta a atual conformação das relações sociais de produção (de exploração da força de trabalho), como positiva para as pessoas. Ele associa a isso o fato de as pessoas possuírem salário, o que fornece a possibilidade de acesso à riqueza acumulada pelo gênero humano. Vejamos isso nas palavras do autor.

Em outras palavras, é precisamente em razão do fato de que a vida diferenciou suas inserções, em virtude do recuo da mono-atividade e dos processos da contingência biográfica, que o trabalho se acha de tal maneira investido pelos sujeitos. Eles requerem dele muito mais do que antes. Em particular, que ele seja um meio de realização de todas as vidas que julgam merecer. Mas também um meio de invenção dessas vidas. O trabalho está portanto menos no centro e, em termos paradoxais, mais no centro. Menos no centro porque a vida profissional faz dele a parte de um todo que o ultrapassa amplamente. Mais no centro porque ele deve oferecer agora a cada um o poder de fazer algo de sua própria vida, de ser sujeito de sua história. Mais inserido em atividades que por séculos permaneceram privilégio de algumas camadas sociais (formação, consumo, lazer, férias, esportes, política, cultura) – mesmo que essas atividades continuem elas próprias subordinadas –, o trabalho se faz seu eco (Bouffartigue, 1994; Rochex, 1995<sup>a</sup>; Terrail, 1990). Ele é objeto de uma nova exigência de auto-realização que passa grande parte de sua vitalidade aos momentos extra-profissionais do ciclo de vida. (CLOT, 2007, p. 73)

Esta forma de interpretar a relação entre capital e trabalho é um engodo, em nosso entendimento. Pois da maneira como Yves Clot nos apresenta o cenário em que vive a classe trabalhadora, parece que o desenvolvimento individual pelo acesso ao que foi acumulado pelo gênero humano estaria ao alcance de todos (trabalhadores ou não), sendo apenas

necessário escolher o que se quer consumir. Reproduz-se, assim, na verdade, o discurso ideológico da burguesia, de liberdade de escolha para ser e ter.

Clot (2007) expressa claramente essa ideia quando afirma que o trabalho ocupa o centro da vida dos sujeitos, pois é o trabalho que “confere o poder de fazer algo de suas vidas” (CLOT, 2007, p. 73). Por outro lado, ao considerar a complexidade da vida das pessoas (porque, afinal, elas possuem acesso às suas escolhas de consumo), o trabalho se configura, para o autor, apenas como mais uma entre tantas atividades realizadas na vida moderna.

Segundo Clot (2007), a inserção no mundo trabalho abre a possibilidade de o sujeito participar de uma história coletiva, que se cristaliza como gênero de atividade profissional, mas flexível o suficiente para que cada indivíduo possa ressignificá-lo, imprimindo a sua marca pessoal. Ele denomina esse movimento da flexibilização do gênero pela atividade individual como o “sair de si”.

Essa afirmação logo acima se coloca em completa divergência com a análise marxista do trabalho no capitalismo, compartilhada pela Psicologia Histórico-cultural, e com a qual concordamos. Pois a forma de descrever a realidade exposta por Yves Clot reforça a farsa de que o trabalho, no capitalismo, pode ser determinado e gerido harmoniosamente pelos trabalhadores e gestores do capital, tendo um objetivo em comum – o desenvolvimento da sociedade.

A ilusão de que o trabalhador no capitalismo é livre para escolher seu trabalho e os bens que consome, se configura como um salto de qualidade para o crescimento do capitalismo. Porque um trabalhador que se julga (ilusoriamente) livre, tem muito mais estímulos para produzir do que um escravo (que sabe que o que lhe resta é apenas a comida e o abrigo, básicos para sua sobrevivência). Esses estímulos, que fazem parte da falsa ideia de liberdade, vão desde as ilusões disseminadas culturalmente acerca da possibilidade de ascensão social a partir do esforço pessoal, até os discursos ideológicos a respeito da inserção do trabalhador nas decisões de mudanças no processo produtivo.

Buscamos em Vigotski (2000) e em seu debate sobre o conceito de liberdade, os argumentos para nos contrapormos a essa defesa de Yves Clot,



de que as atuais relações sociais de produção permitem acesso livre e universal ao conjunto de riqueza produzido pela humanidade.

Vigotski (2000) nos ajuda a entender que o exercício da livre-escolha para o ser humano está relacionado à capacidade de se apropriar de um significado, é a possibilidade de recriar a realidade na consciência, conhecendo quais são as determinações materiais a que se está submetido e, a partir disso, realizar escolhas e agir sobre essa realidade a fim de transformá-la. Nesse sentido, na liberdade de escolha está incorporada a capacidade de o indivíduo compreender quais os limites impostos, quais as opções reais disponíveis para a sua eleição. Portanto, os trabalhadores terão liberdade de escolher de fato o que lhes é significativo, importante, na medida em que tiverem consciência de que as opções dispostas são limitadas e não abarcam toda a abrangência do que foi acumulado pela humanidade. Ou seja, o indivíduo livre, para Vigotski (2000) é aquele que sabe que suas escolhas estão submetidas a um determinado contexto social.

A liberdade deve ser explicada portanto, segundo Vigotski (2000), como um produto do desenvolvimento da humanidade, progressivamente incrementado e expresso na forma mais desenvolvida do psiquismo, a consciência humana. Sendo a tomada de consciência a condição necessária para o exercício da liberdade. Para realizar uma escolha, o sujeito entra em uma luta de motivos, que levam à eleição de uma entre as significações de intenção. Os motivos são complexas formações reativas produzidas pela atividade do indivíduo, que se estruturam em torno dos estímulos.

Quando os motivos construídos na relação concreta e ativa da vida dos indivíduos se tornam mais fortes do que os estímulos (que caracteriza o processo de humanização), ocorre que estímulos mais fortes se convertem em mais fracos (como em uma greve de fome, por exemplo). Nesse contexto, exclusivamente humano, os significados são mais importantes do que os estímulos naturais.

Esse é o desenvolvimento do domínio da própria conduta (VYGOTSKI, 2000. p. 285). Nesse texto, Vigotski reforça a importância da consciência para o exercício da livre escolha. O psicólogo russo realiza um experimento em que propõe a uma criança que escolha entre dois estímulos e conclui:

O experimento demonstra que o livre-arbítrio não consiste em estar livre dos motivos, senão que consiste em que a criança tome consciência da situação, tome consciência da necessidade de eleger, que o motivo se impõe e que sua liberdade no caso dado, como diz a definição filosófica, é uma necessidade gnoseológica. A criança domina a sua reação eletiva, porém não no sentido de que anula as leis que a regem, senão no sentido de que a domina segundo a regra de F. Bacon, quer dizer, submetendo-se às suas leis. Sabemos que a lei fundamental do comportamento diz que nossa conduta está determinada pelas situações, que são os estímulos os que produzem a reação e que portanto a chave para dominar a conduta radica no domínio dos estímulos. Somente através dos estímulos correspondentes podemos dominar nosso comportamento. (tradução nossa) (VYGOTSKI, 2000, p. 289)

Duarte (2000) reforça o fato de que Vigotski se fundamenta em Marx para desenvolver sua teoria psicológica. O psicólogo russo se apropria da elaboração marxiana sobre a relação entre o desenvolvimento da sociedade e o desenvolvimento da individualidade. Esse aspecto chama a atenção para o fato de que o potencial desenvolvimento do psiquismo humano está subsumido à fase de desenvolvimento que a sociedade alcançou até então.

Vigotski (1930) afirma que o ser humano não será capaz de dominar a verdade sobre o psiquismo humano enquanto não dominar a verdade sobre a sociedade e não dominar a própria sociedade. Isso significa que é necessário conhecer a dinâmica social, em nosso caso, a dinâmica do capitalismo. Com essa definição vigotskiana, reforçamos a nossa defesa da necessidade de levar em consideração os elementos que constituem o modo de produção capitalista (divisão do trabalho, alienação, subsunção no processo de trabalho) para estabelecer uma compreensão mais fiel à realidade sobre a relação trabalho e saúde mental. A capacidade de compreensão dos elementos constitutivos da realidade no processo de trabalho dentro do modo de produção capitalista é necessária para que os trabalhadores desenvolvam a consciência das determinações a que estão submetidos e, conseqüentemente, possam realizar escolhas.

No sentido dessa afirmação sobre a relação intrínseca entre o desenvolvimento dos seres humanos e da sua sociedade, Duarte (200) faz uma comparação entre o fato de grande parte da humanidade construir uma

referência tão grande em forças sobrenaturais (cita deuses, diabos e espíritos). O autor afirma que o fato de que parcela enorme da humanidade expressa essas crenças no sobrenatural é uma forma de expressão da incapacidade de compreensão nas forças reais que os submetem a um regime de exploração, forças incompreensíveis para essas pessoas. Quanto menor é o conhecimento sobre as reais determinações da realidade concreta, maior será a tendência de busca a explicações idealistas e/ou sobrenaturais.

Considerando o movimento dialético de apropriação e objetivação, que é a base para a humanização do indivíduo, elaborado por Leontiev (1978), podemos traçar uma relação entre o conceito de liberdade proposto por Vigotski e o fato de que quanto mais acesso às apropriações do gênero humano, mais o indivíduo é capaz de realizar livres-escolhas, e por consequência, mais capaz de contribuir para a emancipação da humanidade.

Abordando outro aspecto levantado por Clot (2007), temos que, para este, a complexificação do mundo do trabalho permite cada vez mais a inserção da marca pessoal dos indivíduos. Ele retoma uma conceituação que já apontamos ser fundamentada em abordagens teóricas sobre a relação trabalho e subjetividade com pressupostos psicanalíticos, que é a questão do resgate da subjetividade. O autor francês afirma que as transformações da indústria e do setor de serviços “caminham no sentido de uma convocação maior e mais sistemática da subjetividade no trabalho e essas transformações requerem e até prescrevem a disponibilidade psíquica dos assalariados.” (CLOT, 2007, p. 72)

Clot interpreta essa condição com otimismo, propondo que, se há esse cenário de resgate da subjetividade, deve-se aproveitar para inserir propostas de modificação do processo produtivo. E a finalidade dessas modificações não contraria o objetivo do capital. Pois segundo Clot (2007), o trabalho realizado com qualidade traz benefícios para o trabalhador (que realiza um trabalho que faz sentido para este) e para o capital.

Em nosso entendimento, o que Clot chama de resgate da subjetividade (aproveitável como recurso criativo do trabalhador) é o que analisamos como sendo os efeitos do desgaste do processo de trabalho na dimensão psíquica dos trabalhadores. Retomando a elaboração exposta em nosso segundo

capítulo, Laurell e Noriega (1989) nos ajudam a compreender que as cargas psíquicas determinam o processo de desgaste tanto quanto as demais cargas que existem no processo de trabalho.

Esse processo denominado por Clot de resgate da subjetividade é descrito como sendo o aumento da participação do trabalhador no planejamento de uma tarefa. Mas sabemos que essa concessão está limitada a cobranças como a exigência de atenção permanente em uma tarefa e a pressão por metas, que nada mais são do que formas de cargas psíquicas. Esse processo produz um desgaste sobre o trabalhador, e não, como Clot defende, possibilidades de criação.

Com as ponderações por nós apontadas sobre a função psicológica do trabalho para Yves Clot, nos cabe nesse momento os posicionarmos sobre esse debate no sentido de considerar que o autor francês se fundamenta sobre bases que consideramos inadequadas para dar conta de sua proposição. Assim, discordamos das suas argumentações que dão a base do que considera a função psicológica do trabalho: a) de que vivemos num período de maior acesso (para os trabalhadores) às objetivações produzidas pela humanidade e; b) de que há espaço para a impressão da marca pessoal dos indivíduos no seu meio de trabalho.

Ao discordarmos das duas argumentações que dão base para a noção do que seria a função psicológica do trabalho, por consequência, não podemos concordar que o trabalho no capitalismo (identificado por Clot como tarefa) dá a possibilidade de os indivíduos se inscreverem em uma história coletiva, imprimindo sua marca pessoal no que fazem. Na realidade material, os indivíduos fazem a história sim, produzem suas condições de vida. Mas essa produção não ocorre conforme a sua vontade individual, como afirma corretamente Marx (1859), essa ação no mundo é repleta de contradições.

Porém, devemos levar em consideração que, mesmo sob relações alienadas de produção, os seres humanos são capazes de (em certa medida) produzir criatividade no trabalho. Mesmo sabendo que homogeneamente o processo de trabalho é heteronomamente determinado, cabe ressaltar que algumas modificações são produzidas pelos trabalhadores. Evidencia-se tal fato no exemplo da fábrica de massas, onde ocorre realmente que as

operadoras e os mecânicos criam saídas para seus problemas. Mas essas saídas também refletem um aumento da exploração.

O que discordamos em relação à clínica da atividade é consideramos que a elaboração de uma teoria que busque identificar o sentido produzido pelo trabalho, no modo de produção capitalista, deve levar em consideração que as relações sociais que se estabelecem sobre essas bases, são conflituosas, e não harmoniosas. São relações onde o trabalhador produz mudanças no processo de trabalho, mas não com base num processo de negociação entre trabalhadores e patrão, visando um objetivo em comum entre as duas classes. As mudanças que melhoram a qualidade de vida da classe trabalhadora são fundadas num processo de tomada de consciência das relações de exploração seguido de ações que visam o seu enfrentamento.

Faremos a seguir, uma análise de como essa base teórica proposta por Yves Clot, que traz uma noção sobre a função psicológica do trabalho, se desdobra em uma proposta de intervenção: o poder de agir.

#### 4.6 – A PROPOSTA DE EQUILÍBRIO DO IMPOSSÍVEL – O PODER DE AGIR

Estabelecer o poder de agir é a finalidade da clínica da atividade, afirma Yves Clot (2010). Fazer clínica da atividade pressupõe dar cabo a dois objetivos: o primeiro é resultar num engajamento subjetivo dos trabalhadores em seu trabalho. Quer dizer, utilizar a favor dos trabalhadores e do trabalho realizado, o resgate da subjetividade dos indivíduos. O segundo objetivo da clínica da atividade é que este seja efetivo como instrumento de ação transformadora da atividade que está sendo analisada.

Sem grandes abstrações, somente considerando na superficialidade o que está exposto acima como sendo, resumidamente, os objetivos do poder de agir como método de intervenção, poderíamos apontar imediatamente dois problemas. O primeiro se relaciona ao primeiro objetivo. O aproveitamento do engajamento dos trabalhadores no processo de produção capitalista não é outra coisa senão o objetivo já estabelecido pelas teorias da Administração e

pela Psicologia Industrial e Psicologia Organizacional, que se dispuseram a gerenciar os aspectos pessoais ou subjetivos dos trabalhadores, a fim de potencializar a produção capitalista. A princípio, não encontramos diferenças entre essas duas propostas e da de Yves Clot.

O segundo problema, relacionado ao segundo objetivo, é a abrangência do alcance proposto pelo poder de agir. A ação transformadora que objetiva o poder de agir se limita a mudanças na tarefa, na atividade concreta que está sendo realizada. Podemos questionar esse limite recolocando a questão defendida por Marx e compartilhada por Vigotski, Leontiev e colaboradores, de que a emancipação do homem, individualmente, só se efetiva com a superação da pré-história da humanidade, que é a sociedade de classes.

Continuando com nossa análise, outro elemento que apontamos é a afirmação de Clot (2010) que o poder de agir deve ser desenvolvido a partir da abertura para uma atividade que está impedida. Ele propõe que, através de seu método de intervenção, se discuta com os trabalhadores, portanto, sobre as ações que não foram feitas por conta da pré-formatação do gênero de atividade profissional. O sentido da atividade para o trabalhador se produz quando ocorre a possibilidade de realizar essa atividade impedida, que foi planejada pelo trabalhador. Esse processo tem como consequência, para Clot (2010) a realização de um trabalho de qualidade, que satisfaz o trabalhador.

O poder de agir, sendo espaço aberto para o debate sobre o trabalho, se conforma, para Clot (2010), como essencial para o desenvolvimento psicológico dos sujeitos, ao dar vazão para que o coletivo de trabalhadores realize a reelaboração do seu processo de trabalho.

Efetivamente, a proposta do autor é de contribuir na reorganização do coletivo de trabalho, buscando compreender e discutir com os trabalhadores os seus equívocos, sucessos e insucessos, sua história da atividade possível e impossível. Trata-se de dar espaço para o trabalhador realizar no trabalho, ações que não foram feitas por impedimento do gênero pré-formatado. Ao discutir sobre as atividades impedidas, não realizadas, constrói-se o sentido para o trabalhador, pois este enxerga as possibilidades de mudanças na tarefa. Esse movimento de debater sobre a possibilidade de realizar o que está planejado por ele, mas impedido de se realizar, recria no trabalho um sentido.

O desenvolvimento do poder de agir no trabalho diz respeito, portanto, a um aumento da capacidade do trabalhador de realizar as atividades por ele consideradas importantes, entre elas as que são impedidas pelo gênero profissional.

Retomemos que o conceito de sentido para Vigotski (2000) é produzido na unidade entre cognição e emoção e na capacidade de criação e autoprodução nos modos de existência do ser humano. O autor russo defende que o sentido se desenvolve na atividade concreta da vida das pessoas. Sobre a mesma consideração epistemológica, em Leontiev encontramos que o sentido da atividade é produzido por aquilo que liga, na consciência do sujeito, o objeto ou conteúdo da ação ao motivo que levou à realização desta (LEONTIEV, 1978). Ao considerarmos que no capitalismo, a forma de atividade de produção da vida se organiza sob a forma de exploração da força de trabalho, e que a organização do processo produtivo não é determinado pelos indivíduos que participam fornecendo sua força de trabalho nesse processo, temos que considerar que a produção do sentido dessa atividade não reside na realização de um trabalho de qualidade, nem mesmo na realização de uma atividade “impedida”, mas sim, como já dissemos, na troca por salário.

Na proposta de intervenção denominada poder de agir, Yves Clot defende que as mudanças no processo de trabalho são possíveis e necessárias a partir da intervenção dos trabalhadores. Importa deixarmos expresso nesse momento que, em nosso entendimento, mudanças parciais das condições de trabalho são possíveis dentro das relações capitalistas de produção. Mas nossa diferença com a proposta da clínica da atividade segue no sentido de que essas mudanças, para Clot (2010), são processos responsáveis pela ressignificação do trabalho; já, em nosso entendimento, mudanças parciais são resultado de um processo de enfrentamento dos trabalhadores contra o capital e, apesar de significarem melhorias nas condições materiais de vida e trabalho, não mudam o fato de que o trabalho explorado sempre terá uma porção de alienação e um sentimento de estranhamento.

Concordamos, claro, que espaços de debate que contribuam para a compreensão, por parte dos trabalhadores, das determinações do processo

produtivo, são necessários para que a classe trabalhadora aprenda como se defender, enfrentar e reagir frente às investidas do capital. No entanto, ao contrário da concepção clotiana, consideramos que o espaço de trabalho no capitalismo é, essencialmente, de disputa por interesses divergentes e contrários. Sendo este, para a classe trabalhadora, o espaço de produzir bens de consumo e de vender sua força de trabalho em troca de salário; e, para o capital, espaço de produção de mais-valia às custas da saúde e bem estar dos trabalhadores e independente do que, particularmente, se produz<sup>21</sup>.

O movimento – necessário – dos trabalhadores, de buscar coletivamente a superação das condições precarizadas do trabalho, promove o desenvolvimento da consciência por parte destes, de que são os verdadeiros responsáveis pela produção da riqueza da humanidade, a qual lhe é socialmente retirada. E é objetivo da Psicologia Histórico-cultural contribuir para a tomada de consciência, por parte dos trabalhadores, dos elementos constituintes do processo de trabalho, no qual sua força de trabalho é explorada. Mas diferentemente da proposta de Yves Clot, o processo de revelação dessas determinações deve levar em consideração que o trabalho possui uma dimensão alienante, insuperável sob o modo de produção capitalista.

No capítulo 2, procuramos deixar expresso qual é a concepção para a Psicologia Histórico-cultural sobre o processo de constituição da individualidade humana. O caminho para a produção do ser humano tem o trabalho como atividade fundamental e exclusivamente humana.

É a partir do trabalho que os seres humanos se aproximam individualmente do desenvolvimento do gênero humano, se apropriando do que a humanidade produziu em termos de instrumentos, arte, cultura, linguagem, enfim, do que nos define como seres humanos. E é pelo trabalho que a humanidade se desenvolve como gênero humano, a partir do avanço das forças produtivas (DUARTE, 1993).

---

<sup>21</sup> Para ilustrar nossa afirmação de que pouco importa o que se produz a fim de gerar mais-valia, destacamos o fato de que a indústria de armamentos é umas das que mais produz lucros.



Porém, quanto menos acesso o indivíduo tiver aos bens produzidos historicamente pela humanidade, por conta da divisão do trabalho e da propriedade privada, mais alienado e menos humanizado este indivíduo será.

Retomando brevemente o debate sobre a alienação, devemos compreendê-la como o processo objetivo onde as relações sociais impedem ou cerceiam que os indivíduos realizem as possibilidades de vida colocadas para o conjunto da humanidade.

Considerando essa dimensão alienante da divisão do trabalho, o percurso que deve ser feito no sentido de contribuir para que efetivamente ocorra mudanças que melhorem as condições de vida e de trabalho no capitalismo, deve passar pela explicitação das determinações do processo de trabalho. Esse movimento de apropriação das determinações tem o objetivo de diminuir o abismo existente entre o acumulando pelo gênero humano e o que está acessível aos trabalhadores, individualmente. O que só será possível pela superação da sociedade que produz esse abismo, ou seja, pela superação da sociedade capitalista.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A empreitada que tentamos dar cabo nessa pesquisa se tornou uma tarefa de grande complexidade e acabamos nos deparando com alguns limites. Retomando a acertada afirmação do marxista José Paulo Netto, de que é pressuposto para um bom pesquisador ter antes de tudo, uma mínima apropriação do gênero humano, o limite mais evidente reside na nossa incompleta apropriação do que existe de elaborado sobre o problema da relação trabalho e sofrimento humano. Ter consciência disso nos exime de uma pretensa ilusão de acharmos que o conhecimento por nós acumulado individualmente daria conta de abordar o problema na sua totalidade. Nos tempos em que vivemos, em que há um cerceamento do acesso à universalidade da riqueza acumulada pelo gênero humano, quem vier a se afirmar detentor de todo esse conhecimento, estaria expressando uma condição de maior alienação do que a nossa, que temos consciência dela.

A necessidade de explicitar inicialmente tal limite se deve à nossa preocupação em defender que não seria possível dar conta de toda a complexidade dos elementos elaborados por Yves Clot, em sua trajetória no desenvolvimento da clínica da atividade, numa primeira aproximação com essa. Muitas pesquisas ainda devem ser realizadas, objetivando apresentar mais elementos que possam contribuir para a compreensão de como se desenvolveu a articulação dos conceitos da Psicologia Histórico-cultural com o resultado da obra de Yves Clot.

Mas temos que admitir que chegamos a alguns resultados sobre o problema a que nos dispusemos dissertar. A despeito de serem resultados parciais, estamos convencidos de que as ideias defendidas pelo autor não se sustentam consistentemente a partir da Psicologia Histórico-Cultural. De fato, se colocam na contramão de uma Psicologia verdadeiramente marxista. Consideramos que a apropriação realizada por Clot de elementos conceituais da Psicologia Histórico-Cultural consistiu num procedimento de assepsia ideológica, de alguns conceitos de Vigotski e Leontiev, recortados e

descontextualizados de sua origem, conforme sua utilidade no interior do pensamento do autor francês.

Nesse momento de considerações finais, nos deteremos a retomar brevemente apenas os aspectos que julgamos mais importantes.

O primeiro deles diz respeito ao que apreendemos como sendo a tendência metodológica adotada por Yves Clot: o método de conhecimento baseado na controvérsia.

A exemplo do que ocorreu no campo da educação com a obra de Vigotski, Yves Clot realiza uma apropriação de elementos conceituais da Psicologia Histórico-cultural, retirando sua base marxista. Em nenhum momento de nosso estudo de sua obra, nas passagens em que cita as apropriações teóricas de Vigotski e Leontiev, o autor as refere ou articula seus conceitos a partir do materialismo histórico-dialético, ou faz qualquer menção a Marx. Essa é a forma encontrada pelo autor para tornar possível a articulação de quatro vertentes teóricas divergentes, articulando-as como raízes para a sua elaboração da clínica da atividade. E, talvez, tornar seu pensamento um pouco mais palatável em tempos de capitalismo hegemônico, tanto em termos ideológico como econômico-político. Basta ver que, hoje, suas ideias são bem aceitas tanto no meio empresarial como sindical.

Esse é um dos pontos centrais de discordância de nossa parte, em relação à construção metodológica proposta por Yves Clot. Nossa defesa é de que essa forma de articulação teórica resulta divergente, do ponto de vista metodológico, dos autores da psicologia soviética. Estes defendem que seus conceitos possuem uma base epistemológica bem definida, qual seja, o materialismo histórico-dialético. Sendo assim, a utilização de conceitos isolados de seu sistema filosófico de fundamentação, se converte numa apropriação diferente da sua proposição conceitual.

Importa ressaltar que a postura dos autores da psicologia soviética não é de isolamento com o conhecimento produzido ao seu redor. Mas, mantendo-se coerente com o materialismo histórico-dialético, o que Vigotski e os demais autores dessa tradição realizam é um processo de debate dos conceitos com os quais se deparam, superando seus limites e promovendo o crescimento científico a partir da análise crítica.

A exemplo do que Marx realizou quando desenvolveu sua análise do capitalismo, Vigotski provocou o debate com as principais correntes teóricas de sua época, identificadas por ele como possuindo raízes no idealismo ou no materialismo mecanicista, com o objetivo de apontar a necessidade de sua superação rumo à construção de uma Psicologia geral, materialista e dialética.

Como desdobramento dessa tendência metodológica de Yves Clot, contrária, portanto, à psicologia marxista, observamos que sua conceituação de trabalho também resulta diferente do definido por Vigotski (CENCI, 2012) e Leontiev (1978). Para Yves Clot (2007, 2010), trabalho seria sinônimo de processo de trabalho, ou profissão. De nossa leitura e análise de seu entendimento sobre o conceito de trabalho, concluímos que, ao mesmo tempo em que analisa o trabalho como sinônimo de processo de trabalho, ele universaliza, generaliza essa forma, sem considerar que essa é expressão da atividade-trabalho no plano concreto/singular, mas que há para além dela, o trabalho como atividade determinante do processo de humanização. Por outro lado, tão pouco considera os processos de alienação presentes na forma histórica de trabalho nas sociedades de classe, em geral, e em nossa sociedade atual, em particular.

Assim, ao identificar o trabalho sob o capitalismo como a forma universal de trabalho, Clot (2007) não leva em consideração o processo dialético de humanização e alienação determinado a partir da dupla dimensão do trabalho (como trabalho ontológico e específico, no capitalismo). Disso decorre sua conclusão, da qual discordamos, de que a função psicológica do trabalho está relacionada à possibilidade, por ele propiciada, de democratização do acesso a elementos da produção humana que até a pouco tempo na história da humanidade, eram limitados às elites da sociedade. Diga-se de passagem, acesso ao universo das mercadorias, reforçando com isso seu fetiche. Clot (2007) está afirmando que pelo trabalho, as pessoas são livres para escolher o que consumir (em termos de cultura, formação, lazer, e outros bens de consumo), pois tudo está igualmente disponível para todos. Em nosso entendimento, o fato de estar inserido como trabalhador no processo produtivo não é garantia de acesso universal ao gênero humano. Ao contrário disso, à classe trabalhadora, estão disponibilizadas apenas as condições

básicas para garantir a reprodução de sua força de trabalho. Como exemplo, apontamos que a educação é universalizada apenas em nível básico, sendo a especialização (através de uma universidade) limitada a um processo seletivo.

Outro desdobramento de sua conceituação de trabalho com o qual temos discordância consiste no entendimento de que, ao considerar concreta a possibilidade de produzir modificações no processo de trabalho a partir da abertura do debate sobre este, o trabalhador passaria a produzir um trabalho que considera de qualidade, que lhe dá sentido à atividade.

Para a Psicologia Histórico-cultural, há no modo de produção capitalista uma contradição entre teleologia e causalidade. Quando falamos no que seria o ideal do trabalho para o trabalhador, isso imediatamente se choca com a realidade material do que é necessário (e prescrito) para atingir o objetivo da valorização do valor. O processo de valorização subordina o processo de trabalho. O que determina o arranjo técnico, a implantação ou não de novas tecnologias, a contratação de força de trabalho ou aumento salarial, a diminuição ou não do ritmo é se estas mudanças irão trazer ou não mais capacidade de extração da mais-valia.

Quando o trabalhador busca formas de introduzir mudanças no processo de trabalho de que faz parte, está buscando melhorar a qualidade de sua vida, garantindo saúde. Mas a contradição desse processo é que, na medida em que se busca melhorar as condições de trabalho, as modificações do processo produtivo necessárias para tal, geram encargos e/ou diminuição no ritmo de trabalho, diminuindo a parcela de lucro. Essa é uma luta histórica dos movimentos pela saúde do trabalhador. Essa luta é pelo controle da produção. E se define pelas condições históricas próprias à correlação de forças entre trabalhadores e capital. Por exemplo, quanto ao nível de força que o movimento operário atinge em determinada época.

Quanto menor a capacidade de controle do processo produtivo por parte dos trabalhadores, maior é seu desgaste e sofrimento. Mas esse controle só é possível de forma coletiva. Dificilmente uma empresa irá fazer mudanças estruturais se não estiver sendo pressionada de forma estrutural também (com greves e movimentos que extrapolam os muros da fábrica em particular).

A Psicologia Histórico-cultural deve ser reconhecida como uma ciência construída para contribuir para a mudança das relações sociais de exploração do homem, e deve-se compreender que seus pressupostos teórico-metodológicos estão orientados para esse percurso. E não para melhor ajustar o homem a esta sociedade. Tal afirmação está evidente no texto de Vigotski (1930), denominado “A transformação socialista do homem”, no qual o autor define que o desenvolvimento dos indivíduos está subsumido ao desenvolvimento da sociedade. Por esse motivo, o processo rumo à emancipação dos seres humanos e à realização das suas potencialidades só ocorre com o processo de rompimento da sociedade de classes.

O trecho que segue, retirado da obra de Duarte (1999) auxilia na explicação do ponto de chegada de nossa análise da clínica da atividade.

Ao analisar a objetivação e a apropriação do ser humano no interior da “pré-história” significa analisar a humanização se realizando através de relações sociais alienadas. Uma concepção histórico-social da formação do indivíduo não pode limitar-se a analisar os processos de objetivação e apropriação que explicam a formação de determinados processos cognitivos e comportamentais, ela precisa se posicionar sobre o caráter humanizador ou alienador da formação desses processos. Esse posicionamento, por sua vez, requer a mediação de categorias que sintetizem o que, no atual momento da história humana e nas condições sociais concretas em que se realiza a formação dos indivíduos, se constitui nas possibilidades máximas de vida humana existentes numa sociedade e quais as condições sociais que impedem, ou ao menos cerceiam, a realização dessas possibilidades na vida dos indivíduos. O critério para se definir o que é humano e o que é alienação em relação ao humano é do das possibilidades já alcançadas historicamente. (DUARTE, 1999, p. 60-61)

Por isso, desmitificar os elementos constituintes das condições concretas em que se estruturam os processos de trabalho é, em nosso entendimento, o primeiro passo para sua efetiva modificação. Faz-se necessário, partindo desse raciocínio, levar em consideração que o trabalho é controlado por uma classe e realizado por outra.

Reconhecemos que esse trabalho não abarca todos os elementos problematizados na produção de Yves Clot, e seria uma pretensão idealista se afirmássemos que realizaríamos tal tarefa. Ao contrário disso, buscamos

contribuir com uma análise crítica de parte da teoria em questão. Elegemos os elementos que apreendemos como os pontos de contato com a Psicologia Histórico-cultural, buscando também, nos posicionarmos diante de como o autor os articulou em sua proposta de intervenção.

Chegamos ao entendimento de que a clínica da atividade é uma proposta de compreensão da relação do trabalho com o ser humano que universaliza o trabalho e reproduz elementos importantes da ideologia capitalista, possibilitando a compreensão de que se poderia analisar tal relação da mesma forma em qualquer época da humanidade, na medida em que não contextualiza sua análise no capitalismo. Afirmamos isso porque a clínica da atividade não leva em consideração que o processo produtivo da vida se expressa em uma dimensão particular, historicamente determinada, que no caso contemporâneo, é o capitalismo. E essa expressão particular impõe determinadas formas de existência para os homens, resultando no processo de alienação do indivíduo, como forma hegemônica de objetivação.

Nesse sentido, podemos reafirmar que o caminho aqui traçado nos trouxe à conclusão parcial (porque assim deve ser o processo de construção do conhecimento) de que a clínica da atividade se distancia, e nesse ponto do trabalho podemos afirmar que diverge, das premissas essenciais para as pesquisas fundamentadas, de fato, nos pressupostos da Psicologia Histórico-cultural. Dentre elas, o entendimento de que a verdade é historicamente determinada, é produto da produção coletiva dos homens em determinado momento, e das contradições que determinam o fazer da humanidade.

## REFERÊNCIAS:

ANTUNES, R. L. C. **O caracol e sua concha: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho**. São Paulo : Boitempo, 2005.

ANTUNES, R. **O caráter polissêmico e multifacetado do mundo do trabalho**. Rev. Educação, Saúde e Trabalho, 1(2):53-61, 2003. Disponível em: <http://www.epsiv.fiocruz.br/revista/index.php?Area=NumeroAnterior&Num=18>. Acesso em out. 2011.

BENDASSOLLI, P. F. e SOBOLL, L. A. P. org. **Clínicas do Trabalho**. São Paulo. Atlas, 2011.

BENDASSOLLI, P. F. **Crítica às apropriações psicológicas do trabalho**. *Psicologia & Sociedade*, 23(1), 75-84, 2011.

BENDASSOLLI, P. F. **Mal-estar no trabalho: do sofrimento ao poder de agir**. *Revista Mal-estar e Subjetividade*. Fortaleza – Vol. X – Nº 1 – p.63 - 98 - mar/2011. Disponível em <http://www.pedrobendassolli.com/textos/mal-estar.pdf>. Acesso em 05/2013.

BORGES-ANDRADE, J. E., PAGOTTO, C. do P. **O Estado da Arte da Pesquisa Brasileira em Psicologia do Trabalho e Organizacional**. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, Vol. 26 n. especial, pp. 37-50 Universidade de Brasília, 2010.

BRASIL. Ministério da Saúde. Organização Pan-Americana da Saúde no Brasil. **Doenças relacionadas ao trabalho: manual de procedimentos para os serviços de saúde**. Brasília – DF, 2001.

CASTRO, F. de. **A problemática de definição de psíquico nos estudos de Wanderley Codo e colaboradores sobre o sofrimento psíquico e trabalho**. *Revista Psicologia: Organização e Trabalho*. UFSC. V. 3, N. 1, 2003. Disponível em <http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/rpot/article/view/7070/6543>, acesso em março de 2013.

CENCI, A. **O conceito de trabalho em Vygotski: apropriação e desenvolvimento das proposições de Marx/Engels**. *Trabalho Necessário* – disponível em [www.uff.br/trabalhonecessario](http://www.uff.br/trabalhonecessario); Ano 10, Nº 15/2012.

CLOT, Y. **A função psicológica do trabalho**. Tradução de Adail Sobral. 2 edição. Petrópolis, RJ. Vozes, 2007.

CLOT, Y. **Trabalho e poder de agir**. Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira e Marlene Machado Zica Viana. Belo Horizonte. Fabrefactum, 2010.

CLOT, Y. **Vygotski: para além da Psicologia Cognitiva**. *Pro-Posições*, v. 17, n. 2 (50) - maio/ago, 2006. acesso em 10/02/2013.



CLOT, Y. **Clínica do Trabalho e Clínica da Atividade**. In BENDASSOLLI, P. F. e SOBOLL, L. A. P. org. *Clínicas do Trabalho*. São Paulo. Atlas, 2011.

CODO, W. Organizador **O Trabalho Enlouquece?: Um encontro entre a clínica e o trabalho**. Petrópolis, RJ. Vozes, 2004.

DELARI JUNIOR, A. **Questões de método em Vigotski** - busca da verdade e caminhos da cognição. Texto publicado em fevereiro de 2011 em <http://www.vigotski.net>. Acesso em janeiro de 2012.

DELARI JUNIOR, A. **INTRODUÇÃO A PRINCÍPIOS METODOLÓGICOS DE L. S. VIGOTSKI - duas ou três sugestões para a pesquisa teórica em psicologia histórico-cultural**. 2009. Disponível em <http://www.vigotski.net>. Acesso em janeiro de 2012.

DUARTE, N. **A Individualidade para-si: contribuição a uma teoria histórico-social da formação do indivíduo**. 2 edição. Campinas, SP: Autores Associados, 1999.

DUARTE, N. **A anatomia do homem é a chave da anatomia do macaco: A dialética em Vigotski e em Marx e a questão do saber objetivo na educação escolar**. Educação & Sociedade, ano XXI, nº 71, Julho/2000.

DUARTE, N. **O Significado e o Sentido**. In Coleção memória da psicologia, n. 2. Liev Semionovich Vygotsky / editor Manuel da Costa Pinto, colaboradores Adriana Lia Friszman et al. Rio de Janeiro, Ediouro. São Paulo, Segmento-Duetto, 2005. Pag. 31-37.

DO CARMO, P. S. **A Ideologia do Trabalho**. São Paulo, SP. Moderna. Coleção Polêmica, 1992.

ENGELS, F. **Anti-Duhring**. 1877. Disponível em meio eletrônico em <http://www.marxists.org>. Acesso em set de 2012.

FREITAS, S.M.P. **A psicologia no contexto do trabalho: uma análise dos saberes e dos fazeres**. Dissertação (mestrado) Faculdade de Psicologia da PUC-RS. Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. NEUZA M. F. GUARESCHI. Porto Alegre – RS, 2002.

GERMER, C. M. **As forças produtivas e a revolução social revisitadas**. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA, 11, Vitória – ES. **Anais...** Vitória: UFES - Departamento de Economia, 2006. CD-ROM.

GERMER, CM. **A relação abstrato/concreto no método da economia política**. In: Corazza G. *Métodos da ciência econômica*. Porto Alegre: Ed. UFRGS; 2003.

GERMER, CM. **O Capital de Marx como expressão de um método inovador**. Revista de Economia, v. 34, n. especial, p. 21-34, 2008. Editora UFPR.

GOMES, R. M. **Trabalho médico e alienação: as transformações das práticas médicas e suas implicações para os processos de humanização/desumanização do trabalho em saúde**. Tese de doutorado, Programa de Medicina Preventiva, USP. São Paulo, 2010.

GOUNET, Thomas. **El toyotismo o el incremento de la exploración**. 1998. Disponível em: <http://www.wpb.be/icm/98es/98es11.htm>. Acesso em out. 2011.

JACQUES, M. G. C. **Abordagens teórico-metodológicas em saúde/doença mental & trabalho**. Revista Psicologia & Sociedade, 15. Jan-Jun 2003. Disponível em: <http://www.nescon.medicina.ufmg.br/biblioteca/imagem/0677.pdf>. Acesso em set 2010.

JUNIOR, João Silvestre da Silva. **Afastamento do trabalho por transtornos mentais e fatores associados: um estudo caso-controle entre trabalhadores segurados na Previdência Social**. Dissertação de mestrado. USP. São Paulo, 2012.

LAURELL, A. C. e NORIEGA, M. **Processo de produção e saúde: trabalho e desgaste operário**. Tradução de Amélia Cohn, Ana Pitta-Hoisel, Ana Isabel Paraguay e Lucia Helena Barbosa. Editora Hucitec, 1989.

LENIN. V. I. **As Três fontes e as três partes constitutivas do marxismo**. Disponível em meio eletrônico em <http://www.marxists.org>. Acesso em set de 2012.

LEONTIEV, A. N. **Actividad, consciencia y personalidad**. Ediciones Ciencias del Hombre. 1978.

LEONTIEV, A. N. **O desenvolvimento do Psiquismo**. Livros Horizonte. Lisboa. 1978a.

LIMA, M. E. A. **Abordagens clínicas e saúde mental no trabalho**. In: BENDASSOLI, P. F. e SOBOLL, L. A. P. org. Clínicas do Trabalho. São Paulo. Atlas, 2011.

LIMA, M. E. A. **Contribuições da Clínica da Atividade para o campo da segurança no trabalho**. Revista Brasileira de Saúde Ocupacional, São Paulo, 32 (115): 99-107, 2007. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/rbso/v32n115/09.pdf>. Acesso em 05/2013.

MARTINS, L. M. – **A Formação Social da Personalidade do Professor**. Autores Associados, Campinas – SP, 2007.

MARX, K. **Manuscritos Econômico-Filosóficos**. São Paulo. Martin Claret editora, 2004

MARX, K. **O Capital – crítica da economia política**. Livro Primeiro, volume I. Rio de Janeiro: 21 edição. Civilização Brasileira, 2003.

MARX, K. **Prefácio à Contribuição à Crítica da Economia Política**. [1859] Marxists Internet Archive, Disponível em: <[http://www.marxists.org/portugues/marx/1859/01/prefacio\\_crit\\_eco\\_pol.htm](http://www.marxists.org/portugues/marx/1859/01/prefacio_crit_eco_pol.htm)> Acesso em: set 2013.

MARX, K. **Trabalho assalariado e capital**. Traduzido do alemão, 1891. Obras Escolhidas em três tomos, [Editorial "Avante!"](#) - Edição dirigida por um colectivo composto por: José BARATA-MOURA, Eduardo CHITAS, Francisco MELO e Álvaro PINA. Disponível em meio eletrônico em <http://www.marxists.org/portugues/marx/1849/04/05.htm>, acesso em maio de 2013.

MÉSZÁROS, I. **A Teoria da alienação em Marx**. Tradução: Isa Tavares. São Paulo. Editora Boitempo, 2006.

NETTO, J. P. **Introdução ao Estudo do Método de Marx**. São Paulo. Expressão Popular, 2010.

PALANGANA, I. C. **Individualidade: Afirmção e Negação na Sociedade Capitalista**. 2 ed. São Paulo. Editora Summus. 2002.

PASQUALINI, J. C. **Princípios para a organização do ensino na educação infantil na perspectiva histórico-cultural: um estudo a partir da análise da prática do professor**. Tese (doutorado) Universidade Estadual Paulista – Campus Araraquara – SP. 2010.

ROMANELLI, N. **A questão metodológica na produção vigotskiana e a dialética marxista**. Psicologia em Estudo, Maringá, v. 16, n. 2, p. 199-208, abr./jun. 2011.

ROSSLER, J. H. **Sedução e modismo na educação: processos de alienação na difusão do ideário construtivista**. Tese (doutorado). Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar – Universidade Estadual Paulista – Campus Araraquara – SP, 2003.

SATO, L. **Trabalho e Saúde Mental**. Artigo apresentado no Seminário Nacional de Políticas e Conteúdos Básicos em Saúde, Trabalho e Meio-Ambiente, realizado pela CUT - Nacional, de 30 de julho a 04 de agosto de 1995, em Cajamar-SP. Disponível em meio eletrônico pelo Scielo.

SELIGMANN-SILVA, E. **Desgaste mental no trabalho dominado**. Rio de Janeiro, RJ.Cortez Editora, 1994.

SHUARE, M. **La psicología soviética tal como yo la veo**. Ed. Progreso, Moscú, 1990.

SILVA, C. O. DA, BARROS, M. E. B. DE, LOUZADA, A. P. F. **Clínica da atividade: dos conceitos às apropriações no Brasil**. In: BENDASSOLI, P. F. e SOBOLL, L. A. P. org. *Clínicas do Trabalho*. São Paulo. Atlas, 2011.

TOASSA, G. **Conceito de liberdade em Vigotski**. *Psicologia, Ciência e profissão*, número 24, p. 2-11. 2004.

TOASSA, G. **Emoções e Vivências em Vigotski**. Papirus. Campinas-SP. 2011.

VIGOTSKI, L. S. **A construção do pensamento e da linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

VIGOTSKI, L. S. **A Transformação Socialista do Homem**. Original de 1930. Tradução organizada por Marcelo Dalla Vecchia. Disponível em meio eletrônico em <http://www.marxists.org/portugues/marx/1849/04/05.htm>

VYGOTSKI, L. S. **Obras Escogidas. Tomo III**. Madrid: Visor, 2000.

VIGOTSKI, L. S. **Teoria e método em psicologia**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

ZANELLI, J. C., BORGES-ANDRADE, J. E., BASTOS, A. V.B., org. **Psicologia, Organizações e Trabalho no Brasil**. Porto Alegre: Artmed, 2004.